

**A cobertura jornalística do caso Operação Marquês
no serviço público de televisão**

Mariana Ferreira Velosa Tenreiro Gonçalves

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

(Março, 2015)

AGRADECIMENTOS

Prestes a finalizar uma etapa tão importante da minha vida queria expressar o meu agradecimento a todos os que estiveram presentes e me apoiaram, ao longo de cinco anos, no meu percurso académico.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao professor Paulo Nuno Vicente pela disponibilidade, orientação e aconselhamento antes e durante o estágio.

Agradeço à minha orientadora de estágio Ana Romeu, pela partilha de conhecimentos e aprendizagens durante os três meses de estágio. Em especial, quero agradecer aos jornalistas, Filipa Costa, João Ricardo Vasconcelos, Carla Diogo, Armando Seixas, Pedro Valador e aos repórteres de imagem, Nuno Tavares, Mário Piteira e Hugo Antunes, pela simpatia, pelas histórias, e profissionalismo na integração dos estagiários em cada secção da redacção. Obrigada pelas palavras de encorajamento.

Os meus agradecimentos dirigem-se também ao editor de imagem Luís Moreira pela disponibilidade de montar as minhas reportagens.

Ao meu namorado João Neves, o meu porto de abrigo, pelo apoio incondicional, pela paciência e presença numa fase tão delicada da minha vida. À minha melhor amiga Jessie Coelho, pela amizade, cumplicidade, presença, apoio e por toda a força que me encorajou a superar os meus medos.

À minha mãe, o meu profundo e especial agradecimento pelo apoio e amor incondicional, pela confiança e por me proporcionar a continuidade dos meus estudos e pelas palavras de força. Ao meu pai, apesar de estar longe, um muito obrigada pela ajuda, coragem, e incentivo na finalização deste percurso.

A cobertura jornalística do caso Operação Marquês no serviço público de televisão RTP

[The news coverage of Operação Marquês in public service television RTP]

Mariana Ferreira Velosa Tenreiro Gonçalves

RESUMO

O presente relatório consiste na apresentação da minha experiência enquanto estagiária, na secção de sociedade da redacção RTP – Rádio e Televisão de Portugal, em Lisboa. O estágio curricular teve a duração de três meses com início a 1 de setembro de 2014 e término a 28 de Novembro de 2014.

Além de narrar as tarefas desempenhadas na redacção, este trabalho analisa também o destaque conferido ao caso mediático intitulado por Operação Marquês realizado pelo serviço público de televisão. Para o efeito, foi necessário sublinhar os principais aspectos teóricos, no intuito de contextualizar o estudo de caso na investigação.

A execução do relatório teve como objectivo concluir a componente não lectiva do mestrado em Jornalismo, o qual frequento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: RTP, Televisão, Estágio, Operação Marquês, Informação

ABSTRACT

This report consists of the presentation of my experience as an intern in the society section of the Portuguese public television channel RTP - Radio and Television of Portugal, Lisbon. The traineeship lasted for three months, beginning on September 1st of 2014 and ending on 28 November of 2014.

Besides narrating the tasks performed in the wording, this report also analyzes the importance attached to the high-profile case entitled by Operação Marquês by the public service television. For this purpose it was necessary to underline the main theoretical aspects in order to contextualize the case study research.

The implementation of the report was the target of completing the non-teaching component of the Master degree in Journalism, which I attended in the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

KEYWORDS: RTP, Television, Internship, Operação Marquês, Information

Índice

Introdução.....	7
Capítulo I: RTP.....	9
I. 1. Breve história da instituição de acolhimento.....	9
I. 2. O serviço público de televisão: RTP	10
I. 3. Os dilemas da televisão pública.....	11
Capítulo II: Relato do estágio curricular	15
II. 1. O estágio em informação televisiva	15
II. 2. As primeiras lições	16
II. 3. Dificuldades sentidas durante o estágio.	23
Capítulo III: Enquadramento teórico	24
III. 1. Os Media e a rotina produtiva.....	24
III. 2. Informação televisiva.	29
III. 3. A representatividade dos políticos nos media	34
III. 4. A televisão e os políticos.....	40
III. 5. A influência dos media no escândalo político.....	45
III. 6. A relação antagónica entre o poder mediático e o poder judicial.....	52
III. 7. Liberdade de expressão, de informação e de imprensa.....	53
III. 8. Segredo de justiça.....	54
III. 9. Fugas de informação.....	56
Capítulo IV: Metodologia.....	60
IV. 1. Estudo de caso.....	60
IV. 2. Breve enquadramento da Cobertura jornalística do caso Operação Marquês.....	64
Capítulo V: Resultados e análise.....	67

V. 1. O tempo da Operação Marquês no Telejornal	67
V. 2. Análise do conteúdo noticioso das peças	68
V. 3. Alinhamento no telejornal	69
V. 4. Géneros jornalísticos utilizados no telejornal	69
V. 5. Protagonistas da narrativa jornalística	71
V. 6. Fontes de informação	72
V. 7. Dificuldades encontradas durante o processo de investigação.....	73
Conclusão.....	74
Referências Bibliográficas	77
Apêndice A: Tabela 1 - Grelha de Recolha de Dados e	
Categorias de Análise	84
Apêndice B: Tabela 2 - Protagonistas activos das peças jornalísticas sobre	
a Operação Marquês	93
Apêndice C: Tabela 3 - Protagonistas activos das peças jornalísticas sobre	
a Operação Marquês	95
Apêndice D: Algumas reportagens realizadas durante o estágio.....	96
Apêndice E: Entrevista a João Ricardo Vasconcelo, jornalista da	
secção de sociedade	100
Apêndice F: Entrevista a Rita Marrafa de Carvalho, jornalista da	
secção de sociedade	103
Apêndice G: Entrevista a Margarida Neves de Sousa, jornalista da	
secção de sociedade	105
Apêndice H: Entrevista a Carla Diogo, jornalista da secção de sociedade...	107

Introdução

No âmbito do segundo ano do mestrado de Jornalismo, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova, surgiu a oportunidade de realizar um estágio curricular na Rádio e Televisão de Portugal, em Lisboa. Neste sentido, após três semestres de formação de componente teórica, foi possível colocar em prática os conhecimentos no “terreno”. A presente exposição representa o culminar de uma experiência de três meses no serviço público de televisão.

O relatório é constituído por cinco partes. Numa primeira instância, pretendeu-se efectuar uma sucinta apresentação da história e do papel desempenhado pela instituição de acolhimento. O capítulo II refere-se ao relato da experiência, dos desafios e das dificuldades que ocorreram durante o estágio. A terceira parte consistiu na elaboração de um enquadramento teórico, ou seja, procedeu-se à revisão da literatura através de publicações e artigos que serviram de contextualização para esta investigação, visto que “é o encontro com trabalhos de referência sobre um determinado assunto que nos revela as diferentes perspetivas que sobre ele existem e as matérias que, no âmbito desse tema, já foram objeto de pesquisa ou ainda permanecem em aberto à espera de respostas” (Gonçalves, 2005:26).

Neste ponto, estão representadas várias temáticas. Em primeiro lugar, enumeram-se as fases das rotinas produtivas dos meios de comunicação, desde a recolha ao tratamento de informação. Em seguida, procede-se à definição da informação televisiva. Posteriormente, observa-se a relação ambígua entre os políticos e os meios de comunicação e, tendo em conta que o estágio decorreu numa estação de televisão, torna-se necessário compreender o papel exercido por esse meio na relação que “cultivam” com os políticos. Observa-se também a simbiose entre os meios de comunicação e a justiça e os dilemas em torno das duas esferas.

No capítulo IV optou-se por elaborar uma abordagem metodológica. Apesar de se tratar de um relatório de estágio é exigido rigor e exactidão no tratamento e na apresentação dos dados, uma vez que é um trabalho realizado para a obtenção do grau de Mestre. Deste modo, procedeu-se à escolha de um estudo de caso que coincidissem com o período em que me encontrava a estagiar na RTP. Assim, a decisão recaiu no caso mediático designado por Operação Marquês, que surgiu no fim do mês de

novembro de 2014. O objectivo desta investigação consistiu avaliar a notoriedade atribuída ao acontecimento no noticiário televisivo do horário nobre da televisão pública, mais concretamente no Telejornal da RTP1. As notícias difundidas sobre o caso foram analisadas entre o período de 22 de novembro a 14 de dezembro de 2014. Por último, no capítulo V é realizado a análise dos resultados obtidos.

Desta forma, o estudo empírico representado neste relatório tem como questão principal: “Qual o destaque conferido ao caso Operação Marquês pela estação televisiva RTP?”. As acções e os comportamentos de figuras políticas ou ex-governantes, que desempenharam altos cargos na democracia, são alvos de enorme atenção de todos os meios de comunicação social. Ao menor deslize cometido, os protagonistas políticos sujeitam-se a ser julgados pelos *media* em “praça pública”. Neste caso, os meios de comunicação focaram-se no antigo primeiro ministro de Portugal, José Sócrates, que neste momento continua detido por suspeitas de corrupção, branqueamento de capitais e fraude fiscal. Um escândalo de cariz político e financeiro que marcará para sempre a história do país.

O CD, em anexo, mostra duas reportagens realizadas no âmbito do programa “Portugal em Directo”. O texto foi redigido e lido por mim e as imagens foram captadas por dois repórteres de imagem da RTP.

Este relatório de estágio curricular foi redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

CAPÍTULO I

I. 1. Breve história da instituição de acolhimento

Em Portugal, a televisão iniciou os seus primeiros passos a 15 de dezembro de 1955 com a criação da Rádiatelevisão Portuguesa, SARL, (RTP), uma iniciativa do Estado. O capital estava tripartido entre o governo, emissoras de radiodifusão privadas e particulares. As primeiras emissões experimentais ocorreram no dia 4 de setembro de 1956, às 21h30, a partir do recinto da Feira Popular de Lisboa, em Palhavã. Este dia simbolizou um dos maiores acontecimentos históricos em Portugal, pois foi a primeira vez que os cidadãos assistiram a imagens (preto e branco) e sons dentro da caixa mágica. Todavia, nem toda a população tinha televisão em casa nesta época.

As emissões regulares da televisão pública iniciaram-se a 7 de março de 1957, nos estúdios do Lumiar, que atingiam 60 por cento do território português. Numa primeira fase, estava previsto fazer-se uma cobertura apenas para as três áreas com maior índice de população, nomeadamente Porto, Coimbra e Lisboa. Em meados dos anos 60, a transmissão estendeu-se a todo o país. Entretanto, em 1968, surge o segundo canal da estação que passaria a se designar por RTP2. O objectivo do segundo canal era apresentar aos telespectadores uma programação complementar do primeiro, de modo “a oferecer a possibilidade de escolha entre géneros diferentes” (Teves, 2007:15).

A partir de 1970, a estação começa a transmitir conteúdos à hora do almoço e é estabelecido uma nova rubrica, o Telejornal. Na década de 70, o arquipélago da Madeira e dos Açores ainda não tinham acesso à informação televisiva, então foram criadas a RTP Madeira, em 1972, e a RTP Açores, em 1975.

“No dia 25 de Abril de 1974, foi a Rádio que informou os portugueses da mudança política em curso, mas foi a televisão que mostrou, pela primeira vez, os rostos de alguns dos protagonistas” (Santos e Sousa, 2003:23). Após a revolução, o estatuto da RTP é alterado e, no ano seguinte, a 2 de dezembro, a estação é nacionalizada, tornando-se uma empresa pública de Rádiatelevisão portuguesa sob decreto-lei nº 674-D/75. As primeiras imagens televisivas a cores começaram a ser emitidas nos anos 80.

No que concerne o sector económico, nesta altura, a publicidade era a grande fonte de financiamento do serviço público de televisão. Na década de 90, a abertura do

sector a entidades privadas colocou um fim ao monopólio estatal. Após a realização de um concurso público, surgiram novas emissoras de televisão, nomeadamente a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) que iniciou a sua actividade em 1992 e a Televisão Independente (TVI) que começou em 1993. Nesta época, apareceram também dois novos canais da RTP, a RTP Internacional e a RTP África.

No ano de 1992, a RTP converteu-se em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em termos da lei nº 21/92, Radiotelevisão Portuguesa, S.A. Em 2004, a Radiodifusão Portuguesa (RDP) e a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) fundiram-se numa única empresa pública e prestadora de serviço público, nascendo, assim a Rádio e Televisão de Portugal. No mesmo ano, a RTP inaugurou na Avenida Marechal Gomes da Costa, em Lisboa, as novas instalações, que permaneceram até hoje como sede. A RTP conta com treze delegações regionais: Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Porto, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Évora, Faro, Funchal e Ponta Delgada e treze delegações estrangeiras: Espanha, França, Bélgica, Suíça, Rússia, Timor, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Brasil e Estados Unidos da América.

I. 2. O serviço público de televisão: RTP

O conceito de serviço público define-se por um serviço que é dirigido a todos os cidadãos, cuja função consiste em atender as suas necessidades, tendo em consideração os seus gostos e faixas etárias. Segundo Eduardo Cintra Torres (2011:26), o conceito de serviço público é universal: “é um serviço prestado por iniciativa do Estado e da sociedade civil que os privados por si não podem, ou não querem prestar”.

“Em Portugal, o serviço público de rádio e televisão está concessionado à Rádio e Televisão de Portugal, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, através de um contrato de concessão de serviço público de televisão, onde se encontram definidos os direitos e obrigações do Estado e da Concessionária, os objectivos a alcançar e os critérios qualitativos e quantitativos que assegurem a sua concretização, bem como as respectivas formas de avaliação” (Estrela Serrano, 2010:7). O serviço público de televisão está consagrado na Constituição da República Portuguesa, na Lei da Televisão e no Contrato de Concessão de Serviço Público de Rádio e Televisão. Na Constituição, o art. 38.º, n.º 5, declara que “o Estado assegura a existência e o funcionamento de um

serviço público de rádio e de televisão”. No Capítulo V, o artigo 57º da Lei da Televisão (n.º 40/2014, de 09 de Julho), em vigor, é referido que “O Estado assegura o financiamento do serviço público de televisão e zela pela sua adequada aplicação, nos termos estabelecidos na lei e no contrato de concessão”. O financiamento da estação televisiva é efectuado mediante o Orçamento de Estado e de receitas publicitárias.

Uma das missões da RTP é garantir uma programação diversificada a nível regional, político, económico e cultural. Como se verifica no contrato de concessão do serviço público de televisão: “combater a uniformização da oferta televisiva, através de programação efetivamente diversificada, alternativa, criativa e não determinada por objectivos comerciais”. Uma estação de serviço público deve ser geradora de “elo social” e respeitar os valores da “identidade nacional”, sendo ainda o “garante do pluralismo” (Nuno Brandão, 2006:84). Como explica Felisbela Lopes (1999a:66-67) “um pluralismo dentro de cada canal, de cada programa, de cada notícia” e que “abra os microfones e crie programas para todas as partes em litígio com a máxima diversificação de protagonistas, incluindo os minoritários”. Neste sentido, a televisão pública deve assumir uma posição diferenciada no mercado, bem como uma personalidade distinta dos interesses das televisões privadas. Por isso, cabe ao operador público a responsabilidade na formação da opinião dos cidadãos e na dinamização do espaço público. Felisbela Lopes afirma que (1999b:6) “emitindo para um conjunto de cidadãos com “modos de vida” diferenciados, a televisão de serviço público, mais do que as estações generalistas privadas, tem obrigação de reflectir nas suas emissões realidades multiformes, não apenas aquelas que chegam às maiorias, mas também aquelas que se restringem a grupos minoritários”.

Nesta linha de pensamento está em causa o princípio de igualdade. É necessário criar dispositivos que permitam fazer chegar a informação que é transmitida através de som e de imagens, aos cidadãos que não conseguem ouvir. Por exemplo, na RTP, os programas televisivos estão adaptados à linguagem gestual portuguesa. “A igualdade pode também ser concebida em termos de oportunidade de participação nos canais de comunicação” (Felisbela Lopes, 1999a:136). Deste modo, o serviço público de televisão constitui-se como uma “janela contra a exclusão, contribuindo para a integração social e cultural a fim de se garantir a tão necessária coesão nacional, cada vez mais debilitada numa sociedade progressivamente mais planetária” (ibidem).

Joaquim Fidalgo (2005:16) descreve de forma esclarecedora seis elementos-chave para uma verdadeira lógica de serviço público de televisão, sendo eles:

1 - “um serviço público de televisão não é apenas uma lista de programas «à la carte», mas uma programação global, integrada, com uma linha condutora própria e objectivos bem definidos, quer em termos de projecto editorial (para a informação), quer em termos de formação e entretenimento (...)”

2 – “Uma televisão de serviço público significa também uma certa postura e uma atitude global, em termos éticos, sobretudo no modo como encara os potenciais receptores – menos como clientes, consumidores, percentagens de *share* a cativar a qualquer preço, e mais como cidadãos, sendo por isso tão importante aquilo que faz como aquilo que não faz nem permite que se faça”.

3 – “Uma televisão de serviço público é coisa diferente de uma televisão com programas de serviço (ou interesse) público O serviço público não é uma função em que se ande “fora e dentro”, conforme as horas, os programas, as audiências”.

4 – “A lógica de uma televisão de serviço público não deve, assim, ser uma lógica de «serviço mínimo», em jeito de mero complemento (...) mas uma lógica de canal/canais, uma lógica de “serviço-padrão” – global, referencial, alternativo e exemplar, tanto na apresentação dos programas como na sua própria concepção e preparação, na relação com o público, no cumprimento dos horários, na separação entre informação e publicidade, na variedade de propostas, na pluralidade das expressões a que se abre em todos os domínios, na atenção às maiorias e às minorias, na independência política, na exigência ética e deontológica, no respeito pela dignidade das pessoas (...)”

5 – “A lógica de um «serviço-padrão» de televisão pública, funcionando como garante de uma oferta televisiva universalmente acessível e contemplando os ingredientes básicos de informação/formação/entretenimento, além de assegurar uma alternativa permanente às televisões de lógica comercial (...)”.

6 – “Um serviço público de televisão – e que lhe deve permitir afirmar e desenvolver uma identidade própria (...) devendo alargar-se também ao próprio estatuto do operador, à sua relação com o poder e com a sociedade, às suas metodologias de trabalho, à sua gestão. Significa isso que tem de funcionar, em termos tanto formais como reais, com isenção e distância face ao Governo, devendo ser dotado de

mecanismos que não só garantam essa independência como também permitam a participação plural dos cidadãos na sua definição, acompanhamento e controlo”.

De acordo com Nuno Brandão (2006:20), o serviço público de televisão tem de apostar no jornalismo “como forma de conhecimento, longe do sensacionalismo, da dramatização e da espectacularidade das notícias e em favor de uma informação mais contextualizada e rigorosa nas mensagens a difundir”.

I. 3. Os dilemas da televisão pública

A RTP começou a sentir dificuldades financeiras após a entrada de duas novas emissoras televisivas no mercado português. Por um lado, a televisão pública adoptou a estratégia de aumentar o volume de horas de emissão e criar novos produtos, de modo a preencher esses horários. Por outro lado, a estação deixou de emitir as transmissões exclusivas de eventos importantes, nomeadamente os desportivos e os jornalistas, seduzidos por ordenados avultados, saíram da empresa. “Com isso, a RTP sofreu uma grande redução das suas receitas e aumento das suas despesas. Essas despesas estavam relacionadas com o pagamento da transmissão de sinal e também com a necessidade de competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos, ou seja, a disputa por programas, formatos e estrelas inflacionaram o seu preço” (Maria Érica Lima, 2005:22).

Joaquim Fidalgo (2005:26) declara que as televisões públicas acompanharam as tendências dos canais comerciais “deixando cada vez mais desguarnecidas (...) áreas de programação menos susceptíveis de captar audiências imediatas e os correlativos investimentos publicitários”. Como menciona Felisbela Lopes (1999a:37), “apesar de o serviço público de televisão ter missões específicas (sendo, por isso, financiado pelo Estado), em muitos países a política concorrencial entre as televisões públicas e privadas é visível, principalmente no domínio da publicidade”. Assim, segundo Nuno Brandão (2006:88), “Quando falamos de crise na televisão pública, esta dá-se com a sedimentação da televisão privada, que originou uma profunda crise de identidade, financiamento e contradições de funcionamento”.

Desta forma, a televisão pública aproxima-se dos ideais comerciais dos concorrentes privados, retirando-lhes, assim, a sua legitimidade e esquecendo-se de que

uma televisão de serviço público tem a função de ter um mercado televisivo diversificado.

Parafraseando Nuno Brandão (2006:88) “A sobrevivência e o futuro do serviço público situam-se no desenvolvimento da sua própria personalidade e identidade e não quando oferece produtos similares ao canais privados. Ou seja, tem de dar em cada dia ao seu público razões precisas e particulares para que este o escolha. E por isso não se pode exigir à televisão público que preste determinados serviços públicos e obrigá-la simultaneamente à competitividade mercantil. Isto leva-a a estar entre a informação e a publicidade”.

CAPÍTULO II

II. 1. O estágio em informação televisiva

“Que não me perguntes outra vez se tens vocação, pergunta-te a ti mesmo se te interessa averiguar, quanto medo tens de saber, de descobrir, de conhecer, de investigar, de falar e, às vezes, de calar. Olha-te ao espelho e responde: é para ti isso mais importante do que nada? Mais importante do que o dinheiro? Então és um jornalista.”

Cebrián, 2004:15

No meu ponto de vista, o estágio curricular é considerado uma das principais fases para o exercício de uma profissão no futuro. É um instrumento essencial fornecido pelas instituições de ensino superior que proporcionam aos alunos a capacidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos, leccionados durante o curso, numa empresa. O estágio estabelece o nosso primeiro contacto com o mundo do trabalho. O meu objectivo era estagiar numa estação de televisão generalista. Assim, no segundo ano do mestrado de Jornalismo, entreguei duas propostas: RTP e SIC. A realização do estágio curricular de três meses (Setembro a Novembro) recaiu na primeira opção. O estágio em informação televisiva possibilitou a concretização de um sonho: conhecer em “primeira mão” o fascinante mundo da televisão.

Importa destacar que todo o conteúdo do relato do estágio em informação televisiva apresentado neste capítulo resulta de uma observação directa e participante na redacção da RTP, em Lisboa. Neste ponto, a narração do relato consiste na descrição dos métodos e procedimentos na procura e selecção da informação e as saídas em reportagens com os jornalistas e os repórteres de imagem. Ao longo dos três meses, o registo de dados e informações no bloco de notas foi um utensílio essencial que permitiu redigir este relatório. Segundo Burgees (2001:86) “(...) a vantagem de ser um observador participante reside na oportunidade de estar disponível para recolher dados ricos e pormenorizados, baseados na observação de contextos naturais. Além disso, o observador pode obter relatos de situações na própria linguagem dos participantes, o que lhe dá acesso aos conceitos que são usados na vida de todos os dias”.

Os primeiros passos são os mais difíceis de tomar, pois não conhecemos bem “os cantos da casa” e os desafios que se irão colocar no nosso caminho. Quando cheguei à RTP deparei-me com uma estação de grandes dimensões, onde o silêncio é substituído por um constante frenesim dos jornalistas, dos produtores e dos operadores de câmara no estúdio. É um universo à parte. O primeiro contacto com a estação de televisão foi realizado no dia 1 de setembro. A subdiretora de informação, Rosário Salgueiro recebeu e notificou os estagiários curriculares que integram a redacção que apenas iriam aprender e não trabalhar. Por outras palavras, o conteúdo desenvolvido por nós não seria transmitido por nenhum programa, nem seria usada a nossa voz ou imagem. Posto isto, cada estagiário teve a oportunidade de escolher a secção, onde gostaria de ser inserido. A secção de sociedade da RTP foi a melhor decisão para realizar o meu estágio, visto que é uma área que abrange variados temas da actualidade desde a saúde à justiça. Em relação às outras secções, a “sociedade” é privilegiada, pois é composta por mais de 10 jornalistas, que por sua vez, produzem mais conteúdos para os blocos informativos.

A equipa de informação da RTP ocupa dois pisos. No andar de cima, é possível encontrar a secção de cultura, desporto, multimédia, a secção de rádio e um pequeno grupo que labora no programa diário designado por “Portugal em Directo”. No piso inferior encontram-se as secções de economia, internacional, política, sociedade e ainda a agenda. Neste espaço são realizados os seguintes noticiários da RTP1: “Bom dia Portugal”, “Jornal da Tarde” e o “Telejornal”. A secção de sociedade, onde estive inserida, elabora a maior parte das peças jornalísticas para o “Jornal da Tarde” e para o “Telejornal”.

II. 2. As primeiras lições

Na primeira semana de estágio, considerada a fase de adaptação, o estagiário não conhece as regras de funcionamento e o ritmo diário da estação. O horário dos jornalistas da secção da sociedade é flexível, à excepção daqueles que entram às cinco da manhã para preparar o noticiário “Bom dia Portugal”.

Ao longo dos três meses de estágio, cumpro um horário de oito horas diárias, coloquei em prática conhecimentos adquiridos no mestrado de Jornalismo e tive a oportunidade de acompanhar, de observar de perto as funções e os diferentes métodos de trabalho dos jornalistas e repórteres de imagem dentro e fora da estação. No entanto,

o meu horário era também flexível, ou seja, de acordo com a prévia marcação das reportagens efectuada pela editora da sociedade, Ana Romeu, iria acompanhar o jornalista no período da manhã ou no período de tarde. A editora Ana Romeu foi também a minha orientadora de estágio curricular.

Na redacção, a primeira tarefa consiste em consultar os jornais impressos e as agências de informação, um processo conhecido por revista de imprensa. Diariamente chega à redacção um grande fluxo de informação que precisa de ser filtrado, sistematizado e examinado. Então, a primeira lição consistiu na utilização do *software* ENPS (The Essential News Production System). Trata-se de um programa informático que permite consultar os serviços agendados, ou seja, o horário, o nome do jornalista e do repórter de imagem e uma pequena descrição da reportagem que vão cobrir. Porém, os serviços marcados na agenda não são fixos, visto que a cobertura dos mesmos pode ser alterada conforme os acontecimentos que ocorrerem nesse período de tempo. No ENPS são também inseridos os *feeds* de agências internacionais, nomeadamente, a Reuters, a France Press, e a agência portuguesa Lusa, permitindo, assim, a recolha de informação de vários pontos do mundo. Qualquer profissional desta área deve consultar outros órgãos de comunicação nacionais e internacionais, pois o jornalista deve manter-se sempre actualizado sobre os acontecimentos que sucedem à sua volta.

Além dessas funções, os jornalistas e editores têm acesso ao arquivo da RTP, no qual podem encontrar listas de contactos de instituições e de outros jornalistas e repórteres de imagem de várias delegações. Em seguida, aprendemos que o visionamento das imagens capturadas em bruto e posteriormente, editadas, é realizado através dos sistemas informáticos *Qwantel View* e o *Qwantel Cut*. Desta forma, os jornalistas, além de serem nossos colegas, tornam-se também nossos “mentores”.

No decorrer da primeira semana, como exercício de escrita, foi sugerido redigirmos *offs*, ou seja, o texto que o espectador ouve, enquanto visiona as imagens, está a ser dito em directo pelo pivôt, isto é, o apresentador de televisão. O segundo dia de estágio, dia 2 de setembro de 2014, coincidiu com o segundo dia do novo mapa judiciário. Tive a oportunidade de sair em reportagem com o jornalista, João Ricardo Vasconcelos e o repórter de imagem, António Antunes. O procedimento de agendar um serviço é sempre igual, ou seja, o editor de informação de cada editoria atribui uma ou duas reportagens a um jornalista e depois é confirmado o repórter de imagem que irá acompanhá-lo. A equipa de reportagem, constituída por um jornalista, o repórter de

imagem e a jornalista estagiária, deslocou-se de automóvel até o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, anteriormente designado por Tribunal de Loures. O objectivo da reportagem era avaliar os efeitos produzidos pela nova reforma judicial, em que as 231 comarcas deram lugar apenas a 23 distribuídas pelo país e ilhas. O novo mapa judiciário e as falhas no sistema informático CITIUS originaram diversas contestações junto dos tribunais, adiamentos de diligências e a desorganização de processos. Neste sentido, o jornalista entrevistou várias fontes, entre elas, Fernando Jorge, Presidente do sindicato dos funcionários judiciais, Helena Tomaz, advogada, Renata Carvalho, advogada e por último, o jornalista confrontou Carlos Brito, Vogal, que tutela a área das tecnologias de informação do Instituto de Gestão Financeira e Equipamento da justiça, com os dados obtidos e as declarações dos entrevistados.

No regresso, ao final da tarde, o jornalista João Ricardo Vasconcelos começou a redigir o texto da notícia, com o carro em andamento, enquanto me solicitava algumas opiniões. Os anos de experiência da profissão eram evidentes, pois teve a capacidade de apresentar os factos com rapidez. Ao mesmo tempo que escrevia, o jornalista explicou como as ideias principais deveriam ser estruturadas no texto. Ou seja, quem deveria ser o primeiro e o último intervenientes. O trabalho de equipa é muito importante, assim como a troca de impressões. O repórter de imagem que pertence à equipa informou-o que tinha captado vários “planos de corte”, isto é, planos de pormenor que mostram um plano aproximado das mãos ou dos gestos dos entrevistados ou do ambiente. Esses planos de corte são utilizados na última etapa, na edição, no intuito de contornar a monotonia da imagem. O repórter de imagem António Antunes sugeriu ainda algumas imagens que iriam espelhar melhor os acontecimentos e manter a atenção dos telespectadores. De acordo com João Canavilhas (2001:7) a imagem é um elemento “que torna a televisão no meio de comunicação mais poderoso, a facilidade com que se pode manipulá-la torna a edição num elemento fundamental da espectacularização. A decisão de mostrar umas imagens e ocultar outras, a distribuição das imagens ao longo da peça e a sua própria sequência permitem uma infinidade de possibilidades para explorar a vertente espectacular da notícia”.

Nesse dia, acompanhei todo o processo de construção de uma peça, desde a saída em reportagem, a escrita da peça, as imagens seleccionadas pelo jornalista e editor de imagem, a gravação de voz à montagem. Enquanto estagiários temos o privilégio de ser “espectadores” e de observar todos os passos necessários para a concretização de

uma reportagem. Na primeira experiência em reportagem, não faltaram as emoções, a ansiedade, a curiosidade e a sede de querer intervir como profissional. Verifiquei neste processo que a prática jornalística é uma verdadeira luta contra o tempo, pois são várias as acções a realizar num curto período de horas. Felisbela Lopes (1999a:80) declara que “o valor da informação jornalística já não está na verdade, mas na rapidez com que os factos se difundem. E esta prática está a tornar-se de tal forma generalizada que há já quem proponha a substituição do nome jornalista pela de instantaneista”. A autora explica que isto acontece “porque os programas apresentam um formato dentro do qual aquilo que acontece se desenha de determinadas formas (notícias, grande-reportagem, entrevistas/debate); porque os factos são, por vezes, inacessíveis; porque o tempo do acontecimento nem sempre se sincroniza com o tempo com o tempo mediático; porque nem sempre aquilo que acontece se integra nos critérios de noticiabilidade mediática” (ibidem). Em diversas situações, assisti à pressão e ao nervosismo dos jornalistas para concluírem o trabalho a tempo de alinhar no noticiário.

A agitação da redacção aliada a um enorme volume de trabalho eram factores que, diversas vezes, prejudicaram os estagiários, na medida em que era difícil a editora conseguir encontrar um serviço que fosse interessante para nós acompanharmos. Todavia, após consultar as reportagens agendadas, tinha a opção de “seleccionar” a reportagem e se a editora estivesse de acordo, seguia em reportagem com o jornalista. No dia anterior ao serviço ou mesmo no próprio dia, começava a pesquisar sobre o tema para estar preparada no terreno. Em algumas reportagens coloquei questões, que me surgiram no momento, aos intervenientes.

No dia 12 de setembro de 2014, quando menos esperava, surgiu a oportunidade de colocar algumas questões aos entrevistados. O jornalista Armando Seixas perguntou-me se queria fazer a entrevista e a minha resposta foi óbvia: “sim”. Na viagem de automóvel em direcção a Setúbal, o jornalista pôs-me a par do tema. Nos telhados da escola EB 2,3 de Azeitão, em Setúbal, verificou-se a existência de amianto, uma substância nociva para a saúde pública, nomeadamente para os estudantes, professores e funcionários da escola. Neste sentido, dirigi algumas perguntas à presidente da associação de pais e à directora da escola sobre as condições da escola e os efeitos que o amianto pode causar.

No dia 16 de setembro de 2014, proporcionou-se outro momento em que poderia fazer algumas perguntas. Desta vez, a reportagem tinha como tema a falta de

professores, de funcionários e a degradação das salas de aula do Conservatório Nacional de Lisboa. Com efeito, entrevistei a directora do Conservatório que, na altura, não sabia a data prevista para o início do semestre. Posteriormente, a jornalista Cristina Liz contactou o Ministério da Educação que respondeu através do correio electrónico. Nas duas ocasiões, senti um breve nervosismo que foi rapidamente colmatado com a adrenalina de entrevistar pessoas no terreno. Na maioria das reportagens que acompanhei, observei que os jornalistas dialogavam com colegas de outras estações de televisão, uma vez que pretendiam reduzir a incerteza das informações ou para obter mais dados sobre um determinado tema.

O contacto com a fonte é imprescindível para a construção de uma notícia, de modo que a obtenção de informação realiza-se por intermédio de uma entrevista. Daniel Ricardo, citado por Anabela Gradim (2000:105) afirma que “o método fundamental de investigação em jornalismo consiste em perguntar”. Para tal, os jornalistas necessitam de preparar bem as questões e de estar dentro do assunto, pois pretendem que as fontes concedam os dados que irão sustentar a sua “estória”, ilustrando de forma clara os acontecimentos aos telespectadores. Por isso, o jornalista toma atenção “do que anda à procura, e preparar cuidadosamente as entrevistas a realizar, documentando e esboçando mentalmente as perguntas que deseja ver respondidas” (ibidem:109). Como é explicado por Estrela Serrano (1999:9) “Para conseguir uma «estória» o repórter tem de saber a quem fazer perguntas e quem pode e tem competência para falar. A entrevista é o instrumento de pesquisa. Uma «estória» depende de o repórter conseguir ou não que as fontes digam qualquer coisa com «valor-notícia». Nos exemplos acima referidos, os entrevistados revelaram ser uma “boa fonte”, como Anabela Gradim categoriza como “competente e qualificada para se pronunciar acerca do assunto que é convidada a falar” (ibidem:105). Contudo, em algumas reportagens foi possível observar que algumas fontes não quiseram prestar quaisquer declarações, porque a televisão é um meio de grande exposição da imagem de uma pessoa. As fontes oficiais, nomeadamente os ministros mostraram-se mais relutantes em responder às questões colocadas pelos jornalistas. Em diversas situações, o jornalista estava presente numa conferência de imprensa à espera de obter um testemunho, mas sem sucesso.

Na fase de produção dos artigos, procedia à recolha de informação sobre o assunto e seleccionava os excertos de vídeo mais significativos das entrevistas. Posto isto, inserem-se os grafismos (leads e oráculos). No final da tarefa, as peças eram

mostradas à editora que fazia algumas correcções, não ao nível de erros ortográficos, mas como a notícia estava estruturada. Por vezes, o *off* que se encontrava no meio da peça era colocado no início, na abertura da peça ou então estava demasiado extenso e ajudava a encurtá-lo. Nesta perspectiva, os estagiários sentem-se ansiosos e apreensivos com a avaliação e a reacção dos editores de informação.

Produzi inúmeros artigos jornalísticos sobre variados temas desde cultura, saúde, internacional e política. De facto, os jornalistas, integrados numa determinada secção, prestam apoio a outras secções quando é necessário.

Após várias saídas em reportagem e peças escritas, quis montar as minhas peças. Esta tarefa não seria fácil, visto que os editores de imagem não têm tempo disponível para ajudar os estagiários. Contudo, com a colaboração do editor de imagem, Luís Moreira, habituado a escutar, ao longo dia, a leitura dos jornalistas da estação, ajudou-me a colocar a voz e as pausas no texto. Evidentemente que apontou algumas falhas, nomeadamente a ausência de entoação, a falta de ritmo e a monotonia. A minha principal preocupação, além desses detalhes, era o sotaque. Ao ler o texto tentava disfarçá-lo, mas o editor conveceu-me a contar com naturalidade, sem pressões, a história que queria transmitir aos espectadores. Os conselhos do editor de imagem foram essenciais para aperfeiçoar estas técnicas. Findado este processo, restava montar o *off* gravado e “pintar” a peça, ou seja, unir os vivos e as imagens numa única reportagem. Nesta etapa foi possível aprender a importância da duração do *off* (em poucos segundos), pois em televisão, a norma rege-se da seguinte forma: quanto mais curta for a peça, melhor. Ou seja, a média de duração de uma reportagem deve ser de um minuto e meio, mas se o tema for relevante é atribuído uma “tolerância” de dois minutos. Outro pormenor importante na montagem da peça consiste no som ambiente. Por vezes, o som é “abafado” por ruídos. Deste modo, o editor de imagem tem de fazer “magia”, cortar um som ambiente de outra parte da peça e, assim, consegue disfarçar o ruído. Apesar do produto final não estar perfeito senti-me satisfeita e orgulhosa no meu trabalho, pois era a composição do meu texto e voz, em simultâneo com as imagens captadas pelo repórter de imagem. Ao todo, consegui montar duas reportagens.

Embora o estágio tenha decorrido na secção de sociedade, tive a oportunidade de sair várias vezes em reportagem com a jornalista Filipa Costa que elabora a maioria das peças para o programa diário intitulado “Portugal em Directo” (PD). É um formato que

reúne “todas as regiões num só programa de informação regional”¹ e é apresentado pela apresentadora Dina Aguiar, uma cara conhecida de todos os portugueses. Como foi mencionado anteriormente, no capítulo I, a RTP deve oferecer uma grelha informativa diversificada. Neste sentido, o programa PD privilegia e valoriza “estórias”, as tradições, preocupações e protestos da população que são esquecidos ou excluídos dos grandes espaços noticiosos. A informação meteorológica de áreas rurais também compõem o programa televisivo. Embora o programa se chame “Portugal em Directo”, algumas das reportagens são gravadas e, posteriormente, transmitidas na televisão. A este método, os jornalistas designam por “falso directo”.

As duas reportagens editadas foram desenvolvidas no âmbito do PD. A primeira ocorreu no dia 22 de outubro de 2014, em Santarém, e a equipa era composta pela jornalista Filipa Costa, o repórter de imagem Hermano Soares e a estagiária. A reportagem baseou-se na 34.^a edição do festival nacional de gastronomia que decorreu na Casa do Campino. Neste certame, a jornalista decidiu fazer a cobertura das iguarias dos restaurantes madeirense, açoriano e de Vila Real. Entrevistou os responsáveis de cada estabelecimento e o vareador de turismo da Câmara Municipal de Santarém. Quando chegámos à redacção comecei a escrever a peça e a seleccionar o *timecode*, ou seja um código que permite localizar, no vídeo, o intervalo de tempo (horas, minutos e segundos).

No dia 4 de novembro de 2014, a segunda reportagem foi realizada na loja Pêndulo Real, em Lisboa, pela jornalista Filipa Costa e a repórter de imagem Carla Quirino. O objectivo era mostrar o trabalho manual executado pelo proprietário da loja com ajuda do filho e do sobrinho. Na Pêndulo Real é possível restaurar e reparar relógios mecânicos de caixa alta, de parede e de mesa. Neste caso, a repórter de imagem teve algumas dificuldades em gravar os planos, uma vez que a dimensão do espaço era muito reduzido. No entanto, a repórter Carla Quirino conseguiu filmar vários e o testemunho está guardado no CD em anexo.

¹ Descrição do formato “Portugal em Directo” no site da RTP.

II. 3. Dificuldades sentidas durante o estágio

A maior dificuldade que senti recaiu nos “falsos directos”, pois este exercício exige conhecimento do tema, precisão, clareza no discurso e também ser capaz de improvisar. Estar em frente a uma câmara, segurar o microfone, e construir um diálogo coeso é uma grande responsabilidade do jornalista. Não posso deixar de citar o nome da jornalista Filipa Costa, do programa Portugal em Directo, que me ajudou e ensinou na preparação dos “falsos directos”. Até então nunca tinha feito um “falso directo”. Apesar de largos anos de experiência que os jornalistas da RTP têm, notei que alguns sentiam-se mais à vontade do que outros nos directos, pois tudo o que é dito em directo não é possível de cortar, editar ou repetir.

Na RTP, os directos são realizados através do carro de satélite ou de um dispositivo tecnológico portátil designado por Teradek, composto por várias *pen drives* de operadoras móveis, que envia as imagens em poucos minutos para a redacção. Os repórteres de imagem assumem um papel importante, visto que estão a mostrar o acontecimento naquele preciso momento ao telespectador.

A experiência na RTP de Lisboa foi enriquecedora e positiva, visto que concretizei um sonho: observar e presenciar tudo o que se faz nos bastidores e estúdios de televisão. Tive a oportunidade de conhecer e conviver directamente com profissionais da estação, que me ensinaram e me deram conselhos sobre esta área. Durante o estágio surgiram pontos negativos, nomeadamente o acompanhamento da orientadora da instituição, neste caso a editora de sociedade, pois, na maioria da vezes, não teve tempo disponível para avaliar os meus trabalhos.

Nos trabalhos que elaborei tentei sempre redigir as reportagens com rigor, exactidão, objectividade e outros valores notícia leccionados na faculdade. Como é referido no art.º 1 do Código Deontológico dos Jornalistas: “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.”

CAPÍTULO III

Enquadramento teórico

III. 1. Os media e a rotina produtiva

“As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia, isto é, permitem ao jornalista que ‘controle’ o seu trabalho”

(Nelson Traquina, 1988 in Jorge Pedro Sousa, 2000: 53)

Os meios de comunicação desempenham, cada vez mais, um papel vital na construção da realidade social, na medida em que dão visibilidade e legitimidade a um acontecimento. Como refere Niklas Luhmann (2000:32), citado por Paulo Serra (2006:160), “o que sabemos sobre a sociedade e ainda o que sabemos sobre o mundo, sabemos-lo através dos meios de comunicação de massas”. Neste sentido, os jornalistas, assumem uma responsabilidade acrescida, pois têm o objectivo de servir o interesse público. Segundo Traquina (1999:168) “os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes ativos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento”.

Para atingir essa meta, os profissionais desta área regem-se por uma rotina produtiva sistematizada em diferentes fases de produção que correspondem à recolha, à selecção e à apresentação da informação. “As rotinas asseguram ao jornalista pressionado pelo tempo um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícias” (Sousa, 2000:53 é citado por Nuno Brandão, 2006:125-126).

Numa primeira instância, o jornalista preocupa-se em recolher o maior número de dados, de acordo com os recursos disponíveis. Este procedimento consiste em contactar fontes de informação, nomeadamente, fontes na esfera política e institucional, quer através de funcionários especializados, quer através de acesores de imprensa e pessoas ligadas à política. “Aqueles que detêm o poder económico ou político podem,

facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas acções produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos” (Gans, 1979 é citado por Mário Mesquita, Teorias da comunicação 1999:224). Os jornais preferem cobrir instituições de prestígio, porque lhes confere credibilidade. Trata-se de uma relação de interdependência. Em seguida, os jornalistas operam como *gatekeepers*, ou seja, filtram a informação e determinam que acontecimentos são jornalisticamente interessantes e quais os que não têm relevância. Esta selecção é realizada com base em critérios jornalísticos, designados por valores-notícia que estão presentes em todo o processo produtivo. Nelson Traquina (1999:187-193) enumera alguns: morte, notoriedade, proximidade, novidade, tempo, conflito, inesperado e efeméride. Desta forma, se o acontecimento conter mais do que um valor-notícia tem maior probabilidade de ser transformado em notícia.

A função do *agenda-setting*, ou seja, a agenda dos media está intrinsecamente relacionado com o planeamento dos acontecimentos, cuja noticiabilidade é dada como garantida. Assim, o agendamento permite organizar, com antecedência, a cobertura de um determinado evento. “Quanto maior fosse o ênfase dos media sobre um tema e quanto mais continuada fosse a abordagem dessa tema maior seria a importância que o público lhe atribuiria na sua agenda” (McCombs e Shaw, 1972 citados por Jorge Pedro Sousa, 2000:165). Todavia, a decisão de definir um acontecimento como tema principal é uma tarefa árdua, pois, muitas vezes, esse caso coincide com outros factos que ocorrem no mesmo dia.

Os media interessam-se preferencialmente por *breaking stories*, isto é, notícias imprevistas, que têm prioridade, em detrimento das “notícias sem data”, ou seja, não estão associadas a um evento específico e por isso podem ser difundidas em qualquer dia da semana. A socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1978:46), citada por Nelson Traquina (2002:205) classifica estes acontecimentos como *hard news*, o aparecimento de novos eventos que “devem ser processados rapidamente”. Em oposição encontram-se as *soft news*, notícias ligeiras que são intemporais e estão guardadas na “carteira”. De acordo com Tuchman, as *hard news* podem, ainda, ser designadas por “mega-acontecimento” que “rebenta nas redacções jornalísticas e provoca uma alteração completa na rotina, como uma nova primeira página, boletins de notícias, uma interrupção prolongada da programação normal”. O ano de 2014 registou vários “mega-

acontecimentos”, nomeadamente a morte do ex-jogador português Eusébio da Silva Ferreira, o fim do programa Troika, o escândalo do grupo Banco Espírito Santo (BES), o processo dos vistos *gold* juntamente com a detenção de altos membros do Estado e do Serviço Nacional de Estrangeiros (SEF), a Operação Marquês, cujo principal detido foi o ex-primeiro ministro, José Sócrates, que constitui o tema deste estudo.

Vitor Gonçalves (2005:58) sublinha outro conceito designado por “pseudo-acontecimentos” que foi introduzido em 1961 por Daniel Boorstin. São eventos pré-planeados, intencionais para serem noticiados. “Os debates e entrevistas são exemplos de pseudo-eventos, na medida em que são claramente artificiais e organizados: na forma como os participantes aparecem, as questões são colocadas e as respostas cuidadosamente construídas. Por outro lado, são, na maior parte dos casos, transmitidos em directo, e a audiência tem oportunidade de fazer julgamentos sobre os actores” (ibidem).

Assumindo estes pressupostos teremos de considerar o jornalismo televisivo que é o centro desta investigação. Em televisão, os coordenadores de informação e editores de cada secção da redacção estão incumbidos de organizar o alinhamento dos blocos informativos. Assim, tal como os jornalistas actuam conforme o agendamento. Ou seja, determinam a “ordem do dia” dos temas e problemas presentes na agenda dos media e, posteriormente, a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos. Por conseguinte, o esquema é constituído pela notícia de abertura, a ordem em que devem aparecer as reportagens e o tempo que cada uma ocupa. Contudo, há muitas notícias que revelam pouca informação ou que não foram completadas por falta de tempo e acabam por “cair” e não entram no jornal. Além dos critérios de noticiabilidade anteriormente referidos, existe ainda um outro valor-notícia bastante influente no meio televisivo que é a visibilidade. O “valor” da imagem é um critério condicionante, o que significa que uma boa “estória” sem imagens tem poucas hipóteses de se tornar notícia.

No que diz respeito à última etapa, a apresentação consiste no tratamento da informação. “O processo de tratamento não pode ser explicitado nos noticiários; se o fosse, destruiria a convicção que o público tem de que a pretensão do órgão de informação não é criar notícias mas apenas relatá-las” (Altheide, 1976 é citado por Mauro Wolf, 1999:244). No caso da televisão, a produção da informação é pensada sempre no telespectador.

Apesar da ausência de *feed-back* por parte dos receptores, o “jornalista tem de pensar no tipo de notícias que é mais importante para o público, serve-se mais da sua opinião acerca das notícias do que do que de dados específicos sobre a composição, o gosto e os desejos daqueles com quem está a comunicar” (Schlesinger, 1978 é citado por Mário Mesquita, 1999:247). Deste modo, a selecção das notícias por parte dos jornalistas coloca em causa a doutrina da objectividade. "O ideal da objectividade sugere que os factos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas consigam uma distanciação relativa aos acontecimentos do mundo real cujo significado e verdade eles transmitem ao público através de uma linguagem neutra e competentes técnicas de reportagem. Assim, os media noticiosos ofereceriam o resumo fiel dos acontecimentos noticiáveis do dia - os mais relevantes e interessantes para o público. Os media imparciais dariam, quantitativa e qualitativamente, uma cobertura equilibrada às perspectivas políticas e legítimas em concorrência" (Hackett, 1993:105 citado por Nelson Traquina, 1999: 201). Contudo, na prática, a representação exacta da realidade não é executada com esta precisão e veracidade, uma vez que os jornalistas não se restringem a narrar a realidade de forma imparcial e neutra. Do ponto de vista de Vitor Gonçalves (2005:42), “as investigações já demonstraram que a objetividade é mais um desejo que se espera ver concretizado do que uma realidade, uma vez que, em qualquer cobertura jornalística, seja da atividade política ou outra, há que ter em conta a subjetividade, a que não se pode fugir, do sujeito que comunica um determinado acontecimento”. De facto, para apresentar a realidade, o jornalista tem de definir uma abordagem para a construção de um acontecimento, ou seja, acaba por “distorcer” a informação, ao escolher um determinado ângulo em detrimento de outro.

Esta questão leva-nos a uma outra, a da manipulação. Pierre Bourdieu (1997:8) diz acerca do meio jornalístico que “quanto melhor compreendermos como ele funciona, melhor compreenderemos que as pessoas que nele participam são tão manipuladas como manipuladoras”, referindo-se assim à manipulação do público pelo jornalista e do jornalista pela organização para a qual trabalha. O poder de análise e interpretação feita pelos jornalistas nem sempre é isento de pressões, sofrendo-as na maioria das vezes quer do meio profissional em que se insere, quer da empresa para quem trabalha. Na origem da manipulação do público está a corrida às audiências e o lucro. Como sustenta Eduardo Cintra Torres (2011:41) “A necessidade de atrair audiências tem levado os operadores generalistas a perseguir os eventos mediáticos

disponíveis, mas também a criar os seus próprios eventos”. Neste sentido, a audiência é encarada como mercado e por isso, o cidadão torna-se “mercadoria” que é vendida aos anunciantes em troca de “receitas de publicidade” (Nuno Brandão, 2006:72). Este critério está associado à concorrência feroz que se observa no interior do campo jornalístico. Deste modo, há uma permanente preocupação na própria selecção e tratamento da informação com a finalidade de elevar os índices de audiência, em que “cada canal vigia os demais” (Nuno Brandão, 2006:70).

Os meios de comunicação privilegiam a informação com carácter actual, relegando para segundo plano a informação de mais difícil acesso. O “*scoop* jornalístico”, ou seja, o furo jornalístico, é para um director de informação, um êxito a conseguir; em televisão, por exemplo, a obsessão pelo directo tornou-se evidente. No seguimento desta observação seria possível afirmar que estamos perante uma progressiva heterogeneidade televisiva. Nuno Brandão (2005:69) afirma que “a importância da televisão pública” é vista “como uma alternativa às televisões privadas, que tendem a gerar homogeneidade de ofertas, porque funcionam, cada vez mais, numa lógica de procura”. Assim, segundo o autor, “hoje, procura-se difundir à mesma hora o mesmo tipo de produtos, resultantes da busca de audiências para se atingir maiores lucros comerciais, mas caímos na tentação que a difusão governe a produção” (ibidem). Por isso, torna-se necessário dar um novo sentido às emissões televisivas. Parafraseando Estrela Serrano (2005:61) “Em televisão, a inovação consiste, em grande parte, na descoberta de novos formatos e de novas soluções dramáticas e estéticas”.

Outra característica assente no jornalismo televisivo é o imediatismo. Em televisão, o fluxo de mensagens é tão rápido que não há tempo para reflectir sobre o que foi dito. O telespectador não tem possibilidade de “voltar atrás” ou escolher as notícias que prefere ver. Bourdieu (1997:24) refere que existe um elo negativo entre a velocidade e o pensamento, assegurando que o tempo é insuficiente para se conseguir pensar. O autor caracteriza as pessoas como *fast thinkers*, pensadores rápidos, na medida em que comunicam por “ideias feitas”.

III. 2. Informação televisiva

Como foi possível observar, os órgãos de comunicação social são importantes instrumentos que veiculam informação para o espaço público. Como refere Nuno Brandão (2006:98), “O verdadeiro papel da informação, pelo poder da sua representação e influência, é responder ao direito do público a conhecer a verdade para que os cidadãos possam formar a sua opinião”.

No âmbito desta investigação iremo-nos focar, neste capítulo, nas características da informação televisiva. Como descreve Eduardo Cintra Torres (2011:24) “A televisão tornou-se uma das mais versáteis formas de comunicação, com grande variedade de conteúdos”. Segundo Gustavo Cardoso e Sandra Amaral (2006:1), a televisão é o meio de comunicação “com maior número de utilizadores (telespectadores) e também aquele a que concedemos mais horas do nosso dia a dia”. De modo que, a televisão tornou-se uma referência para os telespectadores, em que, se acontecimento não for considerado noticiável, a maioria dos cidadãos rejeita-o e não o julga importante. É caso do argumento: “É verdade, eu vi na televisão”. Por outras palavras, se um acontecimento não for emitido no ecrã, não ocorreu na realidade.

A imagem é o elemento mais importante em televisão, uma vez que “uma boa história sem imagens não tem qualquer hipótese de ser noticiável” (João Canavilhas, 2001:4). Diz o ditado popular, “uma imagem vale mais do que mil palavras”. Walter Cronkite (1998:61) menciona que, no jornalismo televisivo, as imagens são mais influentes do que as palavras. Segundo o autor, em televisão, “a imagem é tudo” (idem, ibidem). No entanto, como explica Veruska Sayonara de Góis (2010:10) a imagem não pode suprimir integralmente a narração verbal, porque deve ser complementada com “caracteres explicativos e descritivos” que são introduzidos nos oráculos e rodapés do noticiário.

Ao contrário da rádio e do jornal impresso, a televisão consegue transmitir através do som, escrita e imagem, uma informação mais completa dos acontecimentos. Robert Hackett (1999:121) citado por Nuno Brandão (2005:131) explica que a televisão é considerada o “meio de informação mais credível do público” e principalmente o telejornal como uma “forma particularmente potente de realismo”, uma vez que alia o visual com o áudio. Neste sentido, o discurso verbal e o suporte de áudio conferem

sentido à mensagem, mesmo quando um dos elementos adquire prevalência sobre o outro. Gustavo Cardoso e Sandra Amaral (2006:1) acrescentam mais uma especificidade sobre a televisão: “é o meio de comunicação com maior número de utilizadores (telespectadores) e também aquele a que concedemos mais horas do nosso dia a dia”. Por outro lado, Felisbela Lopes revela que (2007a:19), a televisão “poderá não ser o melhor meio para conhecer a realidade, mas será aquele através do qual um número significativo de pessoas acede ao que se passa. Poderá não ser o meio que restitui a imagem mais transparente e menos fragmentária do real, mas será aquele que, (des)contextualizando-nos de um aqui e agora, nos coloca diante múltiplos estilos de vida. Poderá não ser o meio mais permeável a todo o tipo de acontecimentos, mas será aquele com mais poder estruturante, assumindo-se como uma espécie de arena coletiva onde se partilha um mundo comum ou aquilo que, a partir dessa visibilidade mediática, passa a integrar o espaço público contemporâneo. Poderá não ser o meio com maior independência dos vários tipos de poder, nomeadamente do político e do económico, mas é aquele que, por atingir um grande número de pessoas, maior capacidade tem para criar laços sociais de várias ordens. Poderá não ser um meio mais desprendido de constrangimentos estruturais, mas é aquele com mais força ao nível do agenda-setting”. Assim, a televisão é uma peça fulcral na educação e formação dos cidadãos, visto que é para uma grande parte da população o único meio de informação.

De acordo com Jorge Nuno Oliveira (2007:13) “A televisão é o império da imagem. É o meio de comunicação mais poderoso, influente e popular em todo o mundo”. O domínio da imagem televisiva permite-nos ser “testemunhas oculares de qualquer acontecimento, a qualquer hora, em qualquer lugar” (ibidem). Assim, o jornalista convida o telespectador a conhecer a “estória” que está a reportar. Apesar de o telespectador não estar presente, a narrativa é pessoal, pois é possível observar a expressão do jornalista, a postura e ouvir a sua voz.

Hoje a televisão prima por uma lógica principal: “informar (refletir a realidade); formar (interpretá-la); e distrair (ocupar os tempos livres)” (Fontcuberta, 2010: 28). No meio televisivo predominam “acontecimentos extraordinários sobre os ordinários, os excepcionais sobre os quotidianos, os exclusivos sobre os comuns. E quando não existem acontecimentos excepcionais, procura um ponto de vista excepcional” (Ferrés, 2000b:35 citado por Nuno Brandão, 2005:139). Segundo Diana Andringa (2002:109), “O sangue e as lágrimas tornam-se assunto de abertura dos noticiários, as câmaras e os

microfones passam a entrar nos tribunais, a esperar familiares de doentes e de vítimas de actos de violência”. Por vezes, “a imagem não tem fronteiras” (Squirra, 1993:53 citado por Veruska Góis, 2010:5). Ou seja, a captação de imagens relacionadas com o insólito, escândalo e o drama tornaram-se critérios frequentes entre a escolha informativa. Estes ingredientes são a fórmula de sucesso que garentem a subida das audiências. As notícias negativas ocupam um lugar de destaque nos noticiários televisivos, porque são temas que fogem à rotina, “fizeram sempre vender” e a rapidez como circulam faz com que toda a sociedade comece a comentá-los. “Esta tendência actual da informação jornalística, e sobretudo televisiva, estende-se a todos operadores de televisão, incluindo os públicos, transformando a informação televisiva numa informação-espectáculo” (Nuno Brandão, 2005:146).

Para Pierre Bourdieu (1997:12) “a televisão apela à dramatização, no duplo sentido da palavra: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera a sua importância, a sua gravidade e o seu carácter drâmático trágico”. O autor refere ainda que estes tema “podem ter uma carga de implicações políticas, éticas, etc., de molde a desencadear sentimentos fortes, muitas vezes negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro e o simples relato, o facto de relatar, *to record*, como repórter, implica sempre uma construção da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização” (idem, ibidem). Por exemplo, o vídeo viral de 2013 no *Youtube*, apresentado por João Moleira, pivot da SIC, no qual anuncia uma notícia de última hora: “Aranhas gigantes avistadas na Ponte 25 de Abril, em Lisboa.” Apesar de ser perceptível que a história era apenas uma brincadeira, a produção, a edição e a presença de um jornalista conceituado da televisão conduziram algumas pessoas a duvidarem da veracidade do acontecimento. João Canavilhas (2001:7), no seu artigo sobre *O domínio da Informação espetáculo na Televisão* diz o seguinte: “Uma frase bombástica a abrir, um pequeno oráculo a dizer "exclusivo", uma filmagem em contraluz ou uma voz distorcida, são alguns elementos que introduzidos na montagem despertam a atenção e permitem espectacularizar a notícia”. Neste sentido, o choque emocional causado por imagens televisivas “não tem comparação possível com o que os outros media podem provocar” (Freixo, 2002:384 citado por Nuno Brandão, 2006:105). De tal forma que, a imagem funciona como legitimação do acontecimento. A informação televisiva vive essencialmente à base de entretenimento, um espectáculo, pois a ”concorrência desenfreada a que se entregam as cadeias obriga os jornalistas a

procurar o sensacionalismo a todo o custo” (Ramonet, 2000:94-102 citado por Nuno Brandão, 2006:136). Felisbela Lopes e Sara Pereira (2007b:8) referem que “as decisões de programação são tomadas muitas vezes observando o que a concorrência faz. As estações jogam por vezes ao ‘esconde-esconde’ para que não lhes seja roubada ou copiada uma ideia ou um convidado.” Logo, não se deve “dar demasiado espaço às informações provocantes ou susceptíveis de desmoralizar a população”, mas sim, através de uma informação absoluta que necessita de “contextualizar a actualidade, fornecer análises, comentários, opiniões” (Claude Jean Bertrand, 2002:66-82 citado por Nuno Brandão, 2006:106) Nesta perspectiva, é fundamental os media actuarem de acordo com a sua conduta moral, apelarem ao “bom senso” e respeitarem os códigos deontológicos da profissão. Os media não são apenas mensageiros. Por isso, competem-lhes reportar acontecimentos relevantes e descobrir a realidade por detrás do conflito, drama e espectacularização.

O noticiário da noite, designado por Telejornal, assume-se ainda hoje o principal programa de informação televisiva. Como menciona Jaspers (1998:50) “O telejornal é, antes de tudo, uma obra colectiva onde a responsabilidade própria do jornalista é difícil de circunscrever”. Oegema e Kleinnijenhuis (2001:295) citados por Estrela Serrano (2005:59) revelam que “assistir ao jornal televisivo da noite constitui, nas sociedades ocidentais, um ritual durante o qual se estabelecem “relações de troca entre produtores da informação e receptores”. Como refere Nuno Brandão (2006:130), o noticiário da noite é constituído por uma colecção de “estórias” que são “seleccionadas e organizadas de modo a serem vistas integralmente por todo o espectador”, assim como pretende apresentar “uma interpretação única, unificada dos acontecimentos do dia como um todo”. Assim, o jornal televisivo não permite ao telespectador “voltar atrás” ou escolher as notícias que intenciona ler.

A hierarquização da informação é um factor determinante. Segundo Jaspers (1998:175-177), a organização das notícias em categorias, reflecte-se em dois efeitos: “o efeito de posição sequencial”, geralmente, na segunda parte do telejornal são integradas “informações-produtos sem utilidade real mas que fazem parte da comunicação agradável (resultados desportivos, notícias ligeiras ou fúteis, concursos de beleza, nascimentos no zoo, recordes estúpidos”. Contudo, o autor aponta que “é no último minuto que deveria ser colocada uma das informações mais importantes”, uma vez que as últimas peças são as mais fáceis de memorizar. O “efeito de interferência

proactivo” refere-se à necessidade de alternar as matérias e as categorias de informação, reagrupando as suas “informações que têm uma unidade de sentido em função dos seus objectivos, causas e consequências”. (ibidem).

O discurso televisivo é um processo de narrativização curto, conciso e coloquial. “O tempo televisivo é sempre curto, incisivo e espectacular, opondo-se sistematicamente ao essencial, onde ficamos no final de cada noticiário televisivo com a sensação de tudo sabermos porque tudo vimos, mas como é evidente, trata-se sobretudo de uma imensa ilusão” (Rogério Santos, 2000 é citado por Nuno Brandão, 2006:136). As mensagens televisivas são objectivas e a imagem facilita a compreensão imediata do que é veiculado. Vitor Gonçalves (2005:56) descreve que “a televisão é especialmente poderosa ao fornecer uma visão do mundo, porque mostra às pessoas uma realidade que seria dificilmente construída a partir de descrições verbais”. O autor enumera alguns exemplos, nomeadamente, “o lançamento de uma nave espacial, uma guerra em curso ou a pobreza num país africano” (ibidem).

Os telespectadores não conseguem estar vários minutos concentrados a uma peça jornalística, quanto mais tempo for a sua duração, mais rapidamente o receptor mudará de canal. O público procura um programa que o desperte e suscite curiosidade, porque estão à espera de inovação. Assim, segundo Paternostro (1999:78-85) citado por Alfredo Vizeu (2002a:9) “se o telespectador se desligar, não há desculpas: o erro foi nosso. Quanto mais as palavras (ou o texto como um todo) forem familiares ao telespectador, maior será o grau de comunicação. As palavras e as estruturas das frases devem estar o mais próximo possível de uma conversa. Devemos usar palavras simples e fortes, elegantes e bonitas, apropriadas ao significado e à da história que queremos contar”.

O telejornal é arquitetado de acordo com os critérios da instantaneidade e do directo, diminuindo o “papel crítico do jornalista, em benefício do nevoeiro informacional do chegar primeiro que os outros, o que está associado a uma intensificação pela luta de alcançar o máximo de audiências” (Nuno Brandão, 2005:136). O directo é denominado como a “magia da televisão”, pois possibilita o contacto com a realidade, em que o telespectador tem a percepção de que tudo o que visualiza está a suceder, subsistindo um forte efeito de imediatez temporal. Como refere Alfredo Vizeu (2002a:8) “A atualidade é um vínculo central que se estabelece entre a audiência e o jornal. A ausência desse fator tornaria o telejornal obsoleto uma vez que

não haveria o interesse do público em assistir ao que já é conhecido, ao que não é atual. Por isso, a preocupação constante no telejornalismo em apresentar qualquer notícia como se estivesse ocorrendo no momento da apresentação do noticiário. A audiência acredita que o que está sendo mostrado aconteceu naquele momento”. Contudo, a transmissão do directo não permite ao jornalista ter controlo do que está a relatar, criando uma tensão própria e única.

Na televisão não existe tempo para aprofundar os temas. Como refere Estrela Serrano (2005:61) “A televisão não é um meio apropriado para apresentação de grande quantidade de informação que requeira atenção a nuances. As reportagens televisivas raramente permitem longas exposições ou relatos pormenorizados. A produção televisiva, incluindo o jornalismo, é pensada para provocar sentimentos e empatia por parte dos telespectadores”. Assim, os jornalistas tornam-se vítimas da tirania do factor tempo, na medida em que têm de “escolher para cada ideia forte, uma frase curta que possa ser recordada e entendida”. (Jorge Nuno Oliveira, 2007:56). “O jornalista limita-se a acrescentar um mínimo de informação, dado que a força da imagem deve sobrepor-se a tudo” (Ramonet, 2000:33-34). Desta forma, os jornalistas são obrigados a condensar a informação. Em média, uma peça jornalística deve ter a duração de um minuto e meio, no máximo dois. Por serem peças curtas “são estimulantes, fortes, mantêm o espectador atento, não o deixam “adormecer” ou desinteressar-se da nossa história” (Jorge Nuno Oliveira, 2007:56).

III. 3. A representatividade dos políticos nos media

“Durante muito tempo os políticos sonharam domesticar os media e fazer deles auxiliares, voluntários ou não, do seu poder; atualmente, cheios de medo, receiam tocar nas regras do sistema mediático como se viessem a ser, por um simples efeito boomerang, as primeiras vítimas das suas próprias iniciativas”

(Alain Minc, 1994:139)

Os meios de comunicação, na sociedade contemporânea, são os principais mecanismos de difusão das actividades da classe política. Parafraseando Vitor Gonçalves (2005:41), os meios de comunicação cumprem uma dupla função: funcionam como “transmissores de comunicações políticas com origem em terceiros

(cidadãos/eleitores ou agentes/organizações políticas)”, por outro lado, desempenham “o papel de emissores de mensagens políticas construídas pelos jornalistas ou pelos colaboradores desse meio” (ibidem). A opinião que os cidadãos formam sobre a esfera política, resulta sobretudo da maneira como os meios de comunicação lhes mostram os eventos. O autor avança ainda que os jornalistas são os responsáveis na decisão a “quem vão dar voz, o espaço e o tempo a atribuir a um determinado assunto ou indivíduo” (2005:63). Para existir, “o político tem de ocupar terreno, dia após dia, ou desaparece” Estrela Serrano (1999:14). Os responsáveis políticos sobrevivem através das sondagens, índices de popularidade e barómetros veiculados pela comunicação social. Nesta linha de pensamento, Sanchez Noriega (1997:244) citado por Felisbela Lopes (2005:10) argumenta que “quem não aparece nos media não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal”. Assim, prevalece a noção de que se algo não tem visibilidade nos media, não aconteceu. Como refere Vitor Gonçalves (2005:62) se as acções de um político não tiverem “visibilidade no ambiente mediático é como se não existissem”. Então, “os meios de comunicação tornaram-se passagem obrigatória dos que querem chegar ao poder. Melhor, tornaram-se eles próprios um poder de parte inteira” (Woodrow, 1996: 105-106). Desta forma, os políticos estão conscientes da competência dos media e, reconhecem que, relativamente aos outdoors ou os cartazes de propaganda política, os órgãos de comunicação possuem uma maior influência junto dos eleitores e asseguram uma legitimidade nos comunicados políticos. Assim, segundo Miguel Midões (2009:10), a “mediatização das personagens políticas torna-as em vedetas ou destrói-lhes a imagem”. Ao longo dos anos, a relação entre os media e os políticos intensificou-se muito, o que torna difícil idealizar um sem o outro. Por esta razão, os media devem ser considerados como importantes actores políticos. João Carlos Correia (2009:12) afirma que “é impossível conceber a política sem a existência de um ambiente mediático, denotando-se da parte dos políticos notáveis esforços para controlar as margens de incerteza resultantes de um relacionamento dinâmico com a opinião pública”.

A ligação que une o sistema político e o sistema mediático tem sido alvo de debates e tem fomentado polémicas em torno destes dois campos. Neste sentido, Alain Minc (1994:139) critica a “estranha relação, a que une estes dois poderes, o político e o dos media: um oficial, outro oficioso; um tutelar, o outro sugestivo; um glorioso, o

outro sentencioso. É uma relação sado-masoquista. Não lhe falta nenhum dos componentes da doença: a sedução, o domínio, a dependência, a alienação. Em função das circunstâncias, das posturas, dos temperamentos, uma atitude sobrepõe-se a outra, sem que nunca os media e os políticos cheguem a estabelecer um laço normal e simples”. Vários autores referem que os políticos são acusados de controlar e de manipular os media, e que são considerados como um aparelho, cuja preocupação é atingir um fim. Por conseguinte, os media são também criticados por transformarem “a política num mero espectáculo demitindo-se de apresentar aos cidadãos os problemas relativas à coisa pública, as soluções e as alternativas políticas em presença e apostando na divulgação dos pormenores relativos à baixa política, à vida privada e mesmo íntima, ao escândalo” (Paulo Serra, 2006:1). No entanto, outros escritores afirmam que os políticos e os jornalistas convivem num mundo, onde estabelecem uma relação de interdependência entre ambos. Os políticos exploram o espaço da comunicação como “púlpito”, enquanto que os jornalistas procuram obter conteúdo noticiável conforme os seus interesses. (Vitor Gonçalves, 2005:63). Por este motivo, os media necessitam da colaboração dos políticos, assim como, os políticos não sobrevivem sem a ajuda dos media. É um jogo de interesses mútuos. Os jornalistas estão incessantemente à “caça” de novas “estórias” e os líderes políticos são a principal fonte de informação. Para que tal aconteça, cultivam relações de amizade e de cumplicidade com os políticos, no intuito de obter acesso a locais e a eventos sociais. Os meios de comunicação social dependem da comunicação proveniente da classe política, uma vez que a “secção política” constitui uma das principais categorias na informação mediática.

Neste sentido, as fontes de cariz político são as mais citadas nos media. Luís Filipe Miguel (2002:176) salienta que “no jornalismo em geral, mas no jornalismo político em particular, possuir um bom portfólio de fontes é um património dos mais cobiçados. A informação privativa que elas transmitem propicia uma diferenciação dos concorrentes no campo, a divulgação de eventuais notícias em primeira mão (“furos”) e o reconhecimento pelos pares; consolida reputações e favorece o progresso na carreira. Por seu turno, não é novidade, que os políticos dirigem-se aos profissionais da comunicação quando necessitam de transmitir as suas mensagens aos cidadãos. “Porém, a mensagem tem de passar por um processo de selecção e codificação assente em valores jornalísticos que tendem a retirar à mensagem inicial parte da sua carga persuasiva” João Canavilhas (2009:1).

A objectividade, um conceito que já foi referido no decorrer desta exposição, não está isenta da subjectividade de quem trata a informação. Por esta razão, “nem sempre aquilo que os políticos desejam dizer ou realizam tem tradução prática nas escolhas que resultam das decisões dos meios de comunicação social” Vitor Gonçalves (2005:42). Deste modo, ninguém, principalmente os políticos, devem questionar a eficácia dos media.

“Uma outra forma de confluência entre políticos e jornalistas verifica-se ao nível da opinião publicada nos media. Com efeito, a par de espaços de opinião geralmente da autoria de figuras ligadas à política, no chamado jornalismo político as notícias “interpretativas” ganharam terreno, sobretudo na imprensa escrita. Por outro lado, nos últimos anos os jornalistas da imprensa escrita passaram a ser convidados pelos seus colegas da televisão para comentarem assuntos políticos (e outros), tornando-se, em muitos casos, comentadores residentes, ao lado de políticos profissionais. É através deles que a opinião política é veiculada.” Estrela Serrano (1999:7).

As peças jornalísticas publicadas não resultam de um método de investigação intenso, uma vez que na redacção estão disponíveis tecnologias que permitem verificar a informação. Numa profissão, onde a concorrência é feroz, o jornalista sente-se pressionado pelos *deadlines* apertados e guia-se apenas por informações de assessores de imprensa ou com os próprios políticos (Estrela Serrano, *ibidem*:9-10). É o que se chama “fazer render as notícias” (*ibidem*:5). Na maior parte das situações os jornalistas procuram ter acesso a informações ou confirmar dados que dispõem provenientes de outras fontes e nesse caso, dialogam com os assessores que desempenham o papel crucial de elo de ligação entre o responsável político a quem prestam assessoria e os jornalistas. Tornam-se, assim, fontes de informação. Consequentemente, os assessores pretendem persuadir os jornalistas para cobrirem determinados eventos. Como refere Susana Salgado (2007:237), “os próprios políticos, conscientes da visibilidade que os media permitem, tentam muitas vezes, impôr a sua própria agenda. O caso das conferências de imprensa marcadas para a hora dos telejornais, para permitir a sua cobertura noticiosa em direto, é uma prova dessa atitude por parte dos políticos”. Estrela Serrano (1999:3) concorda e afirma que “os políticos dedicam mais tempo a dar visibilidade às suas acções do que a reflectir e a decidir”. Alain Woodrow (1996:14-15) descreve que “se o poder político intervém menos diretamente do que antes para vergar os meios de comunicação aos seus fins, o enfeudamento do mundo da comunicação à

esfera política faz-se por meios mais subtis, mas não menos artificiosos. Em tempo de guerra, a «razão de Estado» retoma os seus direitos sobre a informação (...), em tempos de paz, a televisão torna-se passagem obrigatória dos homens políticos para ganhar as eleições”. Apesar da dependência recíproca, as relações desenvolvidas entre os meios de comunicação e a política originaram conflitos entre os agentes envolvidos. Os jornalistas pretendem tomar as suas próprias decisões e temem tornar-se vítimas de manipulação por parte dos políticos, pondo em questão a sua conduta perante as regras deontológicas. Como menciona João Carlos Correia (2009:12) “as tentativas de controlo exercidas pelas elites políticas confrontam-se com a lógica fragmentada dos mass media, a qual impede a formação de uma lógica unilateral, unidimensional e propagandística ao serviço de um poder”. Contudo, os media têm evoluído progressivamente face à autonomia do poder político, visto que os jornalistas já não se contentam em fazer a simples cobertura dos líderes políticos, para avaliarem constantemente as atitudes e acções dos políticos, procurando factos polémicos que permitem alimentar as suas “estórias” durante algum tempo. Desta forma, os “políticos, sobretudo os governantes, passaram a estar permanentemente sob o olhar do cidadãos. Os jornalistas interrogam-nos, as sondagens dão conta do seu grau de aceitação ou rejeição. O poder político é, assim, obrigado a gerir ao mesmo tempo o acontecimento e as reacções múltiplas e cruzadas da opinião pública” (Estrela Serrano, 1999:8). Os políticos, por sua vez, receiam que as mensagens sejam deturpadas. Não obstante, os jornalistas serem, cada vez mais, actores políticos, os seus valores são diferentes e colidem muitas vezes com os valores políticos (ibidem).

Neste sentido, o tempo dos media e o tempo da política não são compatíveis. Estrela Serrano (2006:93) revela ainda que uma das diferenças entre jornalistas e políticos reside nas bases de legitimação de cada um dos actores. De acordo com a autora “enquanto os políticos retiram a sua legitimidade do sufrágio universal, da autoridade das causas que abraçam, do grau de consenso entre os interesses que articulam e da aceitação, por parte do público, dos processos pelos quais foram escolhidos para representarem esses interesses, os jornalistas, como atrás se refere, obtêm a sua legitimação, principalmente, da fidelidade a códigos e a valores profissionais” (idem, ibidem). Além de se relacionarem com os *media*, o público e a política relacionam-se, inevitavelmente, entre si. Esta inter-relação acontece devido a alguns factores incontornáveis como o facto de o público necessitar da política, ou seja,

de uma classe governante para reger o país e assim orientar e organizar a sociedade, bem como a política precisa do público, uma vez que é para este que ela vive, a ele que se direcciona e dele que depende. Por depender do público, a política recorre aos *media* para chegar mais rápida e facilmente à sociedade e para se impôr no espaço e na opinião pública. No que diz respeito aos hábitos de leitura do cidadão em termos políticos, Doris Graber (2005:484) refere que a maioria das pessoas “gasta menos de uma hora por dia” a ler, ver ou ouvir notícias de carácter político. De facto, a azáfama na vida quotidiana também não permite ao cidadão informar-se e analisar profundamente o tema. Ao invés, os cidadãos preferem notícias políticas *soft* com pouco desenvolvimento. José Ricardo Carvalheiro (2005:184), num artigo intitulado O Triângulo Bloqueado: Media, Política e Cidadãos na Democracia Local (in Correia (Org.), 2005) explica que “na relação triangular entre os media, os políticos e os cidadãos não se deve subestimar nenhum dos dois plares do sistema democrático, o da representação e o da participação, ou seja, os instrumentos da democracia representativa e os da democracia directa são sistemas alternativos mas mecanismos que se combinam”.

De facto, os media como os políticos almejam em captar a atenção do cidadão. A principal preocupação da comunidade política é a conquista de eleitores e persuadi-los a aderir a causas partidárias. Por outro lado, os jornalistas cumprem o dever deontológico de informar os cidadãos para que estes formem as suas opiniões. Na maioria das vezes, os eleitores não conseguem estabelecer uma relação directa com as organizações políticas, então essa ligação é mediada pelos media. E é através dos meios de comunicação que os políticos se informam sobre as ambições, os sentimentos e as necessidades dos cidadãos, “seja pela publicação das cartas dos eleitores, na imprensa, seja pelas sondagens que fornecem elementos sobre o “sentimento” e intenções de uma determinada sociedade num dado momento” (Vitor Gonçalves, 2005:41). Mas, como se observa durante as campanhas eleitorais realizadas na rua, é possível ver o contacto “face-a-face” entre líderes políticos e cidadãos”.

III. 4. A televisão e os políticos

“A televisão impregnou, subverteu completamente o campo da política. Dirigentes e militantes, candidatos e eleitores, todos sabem doravante que o juiz supremo é o olho das câmaras e que a actuação no pequeno ecrã será determinante. O cidadão apaga-se por detrás do telespectador; e o discurso político simplifica-se, embrutece-se em nome das sacrossantas regras da comunicação máxima.”

(Ignacio Ramonet, 1992 citado por Miguel Midões, 2009:2)

Definidos os contornos da simbiose entre o campo mediático e político, torna-se necessário reflectir sobre a presença e a acção dos políticos no meio televisivo. A emergência da televisão possibilitou a transmissão de mensagens políticas para milhares de pessoas no mesmo espaço de tempo. Aliás, a televisão é o único media partilhado por todas as classes e faixas etárias (Wolton, 1997:97). Conforme Woodrow (1996:136), este meio audiovisual “permite a toda a gente aceder à informação, ouvir pontos de vista opostos e formar uma opinião com a ajuda das sondagens que lhes dizem o que os outros pensam”. De facto, a televisão é a maior fonte de informação dos eleitores que anuncia os problemas do país, as posições de cada partido e a personalidade dos candidatos, principalmente através da presença destes em entrevistas, debates e campanhas eleitorais.

Como já foi referido, é impossível interpretar a comunicação política sem o ambiente mediático, e neste caso, a televisão é fundamental para os políticos exercerem as suas actividades. Ou seja, é considerada como “um palco privilegiado para os políticos” (Sá Couto, 2006:13). Assim, segundo a autora (idem:14), os agentes políticos têm a percepção do impacto que a televisão tem e da dimensão dos telespectadores que a seguem, resultando de uma dependência para a televisão veicular as suas ideias e comunicados. Nesta linha de pensamento, Sandra Salgado (2007:245) refere que “ao exprimir-se através dos media e, em especial, através da televisão, o político alcança um grande público, muito maior do que através dos canais tradicionais da política”. Esta dependência dos políticos relativamente à televisão provocou profundas alterações na comunicação política. Como menciona Nuno Rogério (2002:190) os políticos estão dependentes da visibilidade transmitida pelos meios de comunicação. “Parte-se aqui do «princípio da visibilidade». Torna-se banal dizer que as sociedades «pós-modernas» são cada vez menos dependentes de comunidades naturais de base (famílias, vizinhanças,

associações de interesses territoriais, etc.) quanto ao circuito da comunicação, e cada vez mais influenciadas pelos grandes órgãos de informação profissionais, nacionais, internacionais, transnacionais, estrangeiros. Refere-se depois que, num tal meio, «o que não é conhecido, não existe”.

O que se tem verificado é que a visibilidade na televisão é cada vez mais determinada pela imposição dos candidatos, visto que “os políticos fazem os seus principais discursos na televisão, os anúncios de candidaturas à presidência efectuem-se na televisão, o fim de coligações entre partidos ocorre no pequeno écran” Vitor Gonçalves (2005:81-82). O autor acrescenta que os partidos políticos organizam-se “em função dos directos televisivos, de modo a que os eventos por eles promovidos saltem do espaço onde decorrem alargando-se, potencialmente, a todo o país televisivo” (idem, *ibidem*). No caso dos congressos políticos, os líderes preferem intervir à hora dos principais noticiários, às 13h e às 20h, uma vez que existem mais pessoas ligadas à televisão neste horário. Nesta perspectiva, os políticos têm a possibilidade de comunicar a sua mensagem directamente aos seus eleitores sem a mediação dos jornalistas, construindo assim, uma relação de proximidade com o telespectador. Além disso, as “presenças televisivas ou outras, acabam por ganhar um impacto e uma visibilidade muito maior e obtêm uma influência muito mais alargada do que aquelas que acontecem nas sedes partidárias, em reuniões entre dirigentes e militantes”. (Vitor Gonçalves, 2005:63). Como explica Felisbela Lopes (2005:232), “a visibilidade mediática que a televisão proporciona revela-se um meio estruturante da identidade pública desses atores políticos”. Deste modo, a televisão é o meio primordial para aqueles que desejam ser reconhecidos e com isso alcançar o poder.

O fenómeno televisivo também aparenta contribuir para o “aumento do número de indecisos e para a despolitização do voto que, desta forma, favorece uma percepção indiferenciada dos programas” (Leblanc, Gérard (s/d:25) é citado por Vitor Gonçalves, 2005:54). Isto significa que a televisão pode constituir um elemento chave na ajuda das decisões das pessoas, em especial das menos politizadas. Estrela Serrano (2005:62) descreve que “a televisão é um meio que possui práticas e normas específicas, em grande parte associada a entretenimento, relax, prazer e ao registo superficial do que é dito e mostrado. A importância da cobertura televisiva de um acontecimento por parte de canais generalistas advém, sobretudo, das grandes audiências servidas por esses meios, incomparavelmente superiores às abrangidas pelos jornais. Daí que, no caso de

campanhas eleitorais, os candidatos organizem os seus programas em função dos horários e formatos televisivos, criando cenários e eventos que constituam ocasiões para uma “boa” cobertura televisiva. As imagens que chegam aos cidadãos dependem da mediação e configuração que os jornalistas fazem dessas iniciativas, isto é, do modo como constroem a cobertura e dão sentido às iniciativas dos candidatos. A intervenção dos jornalistas não se restringe à observação e descrição dos acontecimentos, mesmo quando se limita ao acompanhamento dos candidatos e à reprodução dos seus discursos. Assim, os jornalistas são atores e parte integrante da própria campanha”.

Segundo Felisbela Lopes, Luís Miguel Loureiro e Phillipe Vieira (2011:239), a informação televisiva é dominada por “dois grupos: jornalistas e políticos, os mais hábeis em colocar o poder em cena, os mais desembaraçados no verbo e no gesto ajustados aos ritmos da TV”. No entanto, a relação entre os políticos e a televisão nem sempre se traduz pacífica. De um lado, a manipulação e persuasão dos políticos nas entrevistas conduzidas pelos jornalistas, evitando algumas questões, com o objectivo de promover o seu partido. Do outro, a televisão é essencial no campo político, mas nem sempre apoia os políticos, nalguns casos é imprevisível e com tendência para mostrar a sua própria independência. Alain Woodrow (1996:126) afirma que, em algumas situações, “em vez de atacar de frente os meios de comunicação poderosos, os políticos preferem cortejá-los, se não servir-se deles na sua corrida ao poder”. Porém, o autor ainda refere que “a televisão é uma amante volúvel. Os que julgam possuí-la estão, muitas vezes, enganados” (ibidem). Como afirma Woodrow (1996:104) “Quem é que é refém de quem? Durante muito tempo, os meios de comunicação foram instrumento do poder político, um meio de propaganda exclusivamente nas mãos do príncipe. Hoje, no mundo ocidental, os papéis inverteram-se. Os meios de comunicação tornaram-se passagem obrigatória dos que querem chegar ao poder. Melhor, tornaram-se eles próprios um poder de parte inteira”. Desta forma, a falta de controlo dos media por parte dos políticos levou-os a vigiar “cuidadosamente a acção informativa dos meios de comunicação”, principalmente “durante o período eleitoral e tentam aproveitá-la ao máximo, em seu benefício” (Vitor Gonçalves, 2005:106). Todavia, “se a televisão dita a sua lei aos políticos (...) os políticos mais poderosos também podem impor as suas condições à televisão” (Woodrow, 1996:137). A gestão de informação não é novidade para os políticos, mas tem “vindo a ganhar importância sobretudo devido ao avanço das comunicações de massa, da televisão em particular, que forneceu cada vez maiores

oportunidades e perigos para os políticos aproveitarem o esforço e conhecimento de profissionais e, através deles, procurarem influenciar a opinião pública” (Vitor Gonçalves, 2005:121). São nestas situações que se “multiplicam os conflitos entre os principais responsáveis políticos pelas campanhas e os jornalistas e responsáveis editoriais que efectuem a cobertura jornalística desse acontecimento” (Vitor Gonçalves, *idem*:106).

Os políticos sentem-se assim obrigados a compreender a linguagem da comunicação e por sua vez, ficam subjugados ao poder da imagem. De acordo com Sandra Sá Couto (2006:14), em televisão, “ter bons programas eleitorais ou executá-los com rigor” não é o suficiente, se as mensagens não forem transmitidas através televisão para o público. Patrick Champanhe (1998:143) é citado por Vitor Gonçalves (2005:68) e declara que, hoje, não existem políticos que não tenham aprendido as técnicas de estar em televisão. Neste sentido, o mais importante é uma apresentação cuidada, como a “cor dos fatos, posição das mãos ou das pernas, olhar voltado para a câmara para estabelecer uma relação directa com os telespectadores, falar lentamente, vocabulário restrito, pequenas frases” (*ibidem*). Estes elementos são fundamentais, uma vez que o grande ecrã revela os mais pequenos pormenores, se o político exhibe uma forte presença ou, pelo contrário, sente-se inseguro, o que coloca em causa a credibilidade do seu discurso. Vitor Gonçalves (2005:77) avança ainda que “na televisão, a qualidade de argumentação é relegada para segundo plano, cedendo a um modelo de persuasão que privilegia a construção das imagens dos candidatos”. A imagem pessoal de um líder partidário é uma característica importante porque revela algo sobre o político, ou seja, se um candidato for “telegénico” pode transmitir a ideia de poder e autoridade. Por consequência, o cidadão pode sentir-se vulnerável à manipulação, pois cria empatia com a figura do político. Assim, a notoriedade é adquirida pela apresentação adequada diante de um vasto auditório heterogénio, onde estão simpatizantes e adversários dos partidos. Como já mencionado no decorrer desta exposição teórica e contextual, não são apenas os media a julgar e a classificar a performance dos políticos. Os eleitores vêem essas intervenções como extensões do espectáculo, e tem a capacidade de criticar as actuações dos líderes.

O conceito “videopolítica” inventado por Giovanni Sartori retrata a transformação radical da forma de “ser político” e de “gerir política”. As notícias de maior importância são as de informação política e a opinião formada pelos cidadãos

resulta da maneira como as televisões transmitem os acontecimentos. São essas imagens que determinam a responsabilidade na elaboração de opiniões. Segundo o autor (2000:13) citado por Vitor Gonçalves (2005:64) “a televisão condiciona fortemente o processo eleitoral, quer na escolha dos candidatos, quer na sua forma de conduzir o desafio eleitoral, quer finalmente, no sentido de fazer ganhar quem ganha. Além disso, a televisão condiciona, ou pode fortemente condicionar, o governo, isto é, as opções do governo.” O *Homo sapiens*, produto da cultura escrita é transformado em *Homo videns*, no qual a palavra é destronada pela imagem. A par da relevância da imagem, o *soundbite*, é outra característica que define o processo político. Os discursos políticos são estruturados detalhadamente, ou seja, estão repletos de *soundbites*, palavras ou pequenas frases, que têm o objectivo de favorecer o partido através dos meios de comunicação. Nicholas Jones (1996:27) declara que: “a rádio e consequentemente a televisão permitem aos políticos a oportunidade de explicar os seus objetivos a uma audiência de massa numa forma pessoal e amistosa. No entanto, aqueles a quem compete passar a mensagem foram forçados a aprender que a atenção dos ouvintes e telespectadores é muito limitada; de acordo com um estudo feito nos Estados Unidos está a ficar progressivamente mais curta. Assim, o ponto mais importante do discurso, transmissão ou entrevista tem de ser dado de forma sumária e o mais concisa possível. Os políticos querem que o público se lembre da frase chave”. A retórica é a maior arma dos políticos. Cada dia, um novo *Soundbite*. O tempo de emissão na televisão é limitado, logo os políticos têm a noção que a mensagem transmitida deve ser sintetizada em duas ou três frases. Devem definir e expressar os pontos principais em pouco tempo, de modo os eleitores conseguirem memorizá-los. Deste modo, a mensagem é entregue na totalidade aos eleitores, independentemente da filtragem realizada pelo jornalista. Conforme Sandra Salgado (2007:245) “o processo editorial de seleção dá geralmente uma versão condensada da campanha e a decisão de salientar um aspeto entre os vários que foram expressos num dia de campanha de um partido ou de um candidato, provém, muitas vezes, mais de necessidades jornalísticas de conseguir um destaque do que dos valores políticos.” No entanto, “os jornalistas têm sido acusados de permitirem ser seduzidos pelo *Soundbite*, de permitirem que os políticos ditem a nova agenda com palavras vazias e frases sem significado. Nesta questão as televisões e as rádios enfrentam um dilema contínuo. Os *Soundbites* não podem ser ignorados porque são muitas vezes o mais importante de um discurso ou de uma entrevista” (Jones 1996:29).

O jornalista de televisão só pode filtrar a informação na escolha do *soundbite* e na sua duração.

III. 5. A influência dos media no escândalo político

No seguimento da investigação é importante ressaltar um conceito intimamente relacionado com a comunicação política: o escândalo. Diariamente os media divulgam notícias associadas a este termo, como por exemplo a detenção do antigo primeiro ministro, que é o centro deste trabalho. De acordo com a etimologia do termo, a palavra escândalo deriva do grego *skandalon*, que significava armadilha, um obstáculo ou uma causa de deslize moral e surgiu pela primeira vez na versão grega do Antigo Testamento (Thompson, 2000:38). O livro explicava que apesar de um povo ser crente em Deus, começou a ter dúvidas em consequência de um obstáculo, uma pedra, posicionada no caminho que tinha o intuito de testar a fé das pessoas e observar a sua reacção. Posteriormente o conceito diversificou-se em várias línguas, como *scandal* em inglês, *escándalo* em espanhol, *scandalo* em italiano e *scandale* em francês. Nos séculos XVI e XVII, o conceito estritamente associado ao contexto religioso referia-se à conduta de uma pessoa religiosa que trouxe descrédito à religião e a algo que prejudicou a fé religiosa. A expressão foi também empregue em acções ou discursos que fossem indecentes e difamatórios, conduta que ofendia sentimentos morais ou o senso de decência. Actualmente, o “escândalo” refere-se a “acções ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (Thompson, 2000:40). Contudo, o autor afirma que é preciso identificar a natureza das infracções, visto que nem todas as transgressões são consideradas escandalosas. Por exemplo, uma pessoa foi multada por ter estacionado mal o seu carro, este acontecimento não é grave, por isso escândalo é um conceito muito forte para ser aplicado neste caso. Por outro lado, um acto de genocídio em larga escala, como no Holocausto, excede o tipo de ofensa que normalmente está associado ao termo. Assim, o escândalo ocupa um espaço intermédio.

O termo escândalo mantém uma relação complexa com outros dois conceitos: corrupção e suborno. De acordo com Thompson (2002:56), o primeiro termo envolve dois elementos-chave, “a violação de regras, convenções ou leis referentes ao exercício adequado das obrigações públicas para fins particulares, pecuniários ou de proveito

pessoal e a perversão, ou subversão, de padrões de integridade associados a uma função pública”, o segundo significa “troca de favores (muitas vezes financeiros) que têm como objectivo influenciar decisões ou resultados em favor daquele que paga”. Na maioria dos casos, estes dois conceitos fazem despoletar o escândalo.

É importante salientar que, consoante os diferentes contextos sociais, existem valores morais e normas são mais “sensíveis” ao escândalo que outras, nomeadamente as que orientam a conduta nas relações sexuais, as transacções financeiras e por último, as que estão associadas ao exercício e abuso do poder político. Assim, estes três temas são concebidos como os mais relevantes em escândalos. Um acontecimento considerado escandaloso poderia ser o seguinte: um presidente, comprometido na defesa dos valores tradicionais da família, vê a sua imagem denegrida por um caso extra-conjugal e é julgado por ter cometido esse erro. Todos os cidadãos são iguais perante a lei, mas o caso acima referido que envolve uma figura pública responsável manifesta uma grande visibilidade e relevância, uma vez que o presidente, defende e representa uma comunidade. Assim, há pessoas que têm maior probabilidade de serem confrontados pelo escândalo em casos de transgressão de uma regra. Como refere Thompson (2002:32), “aqueles que exercem ou aspiram a posições de poder político sabem muito bem que o escândalo é perigoso, que pode frustrar os seus planos e levar as suas carreiras a um final abrupto. Mas o escândalo pode também minar a sua capacidade de exigir o respeito e o apoio de outros e pode ter um impacto profundo e corrosivo nas formas de confiança social que sustentam as relações sociais cooperativas”. Porém, estes valores ou normas não são respeitadas por todos os cidadãos, uns aceitam e outros rejeitam ou ignoram. Deste modo, estes acontecimentos podem traduzir-se confusos, pois os valores são contestados entre todos. Em consequência, a construção de um escândalo está associado a um processo de moralização (Thompson, 2002:43).

A segunda característica do escândalo proposta por Thompson (idem: 45) refere-se ao segredo e a omissão de uma acção que acaba por ser revelada em público, provocando um constrangimento dos envolvidos. Em terceiro lugar, para um acontecimento ser interpretado como um escândalo é necessário as pessoas expressarem a sua desaprovação das acções ou comportamentos, resultando de um julgamento dos acusados. Além de desaprovarem as atitudes, os indivíduos ficam também ofendidos ou chocados. Se esse evento se circunscreve a um número reduzido de pessoas, então é designado por boato. “É claro que “fofoca” e boatos podem desencadear em escândalo,

e muitos escândalos são, na verdade, precedidos por boatos que circulam entre partes interessadas, tais como jornalistas e políticos, ou simplesmente entre indivíduos que tomam conhecimento do fato. Mas um escândalo pode surgir somente se a concordância tácita, que mantém a “fofoca” e o boato ao nível de comunicação privada entre amigos ou conhecidos, é rompida e as revelações, junto com determinadas formas adequadas de discurso infamante sobre ações ou acontecimentos em questão, são articuladas em público – isto é, de um modo que seja até certo ponto aberto e acessível para que uma pluralidade de outros possam ver ou ouvir ou ouvir falar” (Thompson, 2000: 48).

A quarta refere que uma transgressão só é conhecida através de denúncias públicas dos indivíduos não envolvidos. É um jogo de “gato e o rato”, no qual uma ou mais pessoas tentam ocultar o que se sucedeu na realidade, ao passo que os outros pretendem torná-los públicos. Ou seja, o discurso público deve ser veiculado pelos meios de comunicação, de modo a divulgação ser mais rápida e eficaz e é extremamente difícil conter revelações prejudiciais. E, por último, a quinta característica do escândalo reporta-se as reputações dos indivíduos implicados. As revelações de actividades incriminatórias e que infringem determinados valores ou normas pode denegrir a imagem dos indivíduos. A perda de reputação e de integridade está sempre em risco quando um escândalo ocorre. Por conseguinte, os actos revelados podem resultar em processos criminais, perdas de cargos e até mesmo em carreiras arruinadas. No entanto, os indivíduos podem defender as suas reputações ou limpar os seus nomes, arriscando um contra-ataque, que por sua vez levam a cabo investigações policiais e judiciais. De facto, na maioria dos escândalos político-financeiros, os arguidos adoptam diversas estratégias, como recorrer a uma acção legal, rejeitar as alegações e negar as infracções cometidas. Deste modo, os indivíduos que se descobrem envolvidos num escândalo reconhecem o que está em jogo: o seu poder, a sua reputação e bom nome e o respeito dos cidadãos.

Os media, enquanto empresas comerciais preocupadas em gerir receitas financeiras, têm um especial interesse por fenómenos designados por escândalo, porque o “escândalo vende”, são “histórias vivas e picantes” que os cidadãos ambicionam conhecer (Thompson, 2002:59). O autor afirma que o escândalo mediático, ou seja, um evento de grande visibilidade, é transmitido pelos meios de comunicação e “são as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa, as críticas e por vezes as humilhantes caricaturas das pessoas cujas acções (reais ou supostas) são o

objecto de reprovação”. Assim, segundo o autor, (idem:118) “através dos escândalos mediáticos nós experienciamos os traumas dessas pessoas distantes cujas vidas são colocadas nuas diante de nós. Vemos como as suas vidas pessoais, ou aspectos ocultos das suas vidas públicas, são escancarados diante de nós com uma nudez chocante, quase fantástica, em uma arena onde podemos ser espectadores, comentadores e críticos sem nunca podermos encontrar esses indivíduos cujas vidas chegamos a conhecer tão intimamente”. E acrescenta que “são janelas abertas a um mundo que existe por detrás da auto-apresentação cuidadosamente gerenciada de líderes políticos e outros que podem aparecer diante do olhar público” (ibidem). Contudo, cabe ao receptor, o cidadão que lê os jornais ou assiste aos programas de televisão de reflectir e interpretar esses factos, considerando-os negativos ou não. (Thompson, 2002:97).

Os escândalos mediáticos prolongam-se por um período de tempo que pode durar semanas, meses ou até anos, mas não pode perdurar indefinidamente. A intensidade dos escândalos deste género aumentam mediante um julgamento ou uma investigação oficial, uma vez que essas situações despertam a atenção dos media e produzem um constante fluxo de informação. Todavia, estes acontecimentos têm um prazo final, nomeadamente uma confissão, o resultado do julgamento ou da investigação ou à medida que o interesse público diminui, os media decidem se o evento continua no agendamento. Assim, podemos analisar as quatro etapas dos escândalos mediáticos, sugeridas por Thompson (2002:103), nomeadamente o pré-escândalo, a fase do escândalo, o climax, e em quarto lugar, as consequências. Este tipo de escândalo surge com um processo de revelação que torna pública um evento. A primeira fase está associada a investigações ou inquéritos levados a cabo por autoridades e jornalistas. É nesta fase que também começam aparecer os boatos e rumores entre os sujeitos que têm conhecimento de alguma actividade ilícita, mas recusam partilhar a informação ao público.

A fase do escândalo inicia-se com a divulgação pública que será representada, por exemplo, com um artigo no jornal, mas com o desenrolar dos acontecimentos, rapidamente ocupará a primeira página dos diários. Por conseguinte, os jornalistas não vão interromper a sua pesquisa, até encontrarem novas conexões, ascultarem especialistas de diferentes áreas e descobrirem a verdade dos factos. A terceira parte é o climax ou o desenlace. Novos desenvolvimentos sobre determinado caso podem acentuar especulações e pressões sobre os indivíduos envolvidos no escândalo que, por

sua vez, expressam uma confissão ou uma renúncia, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações contra os indivíduos. A quarta e última fase corresponde às consequências. “Uma vez aceso, um escândalo mediático pode rapidamente se transformar em um incêndio incontrolável” (Thompson, *idem*: 117). Nestas situações, os jornalistas e os protagonistas do escândalo reflectem sobre os acontecimentos e as implicações.

Escândalo político

Nas últimas décadas, a sociedade contemporânea registou uma sucessão de acontecimentos enquadrados na categoria dos escândalos políticos. Para Thompson (2002:129) um escândalo político “é um escândalo que envolve indivíduos ou acções que estão situados dentro de um campo político e que têm um impactos nas relações dentro do campo. É o campo político que caracteriza um escândalo político como político; ele fornece o contexto para o escândalo e configura seu padrão de desenvolvimento”. O autor adianta ainda que o escândalo político consiste em “lutas por poder simbólico na arena mediática da política moderna”, na medida em que os políticos pretendem manter uma reputação positiva pessoal e conquistar a opinião pública, que por sua vez, lhes atribuem credibilidade ou, por outro lado, condena-os.

Os dirigentes políticos são constantemente escrutinados em virtude de cinco factores, sendo eles: “a crescente visibilidade dos líderes políticos; a mudança nas tecnologias de comunicação e de vigilância; a mudança na cultura jornalística: a mudança na cultura política e por último, a crescente regulamentação da vida política” (Thompson, 2002:142). Como temos verificado, os governantes pretendem ser aliados dos meios de comunicação, a fim de obter a desejada visibilidade pública. Deste modo, o campo político uniu-se com o campo mediático. Contudo, esta visibilidade tornou-se uma armadilha para os agentes políticos, pois os segredos outrora ocultados começaram a emergir no espaço público. Assim, quanto mais expostos eles estiverem, mais vulneráveis se tornam, pois essa exposição irá motivar interesse por parte dos media que, por sua vez, se transformam em vigilantes dos políticos. O controlo das notícias difundidas é incumbido aos media, daí a constante preocupação dos políticos em tentar esconder as suas acções e comportamentos dos meios de comunicação e dos cidadãos. No seguimento desta afirmação, Thompson (1995:141-142) explica que “a arena mediática da política moderna é aberta e acessível de uma forma que as assembleias e

cortes tradicionais não o poderiam ser. Por outro lado, devido à própria natureza dos media, as mensagens produzidas pelos líderes políticos são recebidas e compreendidas sem que estes as possam controlar e monitorizar directamente. Com efeito, a visibilidade criada pelos media pode converter-se numa nova e distinta fonte de fragilidade. Por muito que os líderes políticos procurem administrar a sua própria visibilidade, eles não a controlam completamente; o fenómeno da visibilidade pode tornar-se incontável e, em alguns casos, virar-se contra eles”. Consequentemente, as “gravações secretas de conversações, fotografias a longa distância, interceptação de telecomunicações” constituem um conjunto de dispositivos tecnológicos que permitem “aumentar o vazamento” de informações ligadas às actividades políticas (Thompson, *idem*:143). O autor refere ainda que estes novos meios de “espionagem” poderão por termo à privacidade dos políticos. O declínio dos partidos políticos assentes em classes também foi um dos factores que contribuiu para a mudança na cultura política. Os líderes políticos têm de lutar para conquistar o voto e o apoio dos eleitores sem afiliação partidária. É neste contexto que se coloca em causa a questão da credibilidade e o voto de confiança nos políticos na medida em que os cidadãos preocupam-se com o carácter dos líderes. Esta alteração na cultura política auxiliou na predominância do escândalo político na sociedade actual.

Thompson faz a distinção entre géneros de escândalo político, nomeadamente os escândalos sexuais, os escândalos financeiros e os escândalos do poder. No geral, cada um comete a transgressão de normas morais e cada um envolve poder e recursos, mas as normas e as formas de poder variam de acordo com o tipo de escândalo. Segundo o autor, “escândalos político-sexuais envolvem revelações públicas e alegações referentes à vida privada de figuras públicas” e ainda podem “envolver ofensas sexuais criminosas, tais como agressões referentes à homossexualidade em contextos onde actos homossexuais são (ou foram) ilegais, sexo com menores, assédio sexual ou prostituição” (*idem*:154). Como por exemplo, o famoso escândalo sexual designado por Rubygate que envolveu o antigo primeiro ministro italiano, Silvio Berlusconi, acusado de ter pago para ter relações sexuais, em 2010, com uma dançarina de menor de idade, Karima El Mahroug, mais conhecida pelo nome artístico de Ruby Rubacuori. Não é o primeiro caso que envolve figuras públicas. O nobre casal britânico, princesa Diana e príncipe Charles mantiveram relações extraconjugais durante o casamento. Os escândalos financeiros consistem na revelação de acções de figuras políticas que

originam “uma infracção das regras que governam a aquisição e alocação de recursos financeiros” (idem:155). No ano de 2014, o escândalo do Banco Espírito Santo. Ao contrário dos escândalos políticos de cariz sexual, os escândalos financeiros têm maior possibilidade de quebrar leis, ou seja, leis que controlam movimentos financeiros e a utilização de recursos financeiros por indivíduos que detém um cargo público. Por outro lado, o indivíduos envolvidos em escândalos do poder infringem as regras que “regem a conquista ou exercício do poder político como tal” (idem: ibidem). O escândalo sexual e financeiro são comuns em outras esferas da vida, isto é, não estão estritamente relacionados com os políticos, porque podem ocorrer na esfera mediática com jornalistas ou instituições como a igreja e escolas. Por último, Thompson define os escândalos de poder como “escândalos que envolvem o mau uso ou abuso do poder político como tal. Eles se fundamentam na suposta ocorrência de acções ou actividades que transgridem, ou tentam transgredir, as regras, leis e procedimentos estabelecidos que regulamentam o exercício do poder político” (idem:239). Em oposição ao escândalo sexual e financeiro, o escândalo de poder é a “forma mais pura de escândalos políticos, no sentido de que as regras ou contravenções cuja transgressão se coloca no coração do escândalo político, são as regras e conveções que governam a forma do poder – isto é, o poder político- que é constitutivo do campo político” (idem, ibidem). De facto, estas tipologias colocam em risco a credibilidade e a confiança depositadas nos indivíduos envolvidos, uma vez que além de terem cometido uma transgressão que viola códigos e valores morais, tentaram também omitir factos relevantes. Assim, verifica-se não só a dúvida da representatividade dos actores políticos e a desaprovação dos cidadãos, assim como a debilidade dos líderes, resultando de um interesse da oposição em apoiar o escândalo e tecer críticas do seu adversário.

Outro factor importante e já mencionado acima é a repercussão que o escândalo produz nos actores envolvidos. Na obra *O escândalo político* (2000), Thompson esclarece que, embora os indivíduos implicados em escândalos desobedeçam a regras e valores morais ou abusem de diferentes formas de poder, não sofrem as mesmas consequências. Thompson enumera algumas consequências, nomeadamente o término de uma carreira, a má reputação, a invasão da vida privada para obter todos os detalhes sórdidos e enfraquecer as instituições ou partidos políticos com os quais essas pessoas estiveram associadas.

III. 6. A relação antagónica entre o poder mediático e o poder judicial

O florescente interesse dos meios de comunicação em processos judiciais contribuiu para um ambiente de tensão entre o sistema mediático e o sistema judiciário. Porém, a justiça e os media são “obrigados a preservar a respectiva autonomia e a evitar que os objectivos, estratégias e instrumentos de trabalho específicos de um e de outro se confundam” em prol da democracia (Fidalgo e Oliveira, 2005:1). Segundo os autores, “A Justiça e a Comunicação Social estão «condenadas» a viver em conjunto. Assim o exigem os princípios de transparência e de publicidade da administração da justiça, bem como o escrutínio democrático dos cidadãos relativamente aos poderes do Estado, que é, em boa medida, feito indirectamente através dos media” (ibidem). Por este motivo, os media não podem afastar-se de uma das áreas fundamentais do Estado democrático, o poder judicial, onde se encontram processos relevantes com interesse para o público. A informação mediática deve, assim, estar omnipresente no espaço público e garantir os interesses recíprocos entre os dois campos, ou seja, os meios de comunicação não devem furtar a informação sobre os procedimentos dos magistrados e a justiça, por seu turno, não deve “funcionar encerrada numa espécie de ‘torre de marfim’, sob pena de estar comprometida a sua responsabilização perante os cidadãos” (ibidem).

Outra das divergências entre os dois campos reside na concepção do tempo. Nas palavras de Ana Paula Pinto Lourenço (2013:225) “A justiça exige serenidade, ponderação, ritualidade garantística, tempo para apreciação dos factos, para a recolha cuidadosa da prova e sua apreciação, para a decisão. A notícia, por sua vez, exige urgência e quase simultaneidade entre o acontecimento e a sua difusão, correndo, nesta avidez de ser o primeiro a noticiar o evento, o risco de proceder a uma pouco criteriosa recolha de informação e uma quase nula confirmação dessa informação”. O desenvolvimento de novos dispositivos tecnológicos permitiu aos media a actualização da informação online, a rapidez da transmissão de imagens, os directos televisivos, que avançam e especulam matérias noticiosas à porta dos tribunais. “Se a justiça vive da reflexão, «entre o objectivo de simplificar para responder ao volume de solicitações e a contingência de formalizar para enfrentar a complexidade», a comunicação social, por seu lado, vive do reflexo, «procurando uma informação que se aproxime do tempo real e encurtando, em geral, os tempos de reacção» (Rodrigues, 1999:97 é citado por Fidalgo e Oliveira, 2005:6).

No caso da Operação Marquês, a presença das televisões no aeroporto foi propositada. Eduardo Cintra Torres, especialista em televisão, afirmou que “a justiça quis que ficassem imagens”, assegurando que “Sócrates encontrou o seu lugar na História. É como a decapitação do rei Luís XVI, vai marcar a história”, explicou ao jornal Observador. Eduardo Cintra Torres refere ainda que “Seria pior não haver imagens. A justiça compreendeu que este é um momento histórico e que tinha que ficar registado em imagens numa sociedade de imagens”.²

III. 7. Liberdade de expressão, de informação e de imprensa

“Sendo o homem um animal necessariamente gregário, a comunicação constitui uma das mais básicas necessidades relacionais e a liberdade de expressão e informação a mais lídima manifestação da liberdade individual, enquanto modo de manifestação do pensamento. Com ela se relaciona, de igual modo, a liberdade de imprensa” (Ana Paula Pinto Lourenço, 2013:226). Nos termos da lei, a liberdade de imprensa está consagrada constitucionalmente no art. 38.º e está sujeita a algumas restrições, “de forma a manter o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem à palavra dos cidadãos e a defender a ordem democrática. l. informação, a garantir os direitos ao bom-nome, à reserva da vida privada, à imagem” (art. 3.º da Lei de Imprensa 2/99 de 13 de Janeiro).

Os meios de comunicação cumprem a função de informar livremente, sem o constrangimento da antiga censura, os cidadãos. A Constituição reconhece no art. 37.º, n.º1 que “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações”. As infracções “cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais do Direito Criminal ou do ilícito de mera ordenação judicial, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei” (art. 37.º, n.º 3 da CRP).

² Declarações de Eduardo Cintra Torres ao jornal Observador, na edição do dia 22 de novembro de 2014

“Os tribunais poderão impor limites a estes direitos, nos termos do art. 18.º, n.º 2 da CRP, de modo a salvaguardar outros interesses constitucionalmente protegidos” (Ana Paula Pinto Lourenço, *ibidem*:226).

Esta moldura legal visa em auto-regular a actividade jornalística, a fim de evitar um conflito entre o poder judicial e o poder mediático. Os deveres principais do jornalista enquanto profissional elencam-se, assim, pela isenção, objectividade e rigor da informação, de modo a contribuir para a formação da opinião pública, uma das características presentes numa sociedade democrática, comprometendo o jornalista a recolher as informações de fontes fidedignas e estar seguro da verdade da informação que transmite.

III. 8. Segredo de justiça

Segundo Hélder Prior (2012:232), “Na maior parte dos casos, os jornalistas alegam um «valor superior» que justifica a publicação de determinadas matérias, ainda que deste acto de tornar público possa resultar a comissão de irregularidades no acesso à informação ou de crimes previstos no Código de Processo Penal”. É neste contexto que se revela a questão do segredo de justiça, ou por ventura, a sua violação, pois existe um vínculo promíscuo entre os media e fontes oficiais judiciais ou policiais.

Assim, de acordo com o art. 20.º, n.º3 da CRP, “a lei define e assegura a adequada e protecção do segredo de justiça”. No processo judicial, o segredo de justiça estabelece que “o conteúdo dos actos do processo não pode ser divulgado nem o público pode assistir aos actos processuais. Só por despacho do Ministério Público mediante validação do juiz pode ser determinado”. A partir de 2007 nos termos do art. 86.º do Código de Processo Penal, aprovado pela Lei nº 48/2007, a regra alterou-se para a publicidade interna e externa no decorrer do inquérito, o que permitiu a assistência do público à realização dos actos processuais e a narração desses actos através dos meios de comunicação social. Contudo, na fase de inquérito, o juiz de instrução pode determinar, por meio do requerimento do arguido, ofendido ou do assistente, o segredo de justiça, quando entender que a publicidade está a prejudicar os direitos dos indivíduos do caso judicial. Do mesmo modo, o Ministério Público “sempre que entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar o segredo de justiça, ficando essa essa decisão sujeita a

validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de 72 horas” (n.º 3) do artigo 86 do CPP. A violação do segredo de justiça constitui crime. Por outras palavras, o princípio do segredo de justiça prende-se, por um lado, em assegurar o sucesso da investigação, sem quaisquer perturbações e, por outro, a protecção dos direitos dos arguido de acusações, de especulações e de divulgações de falsas informações que comprometam a sua integridade. Assim, o arguido tal como outro cidadão tem direitos pessoais, “ao bom nome e reputação, à imagem, à reserva da intimidade da vida privada e familiar”, consagrados no artigo 26.º da constituição da República. Estes valores também estão patentes no artigo 10.º da Declaração Universal de Direitos Humanos, no qual decreta que “toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.” É importante salientar também que “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado de sentença de condenação”, assinalado no n.º 2 do artigo 32.º da CRP. Isto significa que o indivíduo presume-se inocente até as provas ditarem o contrário ou quando for, efectivamente, condenado e não tiver a possibilidade de pedir recurso.

No que concerne à relação de jornalistas e segredo de justiça, têm decorrido grandes discussões em torno da doutrina jurídica. Diariamente, lemos nos jornais ou assistimos aos noticiários, reportagens de casos processuais que aparentemente estavam em segredo de justiça. Como refere Hélder Prior (2012:225) “Enquanto os meios de comunicação se regem pelo princípio da publicidade, no sentido em que procuram tornar tudo comum, visível, a Justiça tende para uma comunicação esotérica, «egocêntrica», adoptando, sobretudo na fase de inquérito, uma linguagem onde é o segredo que prevalece”.

Hoje, os profissionais da comunicação estão cientes que, na fase de segredo de justiça, se tiverem acesso, directamente ou por terceiros, a informações relacionadas com o processo judicial, não podem divulgá-las. “Encontrando-se o processo em segredo de justiça, e ainda que uma pessoa tenha tomado licitamente conhecimento da ocorrência do acto ou dos seus termos, por exemplo, por nele ter participado ou por lhe ter sido comunicado nos termos do n.º 5 do art. 86.º, essa pessoa mantém-se vinculada à proibição de o divulgar, uma vez que a assistência a acto, a tomada de conhecimento e divulgação não dependem umas das outras. O que se proíbe é tanto a divulgação da

ocorrência de acto, como a divulgação dos seus termos” (Ana Paula Pinto Lourenço, 2013:240). Os jornalistas sentem-se atraídos, especialmente na fase do inquérito, pois a divulgação de partes dos caso promove o aumento das audiências e a atenção do público. É neste contexto que a especulação e a dramatização jornalística fazem manchete nos jornais ou são peças de abertura nos noticiários. A publicação de conteúdos associados ao processo no período em que se encontra em segredo representa um crime de violação do segredo de justiça. Verifica-se em vários casos judiciais uma constante violação do segredo de justiça. Os jornalistas pretendem revelar os factos com base no interesse dos cidadãos e a corrida desenfreada em obter “em primeira mão” a notícia, resulta nesta violação. A pena está disposta no artigo 371º do Código Penal: “Quem independente de ter tomado contacto com o processo ilegítimamente der conhecimento, no todo ou em parte, do teor do acto de processo penal que se encontre coberto por segredo de justiça, ou a cujo decurso não for permitida a assistência do público em geral, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias, salvo se outra pena for cominada para o caso pela lei de processo.” Contudo, de acordo com o n.º1 do artigo 88.º do CPP, se o processo tornar-se público, então é permitido aos os meios de comunicação, “dentro dos limites da lei, a narração circunstanciada do teor de actos processuais”.

III. 9. Fugas de informação

Todavia, a relação cultivada entre o sistema mediático e o sistema jurídico não é apenas caracterizada por conflitualidades. A justiça renunciou ao seu domínio intocável para começar a conviver com o campo mediático, cujo objectivo é tornar a informação visível, transparente e acessível, em nome do interesse público. Na verdade, a justiça e os media desempenham, em conjunto, dois papéis muito importantes na sociedade, designadamente na denúncia de casos graves criminais e na restituição da normalidade na sociedade. Segundo Fernando Martins (2006:177), “a denúncia de casos graves de negligência é obrigação dos media acima da qual não deve estar nenhum dos poderes. Mas a verdade e o rigor não podem ser sacrificados ao espectáculo ou por ele prejudicados. E é intolerável que se lance o descrédito público sobre instituições que são o esteio da sociedade democrática em que vivemos.” Deste modo, a cooperação entre os agentes oficiais e os meios de comunicação permitiu desvendar casos de corrupção de altos cargos do estado, bem como processos de abuso sexual e pedofilia, como sucedeu

na Casa Pia, que foram alvos de uma investigação jornalística. Como refere Silvino Lopes Évora (2004:7) “é verdade que os media têm desempenhado um papel bastante importante para a consolidação da nossa democracia, investigando e denunciando muitos actos ilegais, dando assim uma maior transparência à gestão de várias instituições públicas, e não só, também não é menos verdade que, em inúmeras situações, esses meios não estiveram nem tão perto de fornecer uma boa informação para os cidadãos”. Desta forma, os jornalistas travam uma luta no interior da esfera jurídica e política e assumem uma função complexa, pois ora se tornam acusadores, ora são defensores ou até mesmo juízes em casos mediáticos. A mediatização transforma-se, assim, numa arma no ataque à corrupção política, ameaçando os governantes a “prestar contas” ao mesmo tempo que reforça o poder dos juízes face ao sistema político. O escândalo Watergate é já um marco histórico no jornalismo de investigação. Se não fosse a actividade jornalística, as transgressões ilegais do presidente Nixon permaneceriam para sempre invisíveis na sociedade.

Fildago e Oliveira (2005:7) afirmam que “se, por um lado, se atribui grande mérito aos profissionais da informação por, em busca da verdade, despertarem a atenção pública para crimes até então ocultados (ou displicentemente tratados pelas autoridades competentes), por outro foi-se sentindo com saturação a presença constante, quando não excessiva, dos jornalistas ao lado das instituições judiciais” José Manuel de Matos Fernandes (2002:13) citado por Hélder Prior (2012:226) declara que “É na zona de sombra do processo que os mediadores entre a Justiça e o público, os jornalistas e, nomeadamente, os jornalistas de investigação, entram sem estarem autorizados e desvendam segredos mal guardados. É desta fase que se extraem verdadeiras ou hipotéticas indignidades escondidas ou baixezas não imaginadas, amarrando-se o suspeito ao mais moderno, mas não menos cruel, dos pelourinhos. É aqui, muitas vezes, que se julga em definitivo, sem direitos nem garantias de defesa, por interposição dos «media». Quando o processo chega ao julgamento e a Justiça pretensamente se ilumina, vai longe a curiosidade do público, se não mesmo o seu interesse ou a sua preocupação pelo desfecho da lide”.

De acordo com Ana Paula Pinto Lourenço (2013: 240), “uma vez que o que se encontra sujeito a segredo de justiça são os actos processuais, e não os factos, os jornalistas não estão impedidos de empreender uma investigação autónoma, paralela, que poderá desenvolver-se com menor constrangimento e maior participação e abertura

por parte dos inquiridos, o que pode representar uma vantagem para a investigação jornalística, ou uma desvantagem, uma vez que a pressão do tempo poderá fazer aceitar relatos que, embora possam ter sido testemunhados, sejam relatados numa lógica de construção pouco, ou nada, compatível com a factualidade”. Por conseguinte, observa-se uma “interacção entre os jornalistas de investigação e os magistrados faz parte de um sistema de acção que permite que os jornalistas acedam rapidamente aos processos judiciais ou a partes processuais importantes. Como os órgãos de informação procuram sistematicamente ganhar vantagem sobre a concorrência no que se refere à cobertura informativa da vida pública, é natural que exista um «ganho estratégico» ao aceder a fontes da magistratura. Com efeito, em alguns casos estabelece-se um verdadeiro contrato de «comunicação mediática» entre os jornalistas e as fontes, um contrato que depende do estrito cumprimento de algumas cláusulas, como aquela que impede o jornalista de revelar a sua fonte” (Hélder Prior, 2012:230). A confiança é o elemento chave entre jornalistas e as suas fontes. Nesta linha de pensamento, apesar de terem construído uma relação baseada na confiança, os jornalistas têm de confrontar a informação disseminada pela sua fonte com outras fontes, a fim de conferir se é fidedigna ou se quer enganar o jornalista com informação ilegítima.

Normalmente, em casos judiciais, os meios de comunicação entram em contacto com fontes anónimas localizadas no campo da justiça, isto é, o Ministério Público, Supremo Tribunal da Justiça, Procuradoria-geral da República, Pública Judiciária, entre outros. “A corrida constante às declarações de juízes, advogados e até “fontes interpostas”, com os riscos daí decorrentes, resultará, em alguma medida, do facto de alguns importantes julgamentos estarem vedados aos media. A inibição de transmissão dos actos em tribunal suscita, sobretudo no que concerne às televisões, a procura de formas de contornar a hostilidade dos magistrados relativamente à presença das câmaras nas audiências” (Filgado e Oliveira, 2005:7). Neste ponto, o sigilo profissional é uma característica importante no exercício da profissão, na medida em que protege a identidade da fonte, um direito que está consagrado no n.º1 do artigo 11.º do Código Deontológico do Jornalista: “Sem prejuízo do disposto na lei processual penal, os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não sendo o seu silêncio passível de qualquer sanção, directa ou indirecta”. Os dados ou comunicados fornecidos por estes agentes são designados por fugas de informação. Segundo Estrela Serrano (1999:6) a fuga era uma prática para divulgar uma informação confidencial a

alguns jornalistas. “A «fuga» tornou-se uma instituição, sendo um dos processos mais usados na transmissão de informações por parte das fontes oficiais. Mais que um anúncio directo, a “fuga” presta-se muito melhor a esconder determinados objectivos” (idem:ibidem). A autora acrescenta que “as regras respeitantes ao “off record” e à atribuição das fontes são especialmente importantes no caso das “fugas” de informação” (idem:ibidem). A detenção de José Sócrates demonstra que este sistema de informação é eficaz. Antes da chegada do antigo primeiro ministro ao aeroporto de Lisboa, já se encontravam alguns meios de comunicação social que capturavam imagens exclusivas da saída de Sócrates numa viatura da polícia judiciária. Neste sentido, os processos judiciais são convertidos em espectáculos, pois é comum julgar os suspeitos de crimes em praça pública, que resulta de um julgamento em que, diversas vezes, antecipa a análise e a decisão do juiz. Assim, os jornalistas estão a arriscar a trair a sua vocação, porque não cabe a eles formular julgamentos, mas o dever de informar.

CAPÍTULO IV

IV. 1. Estudo de caso

O estudo de caso assenta no destaque conferido ao caso mediático designado por “Operação Marquês”, no telejornal da televisão generalista de serviço público, RTP1, no horário nobre, às 20 horas. O período de análise incidiu entre 22 de Novembro de 2014 a 14 de Dezembro de 2014 (três semanas). De acordo com Felisbela Lopes (2007a:20), a televisão é considerada “uma das cenas privilegiadas do espaço público contemporâneo” e acrescenta que “a programação informativa, incidindo sobre a realidade, comporta traços pertinentes enquanto objeto de estudo” (ibidem).

O trabalho de carácter exploratório consistiu encontrar respostas às seguintes questões: Até que ponto a dimensão da cobertura televisiva sobre o caso do engenheiro José Sócrates pode ter influenciado a opinião pública? Quais são os intervenientes nas peças jornalísticas? De que forma a estação em estudo agenda e apresenta o tema escândalo político? Em busca das respostas é fundamental, em primeiro lugar, estudar a cobertura televisiva conduzida pela RTP1 e, também, explorar os critérios jornalísticos que ajudaram a construir essa cobertura. Nesta linha de pensamento, o ponto de partida de uma investigação deve consistir numa boa revisão da literatura. Como explica Vitor Gonçalves (2005:26) “Uma das regras básicas da pesquisa em ciências sociais é a revisão da literatura que sobre determinado assunto foi publicada”, pois “difícilmente, existirá uma matéria que não tenha sido objecto de pesquisa ou tratada, directa ou indirectamente, por algum investigador” (ibidem).

Definidos os contornos da investigação, importa decidir qual o melhor método para alcançar os objectivos traçados. Assim, procede-se à explanação das variáveis e do método em estudo, de modo que seja inteligível a análise dos resultados.

O método adoptado incidiu na análise de conteúdo, como uma das ferramentas para o tratamento de informação. Para Bardin (1995:42), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Esta investigação corresponde a duas fases: quantitativa e qualitativa. “O que caracteriza a

análise qualitativa é o que se pode deduzir ou o sentido que se pode atribuir às palavras, aos temas, às personagens etc. Já na análise quantitativa, o que pesa mais na pesquisa é a frequência com que determinados eventos aparecem no discurso” (Viana Correia, 2007:99). Esta estratégia permitiu quantificar o volume de notícias transmitidos pela estação, bem como observar a participação dos intervenientes políticos na acção e, posteriormente analisá-los de forma qualitativa. Neste sentido, para executar a tarefa, elaborou-se uma grelha de análise com todos estes elementos jornalísticos da estação televisiva (Tabela 1 - Anexo).

Os dados foram recolhidos a partir da observação de vinte e três noticiários emitidos em *prime time*, ou seja, no horário nobre (20 horas), pelo serviço público de televisão que foram consultados no arquivo de 2014 do sítio da RTP Play. Salienta-se ainda que estamos perante inúmeras horas de visionamento do telejornal. Posteriormente, os dados foram tratados através do programa Microsoft Office Excel. A recolha das peças jornalísticas reporta-se ao período supracitado e abordam, de forma principal ou secundária, o tema “Operação Marquês”. O serviço noticioso seleccionado foi o telejornal, uma vez que é o principal bloco informativo da noite da RTP e por reunir uma elevada audiência. De facto, como refere Alfredo Vizeu (2002b:6) “para a maioria das pessoas, os telejornais são a primeira informação que elas recebem do mundo que as cerca”. Nuno Brandão (2005:151) concorda com esta ideia e afirma que os acontecimentos “transformados em notícia nos telejornais dão a percepção e o sentido das grandes questões do dia-a-dia aos cidadãos, estabelecendo a hierarquia e a prioridade dos temas da actualidade” e estabelecem ainda “a produção de sentido aos cidadãos das temáticas que devem seguir como as mais importantes do dia” (ibidem).

Posto isto, a análise empírica foi organizada de acordo com 8 variáveis: “Número da peça”, “Data de emissão”, “Descrição do conteúdo das peças”, “Duração da peça”, o “Alinhamento”, “Género de peça”, “Nome do Jornalista” e “Nome do repórter de imagem”. Na primeira variável, “Número da peça” é identificado o número de cada notícia. Salienta-se que as peças apresentadas foram enumeradas de acordo com a cronologia dos acontecimentos no noticiário. Em seguida, surge a variável “Data de emissão”, que consiste em identificar o dia, mês e o ano em que a reportagem foi transmitida. Outra das variáveis estudada foi a “Duração da peça”, esta variável permitiu apurar o tempo total, calculado em minutos e segundos, de cada peça jornalística e avaliar a importância dada a cada uma. Como é sabido, o Telejornal é

composto por duas partes: a 1ª Parte e a 2ª Parte. A variável “Alinhamento” assinala a ordem de cada reportagem, se pertence à primeira ou à segunda parte do bloco informativo. Deste modo, verifica-se se o caso foi tema de abertura do noticiário em análise durante as três semanas. E averiguar o grau de importância e relevância atribuída ao acontecimento na hierarquia do alinhamento. Segundo Adelino Gomes (2011:359), “O jornalismo pós-25 de Abril estilhou o alinhamento rigidamente institucional dos tempos ditatoriais. Durante o PREC, o brulho do povo (uma manifestação, uma greve, a ocupação de casas, de fábricas, de terras) podia abrir o telejornal. Anos mais tarde, graças à formação profissional chegada do de França, o candidato à abertura de um jornal passou a ser qualquer acontecimento de impacto e/ou consequências fortes. Ocorresse ele na esfera política – nacional ou internacional, social, cultural, desportiva ou...meteorológica. Fosse ele novo...ou actualizado”. É neste contexto que os editores decidem como tratar o tema, ou seja, se será retratado como uma reportagem, uma ligação em directo a partir do local, onde o jornalista se encontra ou uma entrevista no estúdio de televisão.

Outras das variáveis examinadas foi o “Género de peça”. Nesta perspectiva, importa dar ênfase ao facto de que a análise realizada não está relacionada com o “género” telejornal, ou seja, foram analisadas as peças jornalísticas inseridas nas vinte e três edições do telejornal. Ao examinar o destaque atribuído à Operação Marquês, torna-se, essencial, indicar qual o género predominante nos noticiários. Deste modo, classifiquei o tipo de informação por reportagem, directo, entrevista, comentário. Metodologicamente para este estudo, eliminou-se o off do pivot, o texto lido e intercalado com imagens pelo apresentador do noticiário. Por último, na variável “Jornalista” e “Repórter de imagem”, considere importante identificar a autoria das peças e dos directos televisivos e o repórter que acompanhou o jornalista.

Nesta abordagem empírica, pretendeu-se determinar quem são os protagonistas principais das notícias. Por outras palavras, os sujeitos são identificados através da visibilidade e do discurso proferido por eles. Na narrativa foram agrupados em duas classes: protagonistas passivos são indivíduos de quem são recolhidos depoimentos nas peças jornalísticas, ao nível das suas funções, como, por exemplo, especialistas, dirigentes políticos e judiciais, ou seja, não intervêm directamente na peça, e os protagonistas activos são indivíduos geradores de entrevista ou de depoimentos em directo. A partir desta variável consegue-se observar quem são os principais

protagonistas, quantas vezes surgiram nas notícias e quem contribuiu para a construção da cobertura televisiva. Importa referir que, nos gráficos e tabelas utilizados no tratamento da informação, os intervenientes surgem pela ordem das notícias.

As fontes de informação deveriam ser estudadas, uma vez que sustentam a informação relatada pelo jornalista. “(...) Até nos órgãos de informação fortes e organizados se verifica, na fase de recolha, uma enorme utilização das notícias de agência e de algumas e importantes fontes institucionais”. (Mário Wolf, 2006:219). Para tal procedemos à seguinte categorização das fontes de informação: fonte institucional (informação judicial), outros meios de comunicação (jornais, rádios, estações de televisão), fonte documental (comunicado), fonte oficial (declaração exclusiva), isto é, remetidas de modo directo à RTP e fonte oficial (declaração não exclusiva), quando não são transmitidas de modo directo à estação.

Noutra fase deste estudo, pretendi confrontar os profissionais da estação televisiva com questões face aos resultados obtidos. As entrevistas, constituídas por questões semiestruturadas, foram endereçadas à editora de sociedade Ana Romeu, à editora de política, Luísa Bastos e aos jornalistas: Carla Diogo, João Ricardo Vasconcelos, Rita Marrafa de Carvalho, Luís Fonseca, Margarida Neves de Sousa, Isabel Pereira Santos e Sérgio Vicente. Contudo, não obtive resposta das duas editoras e dos jornalistas, Sérgio Vicente, Luís Fonseca e Isabel Pereira Santos. As entrevistas não foram presenciais, ou seja, foram enviadas via correio electrónico. Os inquiridos foram seleccionados pelo papel que representam na instituição e pela realização das reportagens relativas ao tema. No caso das editoras, o que pretendia saber era a organização e a selecção de critérios jornalísticos, em detrimento de outros, presentes na cobertura do tema. As questões foram dirigidas apenas aos jornalistas da secção da sociedade, pois, no período em análise, foram os únicos a relatar o caso.

Segundo Veiga e Gondim (2001:5) “A entrevista é uma técnica através da qual o pesquisador se coloca diante do participante para quem faz perguntas com o objetivo de obter informações que contribuam para a investigação. Trata-se de um diálogo assimétrico em que o pesquisador busca coletar dados e o interlocutor se apresenta como fonte de informação. As entrevistas procuram explorar o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem e desejam”. Antes da apresentação e discussão dos resultados adquiridos procede-se a uma breve contextualização do caso “Operação Marquês”.

Cobertura jornalística do caso “Operação Marquês”

IV. 2. Breve enquadramento

O caso “Operação Marquês” insere-se na categoria de acontecimentos mediáticos estudada por John Thompson, nomeadamente na categoria dos “escândalos financeiros da esfera política” (John Thompson, 2002:197). De acordo com o autor, estes escândalos “baseiam-se em alegações sobre abuso de dinheiro e outras irregularidades financeiras. Envolvem geralmente uma revelação de ligações secretas entre o poder político e o económico” (ibidem).

Pela primeira vez na história da democracia portuguesa um antigo primeiro ministro foi detido e constituído arguido. No entanto, o nome de José Sócrates já tinha sido mencionado em três processos judiciais, nomeadamente o Freeport, Face Oculta e Monte Branco.

O assunto foi despoletado no dia 21 de novembro de 2014, na sequência da detenção do ex-governante no aeroporto da Portela, em Lisboa, suspeito dos crimes de fraude fiscal, branqueamento de capitais e corrupção. Importa referir que, antes do comunicado da Procuradoria-Geral da República ser enviado às redacções dos órgãos de comunicação social, o canal televisivo SIC e a CMTV, televisão do Correio da Manhã, já emitiam imagens “exclusivas” de José Sócrates a sair do aeroporto numa viatura da polícia judiciária em direcção ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). Tudo indica que houve fugas de informação de fontes judiciais.

José Sócrates soube com alguma antecedência que seria detido assim que aterrasse no aeroporto da Portela, em Lisboa, uma vez que o empresário Carlos Santos Silva, o advogado Gonçalo Ferreira e o motorista João Perna tinham sido detidos na quinta-feira (21 de novembro) e a propriedade da ex-mulher tinha sido alvo de diligências nesse mesmo dia.

As investigações ao património do ex-líder do partido socialista começaram há mais de um ano com uma denúncia de movimentos bancários suspeitos desencadeada pela Caixa Geral de Depósitos (CGD). Em causa, estavam transferências no valor superior de 200 mil euros da conta da mãe, Maria Adelaide de Carvalho Monteiro, para a do ex-primeiro ministro, que ocorreram quando José Sócrates estava a viver em Paris.

De acordo com informações avançadas pelo semanário Sol e pelo Correio da Manhã, o património de José Sócrates foi avaliado em 20 a 25 milhões de euros que estariam escondidos numa conta *offshore* na UBS, na Suíça, da qual o amigo e empresário, Carlos Santos Silva era o beneficiário. Em 2010, o dinheiro foi transferido para uma conta do Banco Espírito Santo (BES) ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização Tributária (RERT), criado pelo próprio ex-governante, o que permitia pagar uma taxa de apenas cinco por cento, e assim, ficar livre de crimes de evasão fiscal. A partir de 2013, José Sócrates prestava funções de consultoria à empresa Octapharma da América Latina, da qual recebia um ordenado mensal de 12 mil euros.

As primeiras notícias da instabilidade financeira do BES em 2013, fizeram com que o ex-governante dividisse a fortuna entre seis bancos, Deutsche Bank, Barclays, CGD, BPI, BCP e Montepio. Mas o caso não fica por aqui. Uma investigação oficial aos imóveis, dois apartamento da mãe no Cacém e um apartamento no edifício Heron Castilho concluiu que os três apartamentos terão sido vendidos a Carlos Santos Silva no total de 775 mil euros. O advogado Gonçalo Ferreira representou as duas partes na escritura do negócio. Uma estratégia que resultava de transferências da mãe para a conta da CGD do filho ou através do motorista João Perna. Foi esta transferência avultada que originou o alerta do banco.

No âmbito do processo criminal, a empresa Octapharma cessou o contrato com o ex-governante e a RTP suspendeu o espaço de comentários dominical de José Sócrates, um programa que começou em abril de 2013.

Ao fim de três dias de interrogatório judicial, o juiz de instrução criminal, Carlos Alexandre, aplicou a medida de coacção mais grave, a prisão preventiva, ao engenheiro José Sócrates, ao empresário, amigo e ex- administrador do grupo Lena, Carlos Santos Silva e ao motorista, João Perna. Por outro lado, o advogado Gonçalo Ferreira sai em liberdade, mas fica proibido de contactar os restantes arguidos e de viajar para o estrangeiro, e tem a obrigação de apresentar-se semanalmente ao DCIAP.

José Sócrates tornou-se o recluso n.º 44 no estabelecimento prisional de Évora, onde estão vários membros das forças de segurança, magistrados, entre outros, enquanto que Carlos Santos Silva e João Perna permaneceram no estabelecimento prisional da Polícia Judiciária, em Lisboa. O antigo primeiro ministro tem argumentado nos interrogatórios e entrevistas cedidas à comunicação social que o dinheiro provém de um “empréstimo” do amigo Carlos Santos Silva, que seria também um testa de ferro, ou

seja, o principal responsável de todas as transacções bancárias que envolviam o ex-governante.

Posteriormente, no dia 28 de novembro de 2014, Miguel Mota Cardoso, jurista de Vila Nova de Gaia solicitou uma providência “Habeas Corpus”, que consistia na libertação imediata de José Sócrates. Contudo, o pedido foi recusado pelo Supremo Tribunal de Justiça, uma vez que não foram encontrados os dispositivos electrónicos, como o computador do ex-governante no decurso da investigação e devido ao perigo de perturbação de inquérito, de ordem pública e de fuga. O n.º1 do artigo 31.º da Constituição da República Portuguesa declara que “haverá habeas corpus contra o abuso de poder, por virtude de prisão ou detenção ilegal, a requerer perante o tribunal competente”, no ponto n.º2 “a providência de habeas corpus pode ser requerida pelo próprio ou por qualquer cidadão no gozo dos seus direitos políticos” e no ponto n.º 3 “O juiz decidirá no prazo de oito dias o pedido de habeas corpus em audiência contraditória”.

A Operação Marquês fez desviar as atenções do escândalo dos vistos Gold. Neste sentido, a polémica em torno do antigo ministro atraiu a atenção de vários meios de comunicação internacionais, como por exemplo Le Monde, El País, pois é um momento que ficará registado para sempre na história de Portugal.

CAPÍTULO V

Resultados e Análise

Neste ponto pretendo apresentar os resultados de uma investigação que consistiu em analisar a visibilidade atribuída à cobertura jornalística do caso “Operação Marquês” no serviço público de televisão, neste caso, no telejornal da RTP1. Com base na leitura dos dados recolhidos verifiquei que o caso Operação Marquês foi divulgado pelo operador público no dia 22 de novembro de 2014.

V. 1. O tempo da Operação Marquês no Telejornal

Ao fim das três semanas, período em que incidiu a investigação, (22 de novembro de 2014 a 14 de dezembro de 2014) contabilizaram-se três horas, seis minutos e quarenta segundos de informação. No que concerne ao volume de notícias, o serviço público de televisão dedicou ao caso um total de 73 peças noticiosas, nas quais englobam reportagens, directos, comentários e entrevistas (Tabela 1 – em Anexo). Neste sentido, como já foi referido, a duração das peças deve ter, por norma, um minuto e meio, dois no máximo. Como explica Jacinto Godinho (2011:53) “Faz-me um minuto e meio de Dia Mundial da Sida, ou dois minutos de Assembleia da República; A peça tem o quê, 3 minutos? Não pode entrar. Temos o telejornal demasiado grande!”

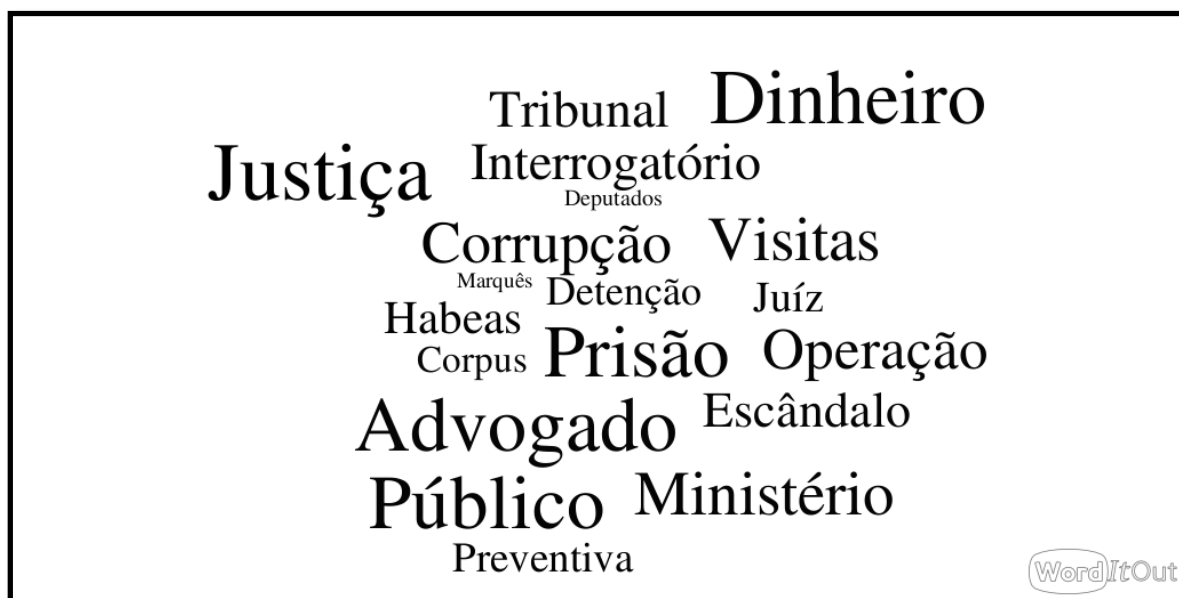
Tendo em conta a evolução da cobertura jornalística, verificou-se que na primeira semana, o número de reportagens difundidas foi superior em comparação às duas semanas seguintes. Importa frisar que, na noite de sexta-feira (21 de novembro), quando o engenheiro José Sócrates foi detido no aeroporto da portela, em Lisboa, o canal SIC e a CMTV já emitiam imagens em directo. Ao passo que a RTP começou apenas a relatar o acontecimento no dia seguinte. A partir da terceira semana, observa-se uma tendência de declínio de intensidade conferida ao processo. A “Operação Marquês” passou para segundo plano, uma vez que foi substituído pela greve da companhia aérea portuguesa, TAP, e a comissão parlamentar de inquérito ao caso BES, um outro processo considerado como escândalo financeiro.

V. 2. Análise do conteúdo noticioso das peças

Depois de analisar o tempo que a RTP concedeu ao caso Operação Marquês, examinei também, o conteúdo noticioso das peças jornalísticas ao longo das três semanas de investigação.

Após a recolha dos dados e a triagem das peças jornalísticas presentes no telejornal, procedi ao tratamento da informação (Tabela 1 – em anexo). Em seguida, decidi elaborar uma nuvem de palavras através do programa *Worditout*. Os 15 termos (Dinheiro, Operação Marquês, Habeas Corpus, Prisão Preventiva, Tribunal, Interrogatório, Juíz, Advogado, Corrupção, Ministério Público, Detenção, Deputados, Justiça, Visitas, Escândalo) foram seleccionados conforme a frequência em que aparecem no espaço de informação. No final, observei que a palavra “detenção” se configura como um dos conceitos mais recorrentes no tema das peças.

Figura 1: Nuvem de palavras mais frequentes nos temas das peças jornalísticas sobre o caso “Operação Marquês”, utilizando a ferramenta Worditout



V. 3. Alinhamento no telejornal

O alinhamento das notícias assume um papel central no telejornal. Esta variável permite aferir o peso e a importância conferida ao tema pelo operador público.

No decorrer das três semanas em estudo, o caso Sócrates foi notícia de abertura em dez edições do telejornal, sendo que seis correspondem ao mês de novembro e quatro ao mês de dezembro. A primeira ocorreu no dia 22 de novembro de 2014. No telejornal, o pivot José Rodrigues dos Santos anuncia: “Já começou a falar. José Sócrates foi detido por corrupção, branqueamento de capitais e fuga ao fisco”. O pivot acrescenta que: “a Rtp captou as primeiras imagens do ex-primeiro ministro dentro do Campus de Justiça em Lisboa” e “durante o dia as autoridades foram a casa do suspeito fazer buscas” (Tabela 1 Anexo – peça n.º 1). E a última aconteceu no dia 4 de dezembro de 2014.

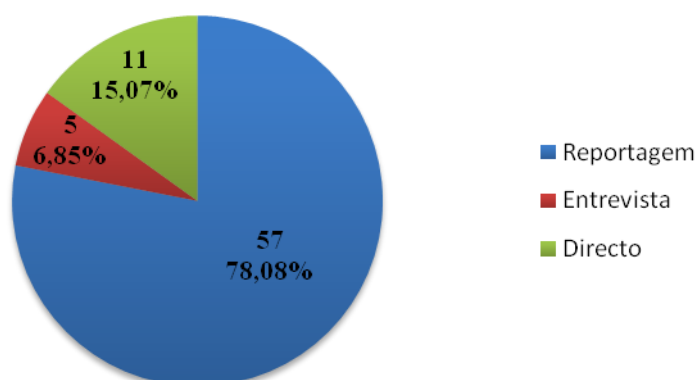
Como já mencionado no decorrer desta exposição teórica e contextual, os jornais televisivos dividem-se em dois períodos: a primeira e a segunda parte. No fim das três semanas de estudo, verifiquei que o caso Operação Marquês esteve inserido, maioritariamente, na primeira parte do telejornal da RTP1, sendo que 67 (91,78%) peças jornalísticas foram emitidas na primeira parte ao passo que 6 peças foram remetidas (8,22%) para a segunda parte.

V. 4. Géneros jornalísticos utilizados no telejornal

No que diz respeito aos géneros jornalísticos foram identificados três tipos diferentes no telejornal. McQuail (2003:336) afirma que “o género mediático pode ser considerado um mecanismo prático para ajudar qualquer meio de massas a produzir, de modo consistente e eficiente, e a relacionar a sua produção com as expectativas das suas audiências”.

Verificou-se, no gráfico 1, que o Telejornal da RTP realizou 5 entrevistas (6,85%), 11 directos (15,07%) sendo que o género predominante foi a notícia veiculada através de 57 reportagens (78,08%).

Gráfico 1 - Géneros jornalísticos presentes no Telejornal



O espaço reservado às entrevistas, conduzidas pelo pivot no estúdio da estação, contaram com a presença de vários convidados. A primeira entrevista realizou-se no dia 22 de novembro e foi dirigida ao advogado, Carlos Pinto de Abreu. Nesse mesmo dia, na segunda parte do telejornal, o pivot José Rodrigues dos Santos entrevistou também o professor de Ciências Políticas, Adelino Maltez, e o Vice-Presidente da Associação Cívica Transparência e Integridade, Paulo Morais. O ex-procurador Geral da República, Pinto Monteiro, foi outro dos inquiridos, visto que na semana em que José Sócrates foi detido, teve um almoço com o ex-governante, em Paris. O jornalista e comentador da RTP, João Marcelino também foi convidado para comentar a detenção do ex-primeiro ministro. As duas entrevistas ocorreram no dia 24 de novembro. Relativamente à duração, as cinco entrevistas somaram na totalidade 37 minutos e 28 segundos.

Do conjunto de notícias difundidas, o directo foi também um género privilegiado por este boletim informativo com um total de 24 minutos e 38 segundos. Os primeiros directos da estação ocorreram no dia 22 de novembro de 2014. Em directo do Campus da Justiça, em Lisboa, a jornalista Rita Marrafa de Carvalho, relata que José Sócrates está a ser interrogado pelo juiz Carlos Alexandre. O segundo directo é realizado na mesma edição do telejornal, no qual a jornalista referida acima continua a acompanhar a situação que tem como protagonista o ex-governante. Nos directos, os intervenientes são João Araújo, advogado de José Sócrates, (declarações aos jornalistas), Francisco Assis, eurodeputado do PS, Almeida Santos, Presidente Honorário PS, e deputados

socialistas: Joana Lima, Pires da Silva, João Cravinho, José Lello (XX Congresso Nacional do PS).

V. 5. Protagonistas da narrativa jornalística

“A RTP criou uma prática noticiosa que favorece a classe política em si mesma. Dá espaços aos deputados para ‘aparecerem’ e desenvolveu um sistema de ‘quotas’ dos partidos nos noticiários, que igualmente agrada e acalma os políticos”.

(Eduardo Cintra Torres, 2011:79)

No decurso da investigação, registou-se um total de 173, sendo que 69 correspondem à categoria de protagonistas activos e 104 na variante de protagonistas passivos. Os dados estão agrupados em duas grelhas de análise (Tabela 2 e Tabela 3 – Anexo) O antigo primeiro ministro, José Sócrates, ocupa o primeiro lugar, na modalidade de protagonista passivo com 48 presenças (46,15%). Segue-se Carlos Santos Silva, amigo de José Sócrates e ex-empresário do grupo Lena, protagonizando 10 peças jornalísticas – 9,62% desta categoria. Os dois restantes arguidos da Operação Marquês, Gonçalo Trindade Ferreira, advogado, e João Perna, motorista de José Sócrates, pertencem a esta classe de actores passivos, visto que estavam a ser interrogados no Supremo Tribunal da Justiça e por isso, não prestaram qualquer depoimento. O primeiro apareceu sete vezes (6,73%) e o segundo apenas três vezes (2,88%) por ser o elemento mais fraco do caso. O juiz Carlos Alexandre, foi apresentado cinco vezes (4,81%) nas notícias do Telejornal.

No que se refere aos protagonistas activos, João Araújo, advogado do ex-governante, foi quem entrevistou mais, com 16 ocorrências, reparte-se igualmente entre o papel activo e passivo, representando 13,04% no primeiro caso e 6,73% no segundo – (ANEXO X). Em segundo e terceiro lugar aparecem com quatro intervenções, António Costa, Secretário geral do Partido Socialista e três, Mário Soares, ex-presidente da República Portuguesa, correspondendo 5,80% e 4,35% respectivamente.

Mediante a observação da tabela, aferimos que a maioria dos intervenientes pertencem à esfera política e judicial, uma vez que figuram nas peças, deputados, advogados, juiz, antigo e actual Procuradora Geral da República. Podemos referir que os deputados, maioritariamente, do partido socialista perfazem 22 ocorrência (31,89%).

Em contraponto, podemos verificar as fracas manifestações no bloco informativo de Pedro Passos Coelho, actual primeiro-ministro e Cavaco Silva, presidente da República, com uma presença (1,45%), no primeiro caso, e duas (2,90%), no segundo caso.

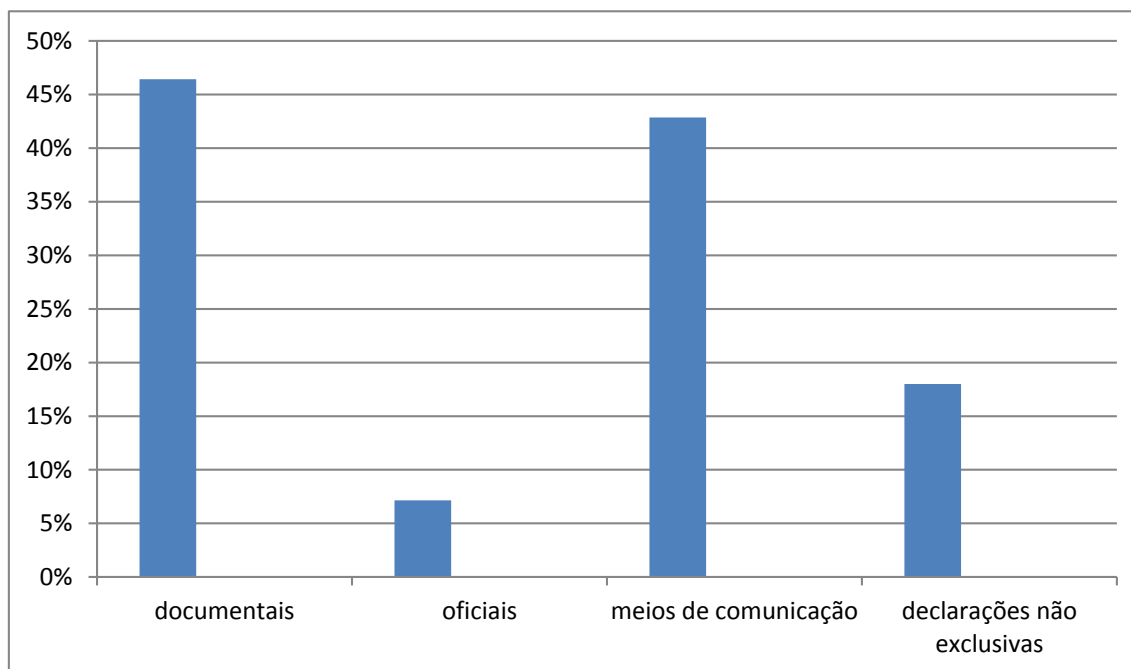
V. 6. Fontes de informação

No telejornal da RTP1 prevalecem as fonte documentais, neste caso comunicados escritos, nota do Supremo Tribunal e cartas dirigidas à Comunicação Social que representam 46,43%,. Ou seja, comunicados provenientes do partido CDS-PP, do Tribunal Central de Instrução Criminal e da Procuradoria Geral da República. Relativamente às cartas foram redigidas por João Araújo, advogado de José Sócrates e Miguel Mota Cardoso, jurista em Vila Nova de Gaia e José Sócrates.

Em 17,86% das peças jornalísticas correspondem a declarações não exclusivas, isto é, depoimentos que não foram relatados directamente à estação em análise. Outra das fontes mais utilizadas tem origem nos meios de comunicação, nomeadamente a Revista Sábado, o Jornal Sol, o Público, o Expresso, o Jornal de Notícias e imagens exclusivas do canal CMTV que correspondem 42,86% das peças emitidas.

Em 7,14% das notícias resultam da fonte oficial, isto é, dados do Supremo Tribunal da Justiça sobre o Habeas Corpus, pedido de libertação imediata de um arguido. Por fim, a declaração não exclusiva de Daniel Proença de Carvalho, advogado, à rádio TSF enquadra-se também no tipo de fontes oficiais. “As fontes oficiais assumem principal destaque nas relações com os jornalistas, pois estes preferem-nas porque são muito mais fáceis de contactar e de preencher os seus noticiários televisivos, bem como porque são consideradas credíveis” (Nuno Brandão, 2005:126). O gráfico 2 reporta-se à frequência de cada conjunto de fontes identificadas nas notícias do telejornal.

Gráfico 2 - Tipos de fontes identificadas nas peças jornalísticas



V. 7. Dificuldades encontradas durante o processo de investigação

Um trabalho de investigação não é simples nem linear. Pelo contrário, é um estudo que exige rigor, método e transparência na análise e nos resultados apresentados. Neste sentido, deparei-me com algumas dificuldades durante a realização do trabalho, nomeadamente na obtenção do alinhamento dos noticiários. Inicialmente, o orientador de estágio, o professor Paulo Nuno Vicente propôs analisar os blocos informativos num período mais extenso, ou seja, um mês. Contudo, após alguns contactos com colegas estagiários e jornalistas da estação, não consegui ter acesso ao arquivo da RTP referente ao telejornal. A alternativa foi reduzir o período para três semanas e consultar o arquivo online da estação, onde é possível encontrar todas as edições do telejornal, organizadas no tempo. Deste modo, a análise incidiu nos noticiários emitidos entre os dias 22 de novembro e 14 de dezembro de 2014.

A dificuldade mais notória recaiu na classificação das categorias inseridas nas grelhas de análise. Com efeito, senti a necessidade de definir pormenorizadamente as variáveis, de modo a não suscitar dúvidas. Outra dificuldade residiu na obtenção das entrevistas. Dada a incompatibilidade de horários e a disponibilidade dos inquiridos, optei por endereçar as questões através do correio electrónico a cada um. Enviei as primeiras entrevistas no mês de fevereiro. Após várias tentativas de contacto, recebi as respostas no mês de março. Todavia, não consegui obter o feedback das editoras de sociedade e de política até à data de entrega deste trabalho.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, posso afirmar que o estágio curricular de três meses na RTP superou as expectativas iniciais e, ao mesmo tempo, contribuiu para um enriquecimento pessoal e profissional, visto que tive a oportunidade de aprender e de observar de perto os profissionais do ramo e o funcionamento de uma estação de televisão generalista. Considero esta experiência com uma conquista pessoal.

O contacto directo com os jornalistas permitiu-me constatar as dificuldades e os obstáculos que enfrentam diariamente no exercício da sua profissão. “A tirania do tempo” foi um dos factores negativos mais notórios, pois a construção de uma reportagem é um processo que depende da rapidez, da eficiência do jornalista e, claro, da ajuda do repórter de imagem e do editor de imagem.

O enquadramento teórico deste trabalho reportou-se para a esfera política e para a intrincada relação que os meios de comunicação, em geral, e a televisão, neste caso, estabelecem com os agentes políticos. O escândalo político torna-se mediático, pois tem a capacidade de mobilizar a atenção em seu redor, sobretudo se envolver uma figura política ou um ex-governante que tenha desempenhado funções importantes no estado. Consequentemente, os *media* mantêm, de igual modo, uma relação complexa com a justiça. Por vezes, alguns meios não obedecem a regras estabelecidas pela lei, por pretenderem ser os primeiros a chegar à “meta”, ou seja, “sugam” as fugas de informação, sem confirmar os dados obtidos. Ao longo do período em estudo, verifiquei que nos noticiários do telejornal uma prioridade concedida às fontes oficiais, de modo a testemunharem ou veicularem a informação.

De facto, como foi mencionado no decorrer deste trabalho, a televisão é um meio vital, porque é considerado como o principal espaço de acesso à informação de todas as faixas etárias. Como refere Felisbela Lopes (2007a:13) “parte da informação que absorvemos é difundida pelo pequeno ecrã e o mundo lá se vai redimensionando à medida daquilo que o audiovisual reconstrói”. Nuno Brandão (2006:220) refere que “o mundo está hoje ao alcance instantâneo da televisão e, por isso, ela se tornou num dos principais divulgadores dos usos, costumes e das diferentes especificidades culturais da nossa sociedade. A televisão é um verdadeiro reflexo da formação e competência dos homens que a fazem, principalmente os da informação, pelo poder de representação e visibilidade que têm na sociedade. A televisão funciona assim como validação do que se apresenta na sociedade”. Todavia, como salienta Alain Woodrow (1996:48) “apontar

uma câmara de televisão para um acontecimento não o transforma automaticamente em informação, uma vez que “na melhor das hipóteses transforma o espectador em voyeur e desencadeia nele emoções” que, por sua vez, podem influenciar a “sua reflexão”.

Como deixo expresso nesta investigação, o dever de informar não é o único elemento que promove a cobertura jornalística de um determinado evento. “O aparecimento dos operadores privados de televisão provocou mudanças significativas na política financeira dos canais públicos, principalmente quando estes tinham na publicidade a sua principal fonte de receita” (Lopes, *idem*:37). José Augusto dos Santos (2005:181) acrescenta que “Seja pública ou privada, as televisões obedecem em definitivo, à mesma lógica: transposição para a cultura do modelo industrial, (boa gestão, rendimento, expansão); o fascínio das curvas de audiência e do “telespectador médio”. Neste sentido, cada vez mais surge a preocupação de vender a informação como produto ao público.

Depois de uma profunda análise dos dados de informação, apresento algumas considerações finais relativamente ao estudo desta investigação. Observa-se na cobertura jornalística do caso Operação Marquês um padrão semelhante a outros eventos classificados como “escândalos mediáticos” no que diz respeito à dimensão, relevância e evolução na agenda dos media. Uma figura política suspeita de cometer ilegalidades é alvo de todos os meios de comunicação e desse modo, o caso ganha uma intensidade mediática a partir do momento em que é divulgado a primeira notícia dos envolvidos e das suspeitas que recaem sobre eles. O alegado envolvimento de um antigo primeiro ministro, José Sócrates em esquemas de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais representou um “escândalo político”. Pela primeira vez na história de Portugal, um ex- primeiro ministro é acusado e, posteriormente, detido em prisão preventiva.

Os primeiros episódios representam a fase de maior intensidade de cobertura jornalística. A cada dia surgem novos detalhes que alimentam as agendas dos media, sendo que no caso aqui referido, se destacam as investigações conduzidas pela polícia judiciária e o Ministério Público. Inicia-se a partir daí o período de inquérito que é, normalmente, um momento que desperta um grande interesse e, sobretudo, verifica-se uma extensa cobertura por parte dos meios de comunicação. Após a detenção, verificou-se um declínio progressivo do volume de notícias em torno do caso. Deste modo, outros temas “roubam” a atenção mediática, excepto se ocorrer novos desenvolvimentos ou um

desenlace final. As duas primeiras semanas apresentaram um maior nível de intensidade.

Na análise do período em estudo, importa salientar o papel exercido por este bloco informativo na fase inicial, nomeadamente na divulgação pontual dos acontecimentos sobre o caso e a investigação realizada pelo programa “Sexta às 9”, que complementou, em alguns casos do jornal, pormenores relevantes.

O tema foi, diariamente, notícia no Telejornal, no qual o serviço público dedicou ao caso um total de 73 peças noticiosas. Além disso, observou-se também que o tema foi notícia de abertura em dez edições do noticiário da noite durante o período em análise. No entanto, o número de reportagens foi diminuindo na última semana em estudo. No que diz respeito ao alinhamento, a maioria das peças jornalísticas surgem na primeira parte do jornal, logo no começo, às 20 horas. Além das reportagens, o operador público apresentou directos e entrevistou vários advogados e personalidades, especializadas em política.

É possível, ainda, tirar algumas conclusões relativamente aos protagonistas. O antigo primeiro ministro, José Sócrates, mereceu o papel principal nas vinte e três edições do noticiário analisado, o que não revela nenhuma surpresa, uma vez que desempenhou funções importantes no governo. No que concerne aos protagonistas activos, o advogado do ex-governante, João Araújo, foi quem entrevistou mais, ao passo que na categoria de protagonistas passivos, o amigo Carlos Santos Silva ocupa o segundo lugar.

Em jeito de conclusão termino com uma citação do autor Nuno Goulart Brandão (2006: que afirma “Os media, e principalmente, a televisão não são apenas o terreno onde se informa sobre a política, mas são, afinal e de forma crescente, o terreno privilegiado da própria acção política”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José (2005) - *O poder da Comunicação, A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Casa das Letras. Coleção Media e Sociedade

ANDRIGA, Diana (2002) - *Televisão: e não se pode regulá-la?*, in Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.º1, Junho de 2002, ISCTE, Editorial Notícias.

BARDIN, Laurence (1995) - *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

BORDIEU, Pierre (1997) - *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora

BRANDÃO, Nuno Goulart (2006) - *Prime time: do que falam as notícias dos telejornais*. Cruz Quebrada: Casa das Letras

BURGEES, R. G. (2001) – *A pesquisa de terreno - uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

CANAVILHAS, João (2001) - *A Televisão: O Domínio da informação espectáculo*. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhasjoao-televisao-espectaculo.pdf> [Consultado a 9 de fevereiro de 2015]

CANAVILHAS, João (2009) - *A Comunicação Política na Era da Internet*. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf> [Consultado a 9 de fevereiro de 2015]

CARDOSO, Gustavo; AMARAL, Sandra (2006) – *As notícias da RTP1, SIC, TVI e o on-line. Working Report*. OberCom - Observatório da Comunicação Investigação e Saber em Comunicação.

Disponível em: <http://www.obercom.pt/client/?newsId=30&fileName=wr6.pdf> [Consultado a 3 de março de 2015]

CARVALHEIRO, José Ricardo (2005) - *O Triângulo Bloqueado: Media, Política e Cidadãos na Democracia Local*. – In CORREIA, J. Carlos (Org.) – Comunicação e Política. Livros Labcom. Covilhã.

CÉBRIAN, J. L. (2004) - *Cartas a Um Jovem Jornalista*. Lisboa, Editora Bizâncio.

CORREIA, J. Carlos (2009) – *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*. Livros Labcom. Covilhã.

CRONKITE, Walter (1998) – *Reporting Presidential Campaigns: A Journalist's View*. – In GRABER, Doris A.; MCQUAIL, Denis; NORRIS, Pipa (et. al) – *The Politics of News: The News of Politics*, CQ Press, Washington, D.C

ÉVORA, Silvino (2004) - *O segredo de justiça e a investigação jornalística: A problemática dos direitos fundamentais na democracia portuguesa*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-segredo-de-justica.pdf> [Consultado a 6 de março de 2015]

FONTCUBERTA, M. (2010) - *A notícia – pistas para compreender o mundo*. Alfragide: Casa das Letras.

FIDALGO, J. (2005) - *De que se fala Quando se fala em Serviço Público de Televisão?*, in Pinto, M. (Coord.), *Televisão e Cidadania – Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*, Porto: Campo das Letras.

GODINHO, Jacinto (2011) - *As origens da reportagem: televisão*. Lisboa: Livros Horizonte.

GÓIS, Veruska Sayonara de (2010) – *A Ética da Imagem e a Informação Jornalística*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-etica-imagem.pdf> [Consultado a 25 de fevereiro de 2015]

GOMES, Adelino (2011) - *O telejornal e o zapping na era da Internet*. Tese de Doutoramento em Sociologia, 2011, ISCTE-IUL. Disponível em: <https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/7964/1/TESE%20FINAL%20ADELINO%2c%20final.pdf> [Consultado a 25 de fevereiro de 2015]

GONÇALVES, Vitor (2005) – *Nos bastidores do Jogo político. O Poder dos Assessores*. Coimbra: MinervaCoimbra

GRABER, Doris A., (2005) - *Political Communication Faces the 21st Century*, *Journal of Communication*. Columbia University

GRADIM, Anabela (2000) – *Manual de Jornalismo*. Livros Labcom, Covilhã.

Jespers, J. J. (1998) - *Jornalismo televisivo*. Coimbra: Minerva. (CA, 457, JES)

JONES, Nicholas (1996) - *Soundbites & Spin Doctors- How politicians manipulate the Media- and vice versa*. London: Indigo

LIMA, Maria Érica (2005) - *RTP: local ao global*. Universidade Fernando Pessoa, Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-erica-rtp-local-global.pdf> [Consultado a 21 de fevereiro de 2015]

LOPES, Felisbela (1999a), *O Telejornal e o Serviço Público*. Minerva, Coimbra

LOPES, Felisbela (1999b) *Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-servico-publico-tv-crise-1999.pdf> [Consultado a 10 de janeiro de 2015]

LOPES, Felisbela (2005) – *Os donos dos "plateaux" da informação semanal da TV generalista*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-os-donos-dosplateaux2005.pdf> [Consultado a 29 de janeiro de 2015]

LOPES, Felisbela (2007a) – *A TV das Elites. Estudo dos Programas de Informação Semanal dos Canais Generalistas (1993-2005)*. Campo das Letras, Editores S.A.

LOPES, Felisbela; PEREIRA, Sara (2007b) – *Estudos sobre programação televisiva: os programas de informação e os conteúdos para a infância*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-rtp50anos-2007.pdf> [Consultado a 25 de janeiro de 2015]

LOPES, LOUREIRO & VIEIRA (2011) - *A perda da hegemonia da classe política nos plateaux informativos*. Universidade do Minho. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-12.pdf> [Consultado a 22 de fevereiro de 2015]

MARTINS, Fernando (2006) - *A Geração da Ética*. Minerva, Coimbra

MIDÕES, Miguel (2009) - *Comunicação Política: que futuro?* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-comunicacao-politica-que-futuro.pdf> [Consultado a 1 de março de 2015]

MIGUEL, Luis Felipe (2002) – *Os Meios de Comunicação e a Prática Política – Lua Nova N.º 55-56*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf> [Consultado a 5 de fevereiro de 2015]

MINC, Alain (1994) – *O choque dos Media*. Lisboa: Quetzal Editores.

MCQUAIL, Denis (2003) - *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, Jorge Nuno (2007) – *Manual de Jornalismo de Televisão. Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas* (Cenjor), 1º Edição, Lisboa

OLIVEIRA, Madalena; FIDALGO, Joaquim (2005) - *Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública As relações entre a Justiça e a Comunicação Social*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.\(2005\)-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.(2005)-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf) [Consultado a 25 de fevereiro de 2015]

PRIOR, Hélder (2012) - *Esfera Pública e Escândalo. O secreto no âmbito público*. Universidade da Beira Interior Covilhã Disponível em: <http://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/2813/1/Esfera%20p%C3%BAblica%20e%20esc%C3%A2ndalo%20final.pdf> [Consultado a 22 de janeiro de 2015]

RAMONET, Ignacio (2002) – *Tiranía da comunicação*. 3.ª edição, Campo das Letras, Porto

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno (2005) – *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso*. Alea, Volume 7 Número 2

ROGEIRO, Nuno (2002) - *Política*. Lisboa. Quimera

SALGADO, Susana (2007) – *As Presidenciais de 2006: Reflexões sobre a Interpretação da Política nos Jornais*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: http://www.ec.ubi.pt/ec/01/_docs/artigos/salgado-susana-presidenciais2006.pdf [Consultado a 6 de março de 2015]

SÁ COUTO, Sandra (2006) – *Televisão, Campanha Eleitoral E Pluralismo. As Eleições Presidenciais Na RTP, SIC E TVI*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/26262/2/tesemestsandrasacouto000106615.pdf> [Consultado a 5 de fevereiro de 2015]

Serra, J., Paulo (2006) - *Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático*. Universidade da Beira Interior, Covilhã. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-cataclismos-catastrofes.pdf> [Consultado a 25 de fevereiro de 2015]

SERRANO, Estrela (1999) - *Jornalismo e as elites do poder*. Escola Superior de Comunicação Social Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html> [Consultado a 2 de fevereiro de 2015]

SERRANO, Estrela (2005) – *A Campanha Eleitoral de 2001 na Televisão Revisitada: Análise Comparada do Serviço Público e dos Canais Privados*. Media & Jornalismo. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6189/5613> [Consultado a 25 de fevereiro de 2015]

SERRANO, Estrela (2006) - *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Edições Colibri: Instituto politécnico de Lisboa

SOUSA, H. e SANTOS, L. A. (2003) - *RTP e Serviço Público, Um Percurso de inultrapassável dependência e contradição* in Pinto, Manuel et. al. *A Televisão e a Cidadania, Contributos para o debate sobre o Serviço Público*, Braga, Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1002/1/helenasousa_lu%C3%ADssantos RTP_2003.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1002/1/helenasousa_lu%C3%ADssantos_RTP_2003.pdf) [Consultado a 14 de fevereiro de 2015]

SOUSA, Jorge Pedro (2000) - *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva.

TEVES, V. H. (2007) - *RTP: 50 anos de história*. Disponível em: <http://ww2.rtp.pt/50anos/> [Consultado a 14 de fevereiro de 2015]

TORRES, Eduardo Cintra (2011) - *A televisão e o serviço público*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

TRAQUINA, Nelson (Org.) (1999) – *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa. Veja Editora

TRAQUINA, Nelson (2002) - *O que é jornalismo*, Lisboa: Quimera.

THOMPSON, John (1995) - *Media and Modernity, A Social Theory of The Media*, Cambridge: Polity Press

THOMPSON, John (2002) - *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sónia Maria Guedes (2001) – *A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político – OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. VII, nº1 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762001000100001&script=sci_arttext [Consultado a 10 de março de 2015]

VIANA CORREIA, Karla M. (2007) – *Análise de Conteúdo do Jornalismo Impresso Natalense*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-karla-jornalismoimpresso.pdf> [Consultado a 10 de março de 2015]

VIZEU, Alfredo (2002a) *O Jornalismo e as "teorias intermediárias": cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso(AD)*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf> [Consultado a 7 de março de 2015]

VIZEU, Alfredo (2002b) – *Decidindo o que é Notícia. Os Bastidores do Telejornalismo*. – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/vizeu-alfredo-decidindo-noticia-tese.pdf> [Consultado a 3 de março de 2015]

WOODROW, Alain (1996) – *Os Meios de Comunicação. Quarto Poder ou Quinta Coluna?* – 1.^a Edição, Lisboa. Publicações Dom Quixote.

WOLF, Mauro (1999) - *Teorias das comunicação*. Lisboa: Editorial Presença

WOLTON, Dominique (1997), “Penser la communication”, Paris: Flammarion, in GONÇALVES, Vítor (2005), “Nos bastidores do jogo político”, Coimbra: Minerva Coimbra

Artigos

LOURENÇO, Ana Paula (2013) - *Justiça e Comunicação Social: Entre a tensão e a tentação recíprocas*. JURISMAT (Revista Jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes) n.º2, pág. 217-254. Disponível em: <http://www.ismat.pt/images/PDF/jurismat2.pdf>. [Consultado a 18 de março de 2015]

SERRANO, Estrela (2010) - *A especificidade do serviço público de televisão*.
Jornalismo & Jornalistas (revista do clube de jornalistas) n.º43 Julho/Setembro, pág.5
Disponível em: <http://www.clubedejornalistas.pt/wp-content/uploads/2010/09/JJ43.pdf>
[Consultado a 19 de março de 2015]

Legislação Consultada

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses

Estatuto dos jornalistas

Constituição da República Portuguesa

Código de Processo Penal

Código Penal

Estatuto do Jornalista, Lei nº1/99 de 13 de Janeiro

Lei da Televisão, Lei n.º 40/2014, de 09 de Julho

Contrato de Concessão de Serviço Público de Rádio e Televisão

ANEXOS

Apêndice A. Tabela 1 – Grelha de Recolha de Dados e Categorias de Análise

N.º peça	Data	Descrição	Duração (hh:mm:ss)	Alinhamento	Tipo de peça	Jornalista	Repórter de Imagem
1	22.11.2014	José Sócrates é detido sexta-feira à noite e interrogado no dia seguinte. Diligências ao apartamento do ex-governante.	00:03:20	Notícia de abertura	Reportagem	Luísa Bastos	Carlos Oliveira, Paulo Jorge e António Antunes
2	22.11.2014	Detenção de outros três arguidos: Carlos Santos Silva (amigo), Gonçalo Trindade Ferreira (advogado) e João Perna (motorista).	00:02:19	1ª parte (pivot+peça)	Reportagem	Isabel Pereira Santos	Jaime Guilherme e Nuno Tavares
3	22.11.2014	Ministério Público segue a rota de dinheiro de José Sócrates	00:03:22	1ª parte (pivot+peça)	Reportagem	Margarida Neves de Sousa e Pedro Zambujo	Imagens do arquivo RTP e organograma
4	22.11.2014	Sócrates está a ser interrogado pelo juiz Carlos Alexandre. Em directo do Campus de Justiça em Lisboa. Declarações de João Araújo (advogado).	00:04:56	1ª parte Directo + imagens do advogado de Sócrates	Directo	Rita Marrafa de Carvalho	-
5	22.11.2014	Sede do grupo empresarial Lena é alvo de buscas, em Leiria	00:02:03	1ª parte (pivot+peça)	Reportagem	Tiago Contreiras	Imagens do arquivo RTP
6	22.11.2014	António Costa apela aos militantes que amizades pessoais e a acção política do partido não se devem confundir.	00:02:15	1ª parte (pivot+peça)	Reportagem	Ana Cardoso Fonseca	Rui Tavares

7	22.11.2014	José Sócrates teve envolvido em vários processos judiciais ao longo dos anos.	00:02:02	1ª parte (pivot+peça)	Reportagem	Tiago Contreiras	Imagens do Arquivo RTP
8	22.11.2014	Descrição das rotinas do ex-primeiro ministro em Paris	00:01:08	1ª parte	Reportagem	Paulo Dentinho, corresponde	Nuno Tavares
9	22.11.2014	Deputados recusam prestar declarações sobre a detenção de José Sócrates	00:02:02	1ª parte	Reportagem	Fernanda Fernandes	Paulo Lourenço
10	22.11.2014	Em estúdio, está o advogado Carlos Pinto de Abreu que analisa o caso da detenção de José Sócrates	00:07:22	1ª parte	Entrevista	X	Estúdio
11	22.11.2014	Acompanhamento da situação da detenção de José Sócrates, que está a ser ouvido pelo juiz Carlos Alexandre.	00:01:49	2ª parte	Directo	Rita Marrafa de Carvalho	-
12	22.11.2014	Análise à detenção de José Sócrates por Adelino Maltez (prof. Ciências Políticas) e Paulo Morais (Assoc. Cívica Transparência e Integridade).	00:15:03	2ª parte	Entrevista	José Rodrigues dos Santos	Estúdio
13	23.11.2014	Segundo dia de interrogatório ao ex-governante. Os quatro arguidos aguardam as medidas de coação.	00:03:20	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Margarida Neves de Sousa	Carlos Oliveira e António Antunes
14	23.11.2014	Segunda dia de interrogatório a José Sócrates	00:02:58	1ª parte	Directo	Rita Marrafa de Carvalho	-
15	23.11.2014	Carlos Santos Silva, Gonçalo Ferreira e João Perna saíram em carros não identificados do Campus da Justiça.	00:01:31	1ª parte	Directo	João Ricardo Vasconcelos	-

16	23.11.2014	Comunicação bancária da Caixa Geral denunciou transferência de milhares de euros.	00:02:20	1ª parte	Reportagem	Sérgio Vicente	Imagens do Arquivo RTP
17	23.11.2014	Deputados do Partido Socialista fazem a separação entre a justiça e a política	00:02:04	1ª parte	Reportagem	Ana Cardoso Fonseca	Paulo Lourenço
18	23.11.2014	João Araújo é o advogado de defesa de José Sócrates	00:01:31	1ª parte	Reportagem	Pedro Zambujo	Imagens do Arquivo RTP
19	23.11.2014	O Juiz Carlos Alexandre tem nas mãos o destino de José Sócrates. O último caso que teve nas mãos foi o caso dos «Vistos Gold».	00:01:57	1ª parte	Reportagem	Isabel Pereira Santos	Paulo Jorge
20	23.11.2014	Comentário do Director do Diário Económico António Costa ao caso de Sócrates.	00:06:26	1ª parte	Comentário	José Rodrigues dos Santos	Estúdio
21	23.11.2014	Pedro Passos Coelho (primeiro-ministro) afirma que os políticos não são todos iguais.	00:01:46	1ª parte	Reportagem	Ana Cardoso Fonseca	Luiz Flores
22	23.11.2014	Declarações do advogado de José Sócrates aos jornalistas	00:03:04	2ª parte	Directo	Rita Marrafa de Carvalho	-
23	24.11.2014	O comunicado das medidas de coação ainda não foi anunciado.	00:01:13	Abertura do TJ 1ª parte	Reportagem	Rita Ramos	Imagens do Arquivo RTP
24	24.11.2014	Em estúdio, João Marcelino, jornalista e comentador da RTP, fala sobre a Operação Marquês	00:02:44	1ª parte	Entrevista	Cristina Esteves	X

25	24.11.2014	Leitura do comunicado das medidas de coação não tem hora prevista	00:02:52	1ª parte	Directo	Sérgio Vicente	-
26	24.11.2014	No exterior do tribunal Central de Investigação Criminal não há movimentações	00:01:08	1ª parte	Directo	Luís Filipe Fonseca	-
27	24.11.2014	As reacção dos socialistas perante a detenção de José Sócrates.	00:02:14	1ª parte	Reportagem	Ana Rita Freitas	Carlos Oliveira
28	24.11.2014	Elina Fraga (Bastonária da Ordem dos Advogados) considera a detenção de José Sócrates legal.	00:02:12	1ª parte	Reportagem	João Ricardo Vasconcelos	Imagens do Arquivo RTP
29	24.11.2014	Entrevista ao ex-procurador-geral da República Pinto Monteiro, com quem José Sócrates almoçou na passada terça-feira.	00:05:53	1º parte	Entrevista	Cristina Esteves	x
30	24.11.2014	Aguardam-se a comunicação das medidas de coação	00:01:10	2ª parte	Directo	Sérgio Vicente	-
31	24.11.2014	Demora na leitura das medidas de coação	00:01:14	2ª parte	Directo	Sérgio Vicente	
32	24.11.2014	As medidas de coação vão ser lidas no átrio do Campus da Justiça	00:00:51	2ª parte	Directo	Luís Filipe Fonseca	
33	25.11.2014	O antigo primeiro ministro fica em prisão preventiva no estabelecimento prisional de Évora	00:01:44	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Rita Ramos e Teresa Marques	Paulo Martins e José Carilho

34	25.11.2014	O advogado de Sócrates vai recorrer da medida de coação.	00:02:24	1ª parte	Reportagem	Sérgio Vicente	Ricardo Passos Mota e imagens do Arquivo da RTP
35	25.11.2014	As primeiras visitas a Sócrates na prisão.	00:01:21	1ª parte	Reportagem	Rita Ramos e Teresa Marques	José Carilho
36	25.11.2014	António Costa (Secretário-geral PS) afirma que é tempo da justiça actuar.	00:01:43	1ª parte	Reportagem	Alexandra André	Carla Quirino
37	25.11.2014	Cavaco Silva (Presidente da República) não comenta a detenção do antigo primeiro ministro.	00:01:10	1ª parte	Reportagem	Ana Romeu	Paulo Lourenço
38	25.11.2014	Reacções dos deputados e amigos sobre a prisão preventiva de Sócrates	00:01:40	1ª parte	Reportagem	Fernanda Fernandes	Rui Tavares
39	25.11.2014	Pinto Monteiro (ex-Procurador Geral da República) defende que no almoço que teve com Sócrates, em Paris, não falaram de justiça.	00:01:56	1ª parte	Reportagem	Pedro Oliveira Pinto	Imagens do arquivo RTP
40	25.11.2014	Carlos Santos Silva (amigo de Sócrates) e João Perna (motorista de Sócrates) ficaram também em prisão preventiva Lisboa.	00:01:56	1ª parte	Reportagem	Isabel Pereira Santos	Paulo Martins e Hugo Melo
41	25.11.2014	Longo dia para os jornalistas, advogados e arguidos, no Campus da Justiça, em Lisboa, no dia da leitura das medidas de coação.	00:02:54	1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca e Lúcia Veríssimo	Tiago Passos e Hermano Soares
42	25.11.2014	Jornais e agências norte-americanas destacam prisão de Sócrates	00:01:54	1ª parte	Reportagem	Márcia Rodrigues (correspondente em Washington)	Filipe Martins

43	26.11.2014	Cavaco Silva (Presidente da República) acredita que a imagem de Portugal não está denegrida com o caso sócrates	00:01:46	Abertura: 1ª parte	Reportagem	António Nabo	Nuno Tavares
44	26.11.2014	Mário Soares (PS) visita Sócrates e afirma que não há provas para a detenção do ex-governante	00:02:29	1ª parte	Reportagem	Daniela Santiago	José Carilho
45	26.11.2014	João Araújo (advogado de Sócrates) refere à RTP que vai recorrer e considera a prisão preventiva ilegal.	00:02:24	1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca	José Carilho
46	26.11.2014	Ministério Público abre inquérito para apurar violação do segredo de justiça.	00:02:19	1ª parte	Reportagem	Ana Rita Freitas	Imagens do Arquivo RTP
47	27.11.2014	Carta de Sócrates dirigida ao jornal Público e à TSF, na qual aponta críticas às acusações que lhe são dirigidas.	00:01:40	Não foi tema de abertura: 1ª parte	Reportagem	Ana Cardoso Fonseca	-
48	27.11.2014	Daniel Proença de Carvalho (advogado) critica a conduta do juiz Carlos Alexandre.	00:01:46	1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca	Imagens do Arquivo RTP
49	27.11.2014	A Revista Sábado revela que José Sócrates esteve sob escutas durante 11 meses até a detenção.	00:02:13	1º parte	Reportagem	Magda Rocha	Rui Alves Castro
50	27.11.2014	Cândida Almeida (Procuradora-geral adjunta) defende moldura pesada em caso de violação do segredo de justiça.	00:02:02	1ª parte	Reportagem	Patrícia Machado	Hugo Antunes
51	27.11.2014	Manuel Costa Reis (companheiro da ex-mulher de Sócrates) visita o ex-líder socialista à prisão	00:01:46	1ª parte	Reportagem	Ana Rita Freitas e Lúcia Veríssimo	Hugo Melo

52	27.11.2014	Mário Soares (ex-presidente da República) disse que a detenção do ex-primeiro-ministro é uma campanha, uma infâmia e um caso político.	00:01:54	1º parte	Reportagem	Alexandra André e António Nabo	José Carilho
53	28.11.2014	Advogado de Sócrates diz que apresentará recurso e não encontra nada que aponte para a corrupção.	00:02:18	Não foi tema de abertura: 1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca e Teresa Marques	José Carilho
54	28.11.2014	Casa de Sócrates em Paris avaliada em 3 milhões de euros está registada no nome de Carlos Santos Silva (amigo de Sócrates).	00:01:42	1ª parte	Reportagem	Ana Cardoso Fonseca e Paulo Dentinho	Nuno Tavares
55	28.11.2014	Investigação do Sexta às 9 conclui que os apartamentos da mãe de Sócrates foram vendidos a Carlos Santos Silva (amigo de Sócrates) acima do valor de mercado.	00:03:14	1ª parte	Reportagem	Sandra Felgueiras	Paulo Lourenço
56	29.11.2014	António Costa (secretário-geral) elogia socialistas pelas reacções positivas em relação ao caso Sócrates.	00:02:46	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Sandra Sá Couto	Imagens do Arquivo RTP
57	29.11.2014	Deputados socialistas garantem que José Sócrates vai continuar a ocupar um lugar no partido.	00:03:05	1ª parte	Directo+peça	Daniela Santiago	Filipe Silva
58	29.11.2014	Advogado de Sócrates avisou-o sobre possível detenção quando aterrasse em Lisboa	00:02:01	1ª parte	Reportagem	Rita Ramos e Paulo Dentinho	Imagens do Arquivo RTP
59	29.11.2014	Isabel Santos (PS), André Figueredo (PS), Renato Sampaio (PS) saíram do Congresso do Ps para ir a Évora visitar Sócrates	00:01:50	1ª parte	Reportagem	Rita Marrafa de Carvalho	José Carilho

60	1.12.2014	Sexta às 9: Sócrates envia carta à RTP a negar a compra do apartamento de Luxo em Paris	00:03:14	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Sandra Felgueiras	Paulo Lourenço
61	1.12.2014	Miguel Mota Cardoso (jurista) solicitou o Habeas Corpus, um pedido de libertação imediata do ex-governante.	00:01:34	1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca, Isabel Rosa	Imagens do Arquivo RTP
62	2.12.2014	Almeida Santos (Presidente Honorário PS), Jorge Lacão (PS), Manuel Costa Reis (PS) visitam Sócrates	00:01:46	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Margarida Neves de Sousa e Teresa Marques	José Carilho
63	2.12.2014	Pedido de libertação (Habeas Corpus) é decidido no dia 3 de dezembro	00:02:32	1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca	Imagens do Arquivo RTP
64	2.12.2014	José Sócrates torna-se a principal atracção de Évora	00:03:14	1ª parte	Reportagem	Cristina Liz	Pedro Mateus
65	3.12.2014	Supremo Tribunal de Justiça indeferiu o pedido de libertação do ex-líder socialista. É apresentado um novo Habeas Corpus.	00:02:33	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca	Jaime Guilherme
66	3.12.2014	Nota do Supremo Tribunal de Justiça à comunicação Social justifica os motivos para detenção de José Sócrates.	00:02:18	1ª parte	Reportagem	Margarida Neves de Sousa	-
67	4.12.2014	José Sócrates recebe a visita de Fernando Gomes (ex-autarca do Porto) e António Guterres(ex-primeiro ministro). Segundo Habeas Corpus rejeitado.	00:02:35	Abertura: 1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca e Teresa Marques	José Carilho

68	4.12.2014	Terceira carta (Diário de Notícias), na qual critica o sistema de justiça, jornalistas e professores de direito.	00:01:52	1ª parte	Reportagem	Magda Rocha	José Carilho
69	5.12.2014	João Araújo (advogado de Sócrates) teme que a decisão do tribunal demore dois meses a avaliar o recurso.	00:03:23	1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca e Teresa Marques	José Carilho
70	6.12.2014	Pedro Silva Pereira (Eurodeputado) visita o ex-governante. António Costa afirma ao Expresso que irá visitar Sócrates.	00:02:28	Não foi tema de abertura: 1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca	Rui Silva
71	7.12.2014	Gilherme Pinto (autarca de Matosinhos) e Castro Fernandes (Presidente da Concelhia de Santo Tirso) visitam Sócrates.	00:02:31	Não foi tema de abertura: 1ª parte	Reportagem	Luís Filipe Fonseca	Rui Silva
72	11.12.2014	O advogado de José Sócrates apresentou um requerimento a pedir a libertação do antigo primeiro ministro invocando	00:02:23	Não foi tema de abertura: 1ª parte	Reportagem	Lígia Veríssimo	José Carilho
73	13.12.2014	Carlos Santos Silva (amigo de Sócrates) confirmou no interrogatório ter emprestado dinheiro ao antigo primeiro ministro.	00:02:11	Não foi tema de abertura: 1ª parte	Reportagem	Magda Rocha	Imagens do Arquivo RTP
Total (hh:mm:ss)			3:06:40				

Apêndice B.Tabela 2 - Protagonistas activos das peças jornalísticas sobre a Operação Marquês

Protagonistas activos	Nº	%
Joaquim Paulo Conceição (presidente executivo do grupo Lena)	1	1,45%
Marco António (Vice-presidente PSD)	1	1,45%
Jerónimo de Sousa (secretário-geral PCP)	1	1,45%
Catarina Martins (coordenadora BE)	1	1,45%
António Costa (secretário-geral PS)	4	5,80%
João Galamba (PS)	1	1,45%
Manuel Pizarro (PS)	1	1,45%
Pedro Passos Coelho (primeiro- ministro)	1	1,45%
Jorge Lacão (deputado PS)	2	2,90%
Vieira da Silva (Vice-presidente bancada parlamentar PS)	2	2,90%
Maria de Belém Roseira (deputada PS)	2	2,90%
Ferro Rodrigues (líder parlamentar PS)	2	2,90%
Artur Marques (advogado)	1	1,45%
Elina Fraga (Bastonária da Ordem dos Advogados)	2	2,90%
Rui Rangel (juíz desembargdor)	1	1,45%
João Araújo (advogado de José Sócrates)	9	13,04%
Jorge Bacelar Gouveia (Constitucionalista)	1	1,45%
Capoula Santos (amigo de José Sócrates)	1	1,45%
Sofia Fava (ex-mulher de José Sócrates)	1	1,45%
Cavaco Silva (Presidente da República)	2	2,90%
Pedro Silva Pereira (Eurodeputado)	2	2,90%
João Soares (PS)	2	2,90%
Mário Soares (PS)	3	4,35%
Jorge Neto (advogado)	2	2,90%

Vasco Correia (advogado)	1	1,45%
Daniel Proença de Carvalho (advogado)	1	1,45%
Cândida Almeida (procuradora-geral adjunta)	1	1,45%
Fernanda Ramos (ex-governadora civil de Évora)	1	1,45%
Manuel Costa Reis (amigo de José Sócrates)	2	2,90%
Jorge Sampaio (ex-presidente da República)	1	1,45%
Francisco Assis (eurodeputado PS)	1	1,45%
Joana Lima (PS Trofa)	1	1,45%
Pires da Silva (PS Tavira)	1	1,45%
João Cravinho (PS)	1	1,45%
José Lello (PS)	1	1,45%
Almeida Santos (Presidente honorário PS)	2	2,90%
Isabel Santos (PS)	1	1,45%
André Figueredo (PS)	1	1,45%
Renato Sampaio (PS)	1	1,45%
Paulo Sá e Cunha (advogado)	1	1,45%
António Raposo Subtil (advogado)	1	1,45%
Fernando Gomes (ex-presidente da Câmara do Porto)	1	1,45%
António Guterres (ex-primeiro ministro)	1	1,45%
Guilherme Pinto (Presidente da Câmara de Matosinhos)	1	1,45%
Castro Fernandes (Presidente da concelhia de Santo Tirso)	1	1,45%
Total	69	100%

Apêndice C.Tabela 3 - Protagonistas passivos das peças jornalísticas sobre a Operação Marquês

Protagonistass passivos	Nº	%
José Sócrates (ex-primeiro ministro)	48	46,15%
Carlos Alexandre (juíz de instrução criminal)	5	4,81%
Carlos Santos Silva (ex-administrador do grupo Lena)	10	9,62%
Gonçalo Trindade Ferreira (advogado)	7	6,73%
João Perna (motorista)	3	2,88%
Maria Adelaide Monteiro (Mãe de J.S)	6	5,77%
Edite Estrela	1	0,96%
João Soares (PS)	1	0,96%
Luís Figo (ex-jogador de futebol)	1	0,96%
Paula Lourenço (advogada de)	2	1,92%
João Araújo (advogado de José Sócrates)	7	6,73%
Passos Coelho (primeiro-ministro)	1	0,96%
Joana Marques Vidal (Procuradora Geral da República)	3	2,88%
Mário Soares (PS)	1	0,96%
Pinto Moreira (ex-procurador geral da República)	4	3,85%
Miguel Mota Cardoso (jurista)	2	1,92%
António Costa (secretário-geral PS)	1	0,96%
Ricardo Marques Candeias (advogado de João Perna)	1	0,96%
Total	104	100%

Apêndice D. Algumas reportagens realizadas durante o estágio

PIVOT

Na relojoaria Pêndulo Real, em Lisboa, recuperam-se peças que contam histórias de outros tempos.

Um ofício que está em vias de extinção em Portugal.

Início

Luís Couto Soares herdou do pai o gosto pela relojoaria antiga.

Tem uma colecção com mais de 30 relógios em casa.

Há três anos abriu uma loja, em Lisboa, que repara e restaura estas máquinas...

VIVO Luís Couto Soares, proprietário da relojoaria (04:14:16 - 04:23:16) "comecei em casa dos meus pais, porque o meu pai coleccionava relógios e portanto cresci a ver relógios à minha volta e gostei. Também foi lendo sobre esta área".

+ (05:00:17 - 05:11:20) "devo ter de caixa alta, cerca de 26, julgo eu. De mesa, ingles, uns oito. De bolso também já lhes perdi a conta".

Os consertos de relógios mecânicos de caixa alta, de parede e de mesa que se fazem na Pêndulo Real são um trabalho de precisão. Recuperam-se mostradores ingleses e franceses do século XVII ou XVIII e reparam-se outras peças.

VIVO Luis Couto Soares, proprietário da relojoaria (08:26:05 - 08:47:24) "O que nós fazemos aqui é a revisão geral, se o relógio estiver a precisar de uma ou uma reparação sumária, se for um problema menor. Uma mola que se parte, um cabo de suspensão de um peso que se parte também, um pequeno mau trauto da pessoa ao movimentar os ponteiros, mas quando um relógio vem em muito mau estado, ele sofrerá uma revisão geral".

A paixão e o conhecimento pela relojoaria antiga foram transmitidos ao filho.

VIVO Luís (filho), colaborador (49:47:05 - 49:56:18) - "É uma arte engraçada. Os relógios têm várias peças. É um bocado como um puzzle, como os legos e também gosto de desmontar os relógios".

Vários especialistas, de marceneiros a ourives, colaboram em alguns projectos da loja. O sobrinho é um deles. Ajuda a resolver problemas de maquinaria.

VIVO Filipe Enes, colaborador (42:56:06 - 43:11:07) - "tentamos reparar e perceber qual é o problema que a máquina tem. Não está a funcionar, acaba por parar. Provavelmente o problema estará algures entre as duas platinas e portanto vamos ter que desmontar e com cuidado vermos o que é não está bem".

São verdadeiras relíquias ligadas ao tempo.

O som rítmico enche a pequena sala. Cada relógio na sua melodia chama a atenção de quem passa e admira as peças expostas na montra.

PIVOT

Rua da Emenda é o mais recente trabalho de António Zambujo. O fadista apresentou hoje alguns temas do disco em Lisboa.

Início

É na Rua da Emenda, em Lisboa, onde são dados os primeiros passos das canções do fadista.

VIVO (04:41:07 - 05:15:18) "Esta casa aqui à nossa frente é o sítio, onde nós preparamos todos os nossos discos. É a nossa sala de ensaios, é onde fazemos as nossas experiências. Há sonoridades que resultam melhor e outras menos bem. E depois também é nesta rua o nosso ponto de encontro sempre que fazemos concertos em Portugal, fora de Lisboa. A carrinha apanha o pessoal todo aqui"

Num concerto intimista, o som acústico da viola e da voz do músico alentejano é apreciado pelos fãs.

CLIP - António Zambujo a tocar

O cantor não se desliga do fado no seu sexto álbum, mas passeia-se também pelas valsas, pela música popular brasileira ou até pela canção francesa de Serge Gainsbourg.

VIVO Antonio Zambujo (07:45:14 - 08:21:05) "O Gainsbourg foi uma sugestão da nossa agente francesa. Ela disse que há tanto tempo tocamos lá que nunca cantamos nada em francês. Então nós resolvemos fazer-lhe esta surpresa de gravar uma música do Gainsbourg, tornamo-la assim meio a fadistada, mas eu gostei muito do resultado final e espero de poder cantá-la ao vivo".

Rua da Emenda representa um fim do ciclo.

Em vez de continuar a apostar numa fórmula vencedora, o fadista quer reinventar-se.

VIVO António Zambujo, músico (09:16:08 - 09:49:00) "A música fica num sítio quando fecha o disco. Considerando este disco como o fim de um ciclo, aquele tema Viver do ouvido fazia todo o sentido estar ali cru, sem qualquer trabalho de edição de estúdio. Sem misturas, sem nada. Foi gravado no telefone. À espera do que virá depois".

O futuro ainda é certo. Por agora, o músico tem agendado uma digressão e espera que o novo trabalho alcance sucesso.

Pivot

O stalking, traduzido em português por assédio persistente, vai ser considerado crime em Portugal.

O Parlamento debate hoje um projecto de lei para criminalizar as perseguições.

O stalking vai ter pena de prisão que pode ir até 5 anos.

Início

O stalking pode ser muitas vezes encarado como uma situação normal. Mas a perseguição pode evoluir para um comportamento obsessivo e controlador. Um estudo da universidade do minho refere que quase 2 milhões de portugueses já tinham sido alvos de perseguição física ou através das redes sociais.

VIVO Elizabete Brasil, União Mulheres Alternativa e Resposta - 02:12:11 - 02:12:38 "O stalking pode também nas suas várias manifestações ser visto como algo normal ou até bem intencionado. O mandar mensagens, oferecer presentes pode ser visto como algo inofensivo. Porém quando estes comportamentos se tornam em algo como ameaças, como algo que não é desejado pela outra parte, isto torna-se uma violência para quem recebe e para quem é vítima"

As mulheres são as principais vítimas de Stalking.

Patrícia Tavares foi uma delas.

A actriz e a filha foram perseguidas durante dois anos. O caso foi a julgamento em Maio e o perseguidor foi apenas multado.

VIVO Patrícia Tavares - 20:21:01 - 20:33:08 "eu demorei quatro dias para conseguir tirar a matrícula do carro, porque sempre que ia buscar a caneta e o papel eu tremia tanto que não conseguia escrever. E a cabeça não fixava e eu que decoro papéis todos os dias".

António Manuel Ribeiro, o vocalista da banda UHF, foi também vítima deste fenómeno que se arrastou por mais de seis anos.

VIVO António Manuel Ribeiro - 04:01:02 - 04:17:20 "há uma altura da minha vida que começo a ter reflexos condicionados bastante grandes. No fim do dia fechava toda a casa, no sentido de não deixar transparecer para fora de casa, os movimentos, a luz, o que se passava, porque a pessoa estava lá fora a mandar mensagens"

VIVO António Manuel Ribeiro - 29:12:02 - 29:17:00 "É uma estupidez uma pessoa refugiar-se dentro de casa e mudar de vida. E eu fiz isso".

A chamada stalker do vocalista foi condenada a dois anos de cadeia com pena suspensa. António está a escrever um livro que descreve todos os pormenores da perseguição da fã. Estes são dos muitos casos de fãs que incomodam as figuras públicas. Até agora, as autoridades não tinham poder legal para assegurar a protecção das vítimas.

VIVO Dra Célia Ferreira, Grupo de Investigação de Stalking em Portugal, 01:17:03 - 01:42:09 "É importante para proteger as pessoas que são vítimas desta forma de violência. Este vazio legal muitas vezes coloca este tipo de vítimas numa situação de

maior desprotecção. É também importante como forma de responsabilizar os autores e autoras deste tipo de violência.

O projeto de lei do PSD e do CDS prevê a aplicação de penas de prisão de um a três anos ou até cinco anos se a vítima for menor.

VIVO Carla Rodrigues, Deputada do PSD - 03:49:11 - 04:09:00 "prevemos a punição da tentativa, prevemos penas acessórias que são importantes como o afastamento do agressor da vítima, o afastamento do seu lugar de trabalho, da sua residência que são fundamentais para criarem na vítima uma sensação de segurança e estabilidade".

Com esta iniciativa dos partidos, as vítimas podem finalmente ter justiça e protecção.

Pivot

Mais de 900 alunos estão à espera do começo do ano lectivo no Conservatório Nacional de Música de Lisboa que não tem data prevista para começar. Faltam 70 professores que ainda não foram colocados nesta escola.

Início

Numa escola com mais de 900 alunos, apenas uma estudante está a ter uma aula e o professor não lecciona no conservatório. Trata-se de João Paulo Santos, o mestre do Coro do Teatro São Carlos de Lisboa.

Os corredores e as restantes salas estão vazias.

O telefone toca e ninguém atende. Faltam oito funcionários e 70 professores para leccionar as disciplinas de formação musical.

VIVO - Directora do Conservatório - Ana Mafalda Pernão - 12:40:28-12:40:46 "É claro que se abrir a escola só posso abrir as disciplinas da formação geral (português, Inglês, etc.) Porque as disciplinas vocacionais não abrirei com certeza. Não vou colocar alunos a ter aulas e o colega do lado da mesma turma a não ter, porque não tem professor de instrumento ou de classe conjunta.

Para agravar esta situação, as salas de aula não têm condições de segurança para os alunos e professores.

Um tecto de uma das salas já caiu e a chuva que se infiltra na sala pode danificar os instrumentos.

VIVO - Directora do Conservatório - Ana Mafalda Pernão 12:41:46 - 12:42:02 "claro que as salas, onde chovia continua a chover, porque o Ministério da Educação que prometeu, julgo que em Maio, e o Senhor Secretário de Estado disse que estava desbloqueada a verba para poder fazer as obras de intervenção da cobertura do conservatório. Até hoje não temos qualquer informação do que se passa com essa verba" + 12:42:37 - 12:42:39 "se tiver a chover as salas, onde chove vão ser encerradas".

Sem professores, sem horários e sem previsão de início de aulas, resta esperar que o problema seja resolvido em breve.

1- Qual a sua função na redacção ?

Sou jornalista redator e atualmente desenvolvo médias reportagens para o programa não diário de investigação da RTP – “Sexta às 9”.

2 - Há quanto tempo trabalha na RTP?

Trabalho na RTP desde 1997, tendo passado 14 anos (1999-2014) pelo Centro de Informação Regional da RTP em Castelo Branco, onde além de jornalista, fui apresentador e Coordenador.

3 – Pela primeira vez na democracia portuguesa um antigo primeiro ministro foi detido. Como se posicionam os jornalistas perante estes casos de escândalos político/financeiros?

Nestas circunstâncias o desafio do jornalismo é ir além dos factos mais eminentes e relacionados com o processo judicial (a acusação, a prisão preventiva, a guerra dos advogados). Importa enquadrar a notícia, percebendo o impacto na sociedade e estando atento à permissividade (ou não) das instituições (*os tribunais tratam estes casos e pessoas de forma desigual? Os partidos políticos e os agentes económicos embarcam num discurso de compadrio, ou assobiam para o lado evitando a contaminação e prejuízos que o escândalo possa causar?*) Regra geral é a partir dos interlocutores menos diretos dos casos, que se conseguem as melhores notícias.

O maior desafio é evitar a constatação diária do óbvio, como : “advogado x entregou peça processual y, Bancário x foi ouvido na comissão “ e construir a notícia com enfoque nas consequências para os lesados mais diretos e para o país, cumprindo o papel do jornalista enquanto “advogado dos que não têm voz”.

4 - Até que ponto a dimensão da cobertura jornalística sobre este caso pode influenciar a opinião pública?

As fugas de informação e as notícias construídas com base em fontes processuais (acusação no caso Sócrates e documentos do Tribunal de Instrução) efetivamente acabam por moldar a opinião pública muito antes dos juízes conseguirem formar o seu julgamento condenando ou absolvendo o arguido.

Mas o tempo do jornalismo é diferente do tempo dos tribunais, as histórias correm mais rápidas do que a prova feita em tribunal. Também por isso a fragilidade das notícias poderá ser maior caso não haja cruzamento efetivo das fontes, e o jornalismo mais especulativo pode condenar alguém quando os tribunais podem absolver.

Curiosamente os casos políticos são mais dissecados e aí regista-se um grande manancial de informação, enquanto que os escândalos económicos têm sobrevivido quase numa aura de mistério impossível de desvendar, enquanto que as comissões de inquérito que decorrem no parlamento são instrumentos que servem também para substituir as perguntas que os jornalistas gostariam de poder fazer diretamente aos visados (Ricardo Salgado ou Zeinal Bava por exemplo).

Os escândalos políticos têm direito a presos preventivos e os escândalos financeiros provocam menos “mortos”- como é que um jornalista trata isto!?

5 - Os meios de comunicação social aproximam-se de um contexto de infotainment (informação-espetáculo) quando um acontecimento envolve um protagonista político?

O jornalismo cola-se à facilidade da projeção noticiosa que o protagonista político arrasta atrás de si. Muitas vezes não responde a todas as perguntas do Lead, bastando o enquadramento superficial do contexto. Para quê mobilizar dias a fio, meses, equipas de jornalista à porta do presídio de Évora!? Que novidades foram acrescentadas ao fio das notícias, qual a relevância pública desses acontecimentos!?

Não se pode medir a relevância pública apenas pelo peso do protagonista, sem perceber todos os enfoques e principalmente as consequências dos factos em causa na organização da sociedade onde o jornalista está inserido.

E no caso Sócrates tem sido muito difícil fugir à construção das notícias-espetáculo!

6- Os meios de comunicação social têm a percepção de que se transformaram numa espécie de tribunal que diariamente vai determinando o veredito de inocente ou culpado?

Em verdade não acredito que os media tenham essa consciência, ou melhor não acredito que os jornalistas queiram converter-se nesses advogados ou nesses tribunais.

A voragem de conseguir obter o ínfimo pormenor que seja e que traga novidades ao público muitas vezes impede o jornalista de ser o filtro da notícia. E apenas faz o relato do que vai acontecendo, correndo o risco do juízo rápido da opinião pública, porque os protagonistas em causa tiveram grande impacto na organização da sociedade.

7 - A objetividade jornalística é um valor inoportuno ou, pelo contrário, deve cada vez mais ser intensificada no exercício da profissão?

Mais do que a objetividade jornalística, a honestidade intelectual e profissional é obrigatória, para que em consciência cada um de nós jornalistas possamos construir a história acreditando que a contamos o melhor que soubemos e pudemos, tentando relatar os fatos como eles foram.

A objetividade é uma universalidade, e é muito difícil em jornalismo tratar das universalidade (*tudo aconteceu assim, tudo deveu-se a, todos os bancários são corruptos, todos os políticos são vigaristas*). Não afirmando que a objetividade jornalística é desaquada, acho que ela se realiza de formas muito diversas de acordo com as notícias, os interlocutores e os protagonistas das histórias. A objetividade adapta-se quanto mais porque os públicos também se adaptam, têm acesso fácil e direta à informação via internet, e muitas vezes sem filtro. E os jornalista têm que continuar a ser esse filtro.

1- Qual é a sua função na redacção?

Sou redatora principal na editoria de Sociedade.

2 - Há quanto tempo trabalha na RTP?

Desde 2000. Há 14 anos.

3 – Pela primeira vez na democracia portuguesa um antigo primeiro ministro foi detido. Como se posicionam os jornalistas perante estes casos de escândalos político/financeiros?

Com a maior neutralidade prevista e expectável da prática jornalística. É inegável a relevância mediática mas, ao jornalismo, cabe ler os factos, conhecer a realidade, traduzir o que está a montante a jusante.

4 - Até que ponto a dimensão da cobertura jornalística sobre este caso pode influenciar a opinião pública?

R: Influencia sempre. É uma falácia acreditar que o público não se deixa moldar e que a comunicação social não tem responsabilidades acrescidas. Uma detenção em direto, ou com características de “aqui e agora” tem efeitos absolutamente fortes na atenção, importância e concepção dos acontecimentos por parte do público, espectadores, ouvintes ou leitores.

5 – Os meios de comunicação social aproximam-se de um contexto de infotainment (informação-espetáculo) quando um acontecimento envolve um protagonista político?

Não. Nem todos. Depende do foco editorial e da linha noticiosa de cada meio de comunicação social. O Infotainment é algo muito circunscrito apesar da fronteira poder ser leve, em algumas circunstâncias. A notícia pura e dura pode ser discutível na sua forma mas não deve ser no seu conteúdo. Há meios de comunicação que assumem uma postura sensacionalista do ponto de vista do tratamento da informação, o enfoque que dão, os aspectos que ressaltam, o modo como veiculam e o que veiculam. Há quem o faça de forma encapotada, sob o brasão de informação séria...

Os meios de comunicação social têm a percepção de que se transformaram numa espécie de tribunal que diariamente vai determinando o veredito de inocente ou culpado?

Não. De todo. Não posso aceitar essa responsabilidade social ou esse pêndulo determinante quando existe um sistema judicial independente e competente. Se perante os factos a opinião pública tira determinadas ilações, é uma coisa. Se a informação pode determinar penas, decisões ou sentenças, quero acreditar que não. Um tribunal tem acesso a dados e informações que a comunicação social vê vedado. Ou seja, avalia com uma clareza além do simples público.

7 – A objectividade jornalística é um valor inoportuno ou, pelo contrário, deve cada vez mais ser intensificada no exercício da profissão?

É sempre adequada e deve, sempre, ser reforçada. Mas a minha objectividade, eu, que vejo, ouço, cheiro, toco e traduzo para uma massa de público, filtro a objectividade. E eu, como ser subjectivo, tenho uma vivência, experiência e conhecimento do mundo diferenciada de um outro qualquer colega meu. Ou seja, a minha objectividade tem vincos de subjectividade. Isso é pernicioso? Não. Chama-se cunho pessoal. Estilo profissional. Deixa de ser objectiva? Não. Mas é uma objectividade depurada por um sujeito. Logo, um objecto subjectivo. A arte da narrativa jornalística e, na minha opinião, o grande desafio de uma vida profissional, é esse casamento... esse pedaço de nós que deixamos quando trabalhamos em informação.

Apêndice G. Entrevista a Margarida Neves de Sousa, jornalista da secção de sociedade

1 - Qual é a sua função na redacção?

Jornalista do Telejornal com a categoria de grande repórter. Trabalho na editoria de sociedade

2 - Há quanto tempo trabalha na RTP?

Quase há 20 anos. Entrei para estagiar em 1995. Fiquei a trabalhar no início de 1996.

3 – Pela primeira vez na democracia portuguesa um antigo primeiro ministro foi detido. Como se posicionam os jornalistas perante estes casos de escândalos político/financeiros?

Da mesma forma que encaramos todas as reportagens decorrentes de casos jurídicos. Os casos que envolvem corrupção e crimes económicos levam – contudo – a um maior grau de especialização dado o enquadramento legal que pode estar em causa.

4 - Até que ponto a dimensão da cobertura jornalística sobre este caso pode influenciar a opinião pública?

É inevitável. Os casos mediáticos e a opinião pública caminham lado a lado. Um condiciona o outro. O nosso trabalho é que não pode ser condicionado. Temos que ter ainda mais cuidado dadas as implicações que pode ter. Total liberdade, total responsabilidade.

5 – Os meios de comunicação social aproximam-se de um contexto de infotainment (informação-espetáculo) quando um acontecimento envolve um protagonista político?

Penso que isso foi visível em alguns meios de comunicação social, nomeadamente quando retrataram a ementa do preso 44 em Évora (cozido à portuguesa), ou nas esperas à porta do estabelecimento prisional mas o meu trabalho focou-se nos aspectos jurídicos e enquadramento legal da situação.

6- Os meios de comunicação social têm a percepção de que se transformaram numa espécie de tribunal que diariamente vai determinando o veredito de inocente ou culpado?

Alguns meios de comunicação social, devido às constantes violações do segredo de justiça, veicularam a tese do Ministério Público. Pelo trabalho que me diz respeito e à RTP, penso que foi equilibrado e procurou sempre mostrar os dois lados do processo: o da defesa (Sócrates) e o da acusação (Ministério Público – DCIAP).

7 - A objetividade jornalística é um valor inoportuno ou, pelo contrário, deve cada vez mais ser intensificada no exercício da profissão?

A “objectividade jornalística” é uma necessidade premente mas é condicionada pelos valores da sociedade. Temos sempre de tentar manter a imparcialidade, não assumindo posições.

Apêndice H. Entrevista a Carla Diogo, jornalista da secção de sociedade

1- Qual é a sua função na redacção?

Sou jornalista/Repórter na RTP.

2 - Há quanto tempo trabalha na RTP?

Há 17 anos,comecei em 1998, no arranque da RTP ÁFRICA.

3 - Pela primeira vez na democracia portuguesa um antigo primeiro ministro foi detido. Como se posicionam os jornalistas perante estes casos de escândalos político/financeiros?

Os jornalistas devem posicionar-se da mesma maneira que o fazem noutras situações. O nosso propósito é contar os factos, relatar o que está a acontecer.Esteja ou relacioando com figuras mediáticas. Valor notícia/notoriedade.

4 - Até que ponto a dimensão da cobertura jornalística sobre este caso pode influenciar a opinião pública?

Não me cabe a mim avaliar a influência na opinião pública. Nós, enquanto jornalistas relatamos os factos.

5 - Os meios de comunicação social aproximam-se de um contexto de infotainment (informação-espetáculo) quando um acontecimento envolve um protagonista político?

Poderá haver quem caia nessa tentação.Depende da linha editorial dos telejornais.Eu, não concordo que se tire aproveitamento e se conquistem audiências á custa de um protagonista político.

6 - Os meios de comunicação social têm a percepção de que se transformaram numa espécie de tribunal que diariamente vai determinando o veredito de inocente ou culpado?

Não concordo de todo.Esta questão tem subjacente uma afirmação. É no tribunal que se julgam os arguidos, não cabe aos média fazê-lo. É certo que é a primeira vez que é detido em Portugal um ex governante. A concorrência cada vez maior, pode dar lugar a

coberturas mediáticas desenfreadas, mas quem está no terreno deve apenas ter o cuidado de informar.

7- A objetividade jornalística é um valor inoportuno ou, pelo contrário, deve cada vez mais ser intensificada no exercício da profissão?

A objectividade jornalística faz parte da ética profissional. Dai ser sempre adequada e oportuna.